

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

PERCURSOS DE VIDA, FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DOCENTE:
MARIA DO ROZÁRIO PEREIRA VALENTE (1951-2022)



Maria do Rozário

DOURADOS
2023



UFGRD - GROSSO DO SUL

Dourados

VANESSA KUSMINSKI DOS SANTOS

**PERCURSOS DE VIDA, FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DOCENTE:
MARIA DO ROZÁRIO PEREIRA VALENTE (1951-2022)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação – Linha de Pesquisa: História da Educação, Memória e Sociedade, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como exigência para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Magda C. Sarat Oliveira.

DOURADOS-MS

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S237p Santos, Vanessa Kusminski Dos
PERCURSOS DE VIDA, FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DOCENTE: : MARIA DO ROZÁRIO
PEREIRA VALENTE (1951-2022) [recurso eletrônico] / Vanessa Kusminski Dos Santos. -- 2023.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Magda C. Sarat Oliveira.

Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2023.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. História Oral de vida. 2. Memória docente. 3. Biografia. 4. Trajetória docente. I. Oliveira, Magda C. Sarat. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

VANESSA KUSMINSKI DOS SANTOS

**PERCURSOS DE VIDA DE MARIA DO ROZÁRIO: FORMAÇÃO E ATUAÇÃO
DOCENTE (1951-2022)**

DEFESA DE DISSERTAÇÃO

COMISSÃO JULGADORA

Profa. Dra. Magda C. Sarat Oliveira
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Presidente (Orientadora)

Prof. Dr. Ademilson Batista Paes
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)
Membro titular

Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Membro titular

Profa. Dra. Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Membro suplente

Dedico à minha mãe, Marileni Kusminski, mulher forte frente às batalhas da vida e que tanto me ensina sobre ela. Suas demonstrações diárias de cuidado e incentivo estão presentes em cada página desta dissertação.

AGRADECIMENTOS

Nesses dois anos de estudos, pude compreender o mestrado não apenas como um curso de pós-graduação, mas como um processo repleto de encontros e reflexões que transcendeu a pesquisa e me tocou enquanto ser existencial. No ciclo que agora encerro, estendo minha gratidão às pessoas especiais que estiveram ao meu lado:

Agradeço, primeiramente, à Professora Maria do Rozário, por aceitar participar da pesquisa e pela confiança depositada. Sem sua colaboração a realização deste trabalho não seria possível.

À Professora Dra. Magda Sarat, pela orientação essencial à pesquisa e pela trajetória construída desde a iniciação científica até a finalização deste trabalho.

À banca de defesa composta pelo Professor Dr. Ademilson Batista Paes e pela Professora Dra. Alessandra Cristina Furtado, por generosamente aceitar o convite à leitura do trabalho e apresentar significativas contribuições desde a qualificação.

À Professora Dra. Adriana Horta de Faria, por ter regado a sementinha da pesquisa no trabalho de coorientação durante o período de iniciação científica.

À Professora Dra. Míria Izabel Campos, por toda carga humana que traz em seu profissionalismo e pelas prosas que alimentaram mente e alma.

À Vandressa, minha irmã de sangue e de alma, por ser carinhosa, amável e estar ao meu lado para o que der e vier. Que as águas do Atlântico fortaleçam ainda mais nosso vínculo.

Ao Willian, cunhado cuja arte culinária e seleção de bons filmes foram essenciais aos momentos de descanso.

À Priscila, pelo companheirismo durante o curso e por me lembrar que “lo importante es el camino”.

Ao Odair, amigo que alegrou dias tristes com seu bom humor e positividade.

À Maria Juanna, amiga que ofereceu um escutar atento e me ajudou a dar nome aos sentimentos. Obrigada pelas prosas nos cafés das manhãs de sábado.

À Eliza e à Valquíria, secretárias do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), pela prontidão em responder dúvidas via ligações e e-mail. O trabalho de vocês é essencial!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de pesquisa.

Uma história de vida não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta como coisa, mas existe para transformar a cidade onde ela floresceu. A pedra de toque é a leitura crítica, a interpretação fiel, a busca do significado, que transcende aquela biografia: é o nosso trabalho e muito belo seria dizer, a nossa luta. (BOSI, 2003, p. 199).

RESUMO

SANTOS, Vanessa Kusminski dos. *Percursos de vida, formação e atuação docente: Maria do Rozário Pereira Valente (1951-2022)*. Orientadora: Magda C. Sarat Oliveira. 2023. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2023.

A presente dissertação tratou das temáticas biografia, história e memória docente e teve como objetivo investigar os percursos de vida de Maria do Rozário Pereira Valente, observando aspectos de sua infância, escolarização, formação e atuação profissional. Identificamos as figurações ocupadas pela colaboradora ao longo de sua vida, analisamos seus percursos de formação e atuação docente e compreendemos as trajetórias e motivações que a constituíram como professora. A pesquisa foi realizada a partir de abordagem qualitativa, constituindo-se como investigação de caráter exploratório. O método utilizado foi a História Oral de vida, o qual possibilitou o uso de entrevistas abertas e o uso da fonte oral, bem como o uso de fontes documentais do acervo pessoal da colaboradora. Como referencial teórico, a pesquisa dialogou com Norbert Elias a partir dos conceitos de indivíduo, figuração, interdependência e sociedade. A biografia foi utilizada como abordagem temática para aproximação ao pensamento teórico oferecido por autores/as da área e conceitos necessários ao processo de investigar e grafar a história de vida de Maria do Rozário. O recorte temporal iniciou no ano de nascimento da colaboradora, 1951, e findou em 2022, ano de realização das entrevistas, e foi justificado, em parte, pela metodologia de História Oral de vida, considerando-se o tempo de realização da entrevista e o tempo histórico narrado, e, em parte, pelo interesse em compreender o processo de formação da colaboradora ao longo da vida. Nos procedimentos da pesquisa, visando responder as perguntas norteadoras e aos objetivos propostos, identificamos as figurações composta por Maria do Rozário ao longo de sua vida e usamos, para análise, três que julgamos amplas e existentes durante toda a sua vida, formadas em espaços, períodos e com indivíduos diferentes, mas semelhantes entre si pela institucionalidade que propõem: as figurações familiar, escolar e religiosa. Nessas figurações, Maria do Rozário desenvolveu papéis com diferentes características: na figuração familiar, ora apareceu como aluna, ora, como criança; já na vida adulta, ora como professora e colega de trabalho, ora como mulher, esposa, avó, catequista e ministra, características que nomeamos e elencamos como facetas e pelas quais vislumbramos suas diferentes atuações em cada figuração. A biografia de Maria do Rozário esteve fortemente marcada pelos estudos e pela profissão docente. Nas entrevistas, ela contou que desde a tenra idade foi influenciada e incentivada pela família a dedicar-se aos estudos. Seus percursos trilhados desde a infância até a adolescência foram motivados, principalmente, pela continuidade de seu processo de escolarização com vistas a sua futura carreira docente. Seu avô materno foi professor e fundador da primeira escola em que estudou, cujo prédio também era utilizado para a realização de missas e para abrigar o comércio da família. Suas tias eram professoras; sua mãe, catequista e ministra, e guardava consigo o desejo não realizado de seguir tal profissão, o revelando nas palavras e ações de enculcamento para que as filhas seguissem a carreira do magistério. Já na vida adulta, se dedicou a sua formação e trabalho docente, funções que administrou em paralelo às atribuições de ser mãe, esposa, dona de casa e cargos na igreja local. Por fim, consideramos que a constituição de sua identidade se deu, desde a tenra idade, pela imersão em uma cultura docente e religiosa. Esta dissertação vem a contribuir para a escrita da História da Educação brasileira, por meio dos percursos de vida pessoal e profissional de Maria do Rozário Pereira Valente.

Palavras-chave: História Oral de vida; memória docente; biografia; trajetória docente.

ABSTRACT

This dissertation dealt with the themes of biography, history and teaching memory and aimed to investigate the life paths of Maria do Rozário Pereira Valente, observing aspects of her childhood, schooling, training and professional performance. We identified the figurations occupied by the collaborator throughout her life, we analyzed her training paths and teaching activities and understood the trajectories and motivations that constituted her as a teacher. The research was carried out from a qualitative approach, constituting an investigation of an exploratory nature. The method used was the Oral History of life, which allowed the use of open interviews and the use of oral sources, as well as the use of documentary sources from the collaborator's personal collection. As a theoretical reference, the research dialogued with Norbert Elias from the concepts of individual, figuration, interdependence and society. The biography was used as a thematic approach to approach the theoretical thinking offered by authors in the area and concepts necessary for the process of investigating and writing Maria do Rozário's life story. The time frame began in the year of birth of the collaborator, 1951, and ended in 2022, the year the interviews were carried out, and was justified, in part, by the methodology of Oral History of life, considering the time of the interview and the narrated historical time, and, in part, for the interest in understanding the process of formation of the collaborator throughout her life. In the research procedures, aiming to answer the guiding questions and the proposed objectives, we identified the figurations composed by Maria do Rozário throughout her life and used, for analysis, three that we judged to be broad and existing throughout her life, formed in spaces, periods and with different individuals, but similar to each other due to the institutionality they propose: family, school and religious figurations. In these figurations, Maria do Rozário developed roles with different characteristics: in the family figuration, sometimes she appeared as a student, sometimes as a child; already in adult life, sometimes as a teacher and co-worker, sometimes as a woman, wife, grandmother, catechist and minister, characteristics that we name and list as facets and through which we envision her different performances in each figuration. Maria do Rozário's biography was strongly marked by her studies and teaching profession. In the interviews, she said that from an early age she was influenced and encouraged by her family to dedicate herself to her studies. Her paths taken from childhood to adolescence were mainly motivated by the continuity of her schooling process with a view to her future teaching career. Her maternal grandfather was a teacher and founder of the first school he attended, whose building was also used for masses and to house the family business. Her aunts were teachers; her mother, catechist and minister, and she kept with her the unfulfilled desire to follow this profession, revealing it in the words and actions of enulment so that her daughters would follow the teaching career. Already in adult life, she dedicated herself to her training and teaching work, functions that she managed in parallel with those of being a mother, wife, housewife and positions in the local church. Finally, we consider that the constitution of their identity took place, from an early age, through immersion in a teaching and religious culture. This dissertation contributes to the writing of the History of Brazilian Education, through the personal and professional life of Maria do Rozário Pereira Valente.

Keywords: Oral History of life; teaching memory; biography; teaching trajectory.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dissertações e teses selecionadas	17
Quadro 2 – Classificação dos documentos utilizados na pesquisa	28
Quadro 3 – Figurações de análise.....	46
Quadro 4 – Distribuição dos cursos primário e secundário realizados pela colaboradora	50
Quadro 5 – Grade Curricular do curso Supletivo realizado por Maria do Rozário – Educação Geral	62
Quadro 6 – Grade Curricular do curso Supletivo realizado por Maria do Rozário – Formação Especial.....	62

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Etapas de procedimentos de História Oral de vida	26
Figura 2 – Foto atual da Escola Estadual Antônio Lucas Martins	52
Figura 3 – Percursos geográficos de Maria do Rozário.....	64
Figura 4 – Diploma de Magistério de I Grau nível I e IV (frente)	67
Figura 5 – Diploma de Magistério de I Grau nível I e IV (verso).....	67
Figura 6 – Fotopintura retrato de Maria do Rozário (1977).....	68
Figura 7 – Diploma de Licenciatura em Pedagogia (frente)	72
Figura 8 – Diploma de Licenciatura em Pedagogia (verso)	73
Figura 9 – Certificado de curso de capacitação em Organização Curricular	76
Figura 10 – Decreto de concessão de aposentadoria voluntária a Maria do Rozário	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAC – Advanced Audio Coding

APEC – Associação Prudentina de Educação e Cultura

ABHO – Associação Brasileira de História Oral

CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados

FAED – Faculdade de Educação

HISTEDBR/PB – Grupo de Estudos e Pesquisas História da Educação da Paraíba

MG – Minas Gerais

MS – Mato Grosso do Sul

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

PPGEdu – Programa de Pós-Graduação em Educação

SMT – Sul de Mato Grosso

SP – São Paulo

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFPR – Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Os percursos metodológicos traçados na pesquisa	24
2 HISTÓRIA ORAL DE VIDA E ABORDAGEM BIOGRÁFICA	31
2.1 A História Oral e a memória	31
2.2 A abordagem biográfica.....	40
3 PERCURSOS DE VIDA: BIOGRAFANDO MARIA DO ROZÁRIO	46
3.1 A Maria da família: Minas Gerais, onde tudo começou... ..	47
3.2 A Maria estudante: início da formação	50
3.3 A Maria migrante, esposa, professora: marchando para o Oeste	58
4 PERCUSOS DE FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DOCENTE.....	64
4.1 A Maria mãe, mulher, cristã: a constituição de uma identidade	78
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS	88
FONTE ORAL.....	97
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	98
APÊNDICE B – CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS DE USO E DIVULGAÇÃO DO RELATO ORAL.....	99
APÊNDICE C – CESSÃO DE DIREITOS DE USO E DIVULGAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO	100
APÊNDICE D – CESSÃO DE DIREITOS DE USO E DIVULGAÇÃO DE ARQUIVO PRIVADO	101
ANEXO A – HISTÓRICO DE FUNDAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO LUCAS MARTINS, FORNECIDO PELA INSTITUIÇÃO.....	102

APRESENTAÇÃO

Durante a graduação em Pedagogia na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), realizei¹ pesquisas no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) que versaram sobre a história da infância, da escolarização das crianças e o lugar da instituição escolar na formação de indivíduos civilizados. Para pesquisar tais temáticas, utilizei, como modelo empírico, o Grupo Escolar Presidente Vargas, localizado em Vila Vargas, distrito do município de Dourados, Mato Grosso (MT), durante os anos de sua existência, de 1970 a 1974.

Uma preocupação que tive, no período de pesquisa de campo, foi com a escassez de fontes documentais históricas nos arquivos das instituições educativas para investigação do cotidiano escolar, assunto que viemos a discutir em encontros remotos² da disciplina “Pesquisa em Arquivos e Fontes Escolares”, ministrada no Programa de Pós-graduação em Educação da UFGD (PPGEdu/UFGD), no primeiro semestre de 2021. No primeiro projeto de iniciação científica, trabalhei com as atas de reuniões pedagógicas, justamente por ser o único documento referente ao recorte temporal investigado que me remetia ao cotidiano da instituição.

Já no segundo projeto, trabalhei com a metodologia de História Oral, por meio da qual entrevistei uma professora e um professor, ambos aposentados, que atuaram no Grupo Escolar no contexto do período investigado. Estudar as narrativas desses docentes me ajudou a identificar e a contextualizar as práticas desenvolvidas no funcionamento da instituição, como os ritos, as festividades, gincanas, desfiles, normas e a organização dessas e demais atividades desenvolvidas no Grupo. Nessa segunda experiência, pude refletir acerca do lugar ocupado pela instituição na vida dos docentes que a ela se dedicavam integralmente e sobre os eventos promovidos pelo Grupo Escolar para a comunidade local.

No processo de exploração dos arquivos, percebi não só as marcas do tempo ali presentes, mas as vidas; eu os via como resultados de experiências de indivíduos que um dia os produziram. Enquanto eu visitava meu acervo em busca de aqui escrever as motivações que me levaram ao estudo da temática que proponho nesta dissertação, encontrei, em meio a descrições e relatos do meu caderno de campo, anotações do ano de 2017 que realizei enquanto catalogava um armário de livros ponto e atas de reuniões administrativas e pedagógicas no arquivo referente à instituição pesquisada. Dentre a descrição de procedimentos de catalogação, eis um

¹ Nesta parte do texto, uso a 1ª pessoa do singular em virtude do caráter pessoal da narrativa. A partir do próximo tópico, “Introdução”, passarei a utilizar a 1ª pessoa do plural.

² Parte do processo de pesquisa se deu durante a pandemia do Coronavírus (COVID-19).

parágrafo de uma dessas reflexões da pesquisa de campo que, talvez, mais caberiam a um diário da “inspirada” pesquisadora iniciante:

De repente me pego a refletir sobre o porquê sou tão apaixonada assim pelas histórias de vida, vivências, pelos papéis com tons marrons e as fotos, ah... as fotos! As pretas e brancas, as “amarronzadas”, as coloridas. Logo, mais perguntas me vêm à cabeça: quantos segredos guardam esses materiais? Quantas experiências? Quantas histórias? Remeto-me a minha infância, na varanda no fundo da casa da minha avó, onde, pela manhã, eu sentava no chão, ao lado da cadeira dela, e nós víamos as fotos antigas guardadas em uma bolsinha estilo anos 1960 em que a fechadura consistia em um entrelaçamento de metais. Ela me apresentava as fotos enquanto contava como sua família vivia em determinada época. Por meio das fotos e das suas palavras, eu formulava histórias e histórias que ganhavam espaço em minha memória. (Caderno de campo, 2017).

Ao escrever sobre meus percursos de iniciação na pesquisa, percebo que, mesmo eu não tendo planos de desenvolver pesquisas acerca das histórias de vida no âmbito do mestrado, essa temática já envolvia meu curso de vida por meio das relações de interdependência dentro dos espaços sociais que transitava; relações entendidas, neste texto, a partir de Elias (2001a):

É isto que expressa o conceito de interdependência: como em um jogo de xadrez, cada ação decidida de maneira relativamente independente por um indivíduo representa um movimento no tabuleiro social, jogada que por sua vez acarreta um movimento de outro indivíduo – ou, na realidade, de muitos outros indivíduos –, limitando a autonomia do primeiro e demonstrando sua dependência. (ELIAS, 2001a, p. 158).

Ao pensar em meus percursos, com apoio na teoria eliasiana, percebo que fui conduzida para o objeto de pesquisa em questão – a vida –, seja pela curiosidade despertada ainda na infância pelas histórias de meus ascendentes contadas por minha avó; seja pelo processo de exploração dos arquivos, dos quais fiz lugares de memória; seja pelo contato inicial com a metodologia de História Oral durante o segundo projeto de iniciação científica; ou seja, ainda, pelas conversas no Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador (GPEPC) com colegas que investigavam trajetórias docentes.

Relatar esse processo é importante porque os primeiros contatos com a vida que me propus a biografar nesta dissertação se deram ainda durante a exploração dos arquivos e conversas com funcionários/as da Escola Estadual Presidente Getúlio Vargas. Contato que veio a se estabelecer no convite durante a elaboração do plano de investigação para a seleção do mestrado e nas muitas conversas que se sucederam ao longo do processo de pesquisa.

Aos poucos, pude conhecer Maria do Rozário e desenvolver uma relação que se deu em um ambiente de identificação: de um lado, estava a professora aposentada que construiu sua carreira e vínculos vivendo na comunidade há 52 anos; de outro lado, a entrevistadora, jovem estudante e pedagoga recém-formada que desde a tenra infância vive na comunidade e, apesar de não ter tido contato próximo com a colaboradora durante a vida, ouvira relatos de seus ex-alunos e profissionais atuantes junto a ela.

Nesse processo, estabelecemos um vínculo de trocas de conhecimentos, no qual me coloquei em situação de aprendizagem e ofereci abertura para escuta e diálogo. Assim, pude compreender seus processos e me deparar com os desafios de escrever sobre sua vida por vezes expressos nos moldes da pesquisa científica como os limites da memória ao quais o trabalho com a História Oral está sujeito, limites de tempo e, principalmente, com a imensidão de uma vida e seus percursos.

Tais desafios fizeram com que certos apontamentos e colocações, ainda que desejáveis, não fossem possíveis de serem esmiuçados neste trabalho que tem objetivos e delimitações próprias. Por outro lado, ele cumpre sua missão maior: revelar à posteridade uma história de vida que floresceu entre o Sudeste e o Centro-Oeste brasileiro, foi meio de transformação por onde passou e contribuiu com a educação nesses espaços, compondo a história da educação.

Por fim, e para que seja iniciada a leitura deste trabalho, devo mencionar que escrever sobre a vida de Maria do Rozário me fez conhecer cenários históricos da formação e profissão docente na qual estou inserida. Seus percursos permitiram vislumbrar aspectos da história de instituições e da formação docente no Sul de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ainda que sem o intuito de traçar uma linearidade de acontecimentos, apesar das ações serem tratadas em sequência cronológica.

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação³ inscreve-se na linha de pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Faculdade de Educação (FAED) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), e apresenta uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, que investigou os percursos de vida de Maria do Rozário Pereira Valente⁴, observando aspectos de sua infância, escolarização, formação e atuação profissional. A partir do método História Oral e abordagem biográfica, identificamos, por meio dos percursos de vida da colaboradora⁵, as figurações – conceito eliasiano entendido como grupos de indivíduos formados por relações de interdependência e afinidades – por ela ocupadas desde a infância até a vida adulta. Narramos as trajetórias e motivações que a constituíram como professora, ao passo que analisamos seus itinerários de formação e atuação profissional.

Maria do Rozário nasceu em Cruzes, distrito localizado na área rural do município de Presidente Bernardes, no estado de Minas Gerais. Lá, viveu parte de sua infância com a família, pai, mãe, duas irmãs e quatro irmãos, e estudou até a 3ª série em uma escola rural multisseriada. Aos onze anos de idade, mudou-se para a cidade de Governador Valadares, Minas Gerais, onde morou com a avó materna durante um ano para cursar a 4º série do ensino primário. No ano seguinte, passou a residir em Paula Cândido, município em que realizou o exame admissional para o curso secundário e prosseguiu com os estudos até a 8ª série. Maria do Rozário se casou na cidade histórica de Congonhas do Campo, ainda no estado mineiro, e em 1970 se mudou com seu cônjuge para o Sul de Mato Grosso (SMT)⁶, onde passaram a residir em Vila Vargas, distrito do município de Dourados, região na qual iniciou a carreira docente na Escola Rural Mista Laranja Doce, uma escola multisseriada, ao passo que, em período de férias escolares, estudava para concluir os estudos e obter o diploma de habilitação em magistério de 1º grau.

No ano seguinte à conclusão do Magistério, Maria do Rozário foi aprovada em seu primeiro concurso público e passou a lecionar na Escola Estadual de Primeiro Grau Presidente Getúlio Vargas, no período vespertino, e, no período matutino, na Escola Rural Municipal Aristeu de Carvalho, período que veio a ser substituído pelo segundo concurso no qual foi

³ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

⁴ Utilizamos o nome real da colaboradora mediante autorização prévia por meio de assinatura do termo de cessão de direitos de uso e divulgação de identificação.

⁵ Termo utilizado pelos referenciais adotados na condução do método: Meihy e Ribeiro (2011), Meihy e Holanda (2018) e Meihy e Seawright (2021).

⁶ Utilizamos a sigla SMT (Sul de Mato Grosso) para indicar a localização no período anterior à divisão do Estado de Mato Grosso, pois o recorte temporal de pesquisa abarca anos anteriores e posteriores à divisão geográfica dada pela Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977 (BRASIL, 1977).

aprovada, em 1981, para atuar também na escola estadual do distrito. Concomitante ao trabalho docente, realizou viagens de estudos ao município de Presidente Prudente, São Paulo (SP), onde cursou Pedagogia na Faculdade de Ciências, Letras e Educação da Associação Prudentina de Educação e Cultura (APEC).

A biografia de Maria do Rozário esteve fortemente marcada pelos estudos e pela profissão docente. Conforme ela contou nas entrevistas, desde a tenra idade foi influenciada e incentivada pela família a dedicar-se aos estudos. Seus percursos trilhados a partir da infância até a adolescência foram motivados, principalmente, pela continuidade de seu processo de escolarização com vistas a sua futura carreira docente. Já na vida adulta, se dedicou a sua formação e trabalho docente, funções que administrava em paralelo às atribuições de ser mãe, esposa, dona de casa e aos cargos assumidos na igreja local.

Após concluir o curso de Pedagogia, seguiu estudando, cursou uma pós-graduação em Administração Escolar em 1986 e participou dos cursos de formação oferecidos na escola em que lecionava. Sua vida profissional e sua vida pessoal estiveram interligadas, e, ainda hoje, é referência na comunidade, de modo que todos se referem a ela como “a professora Maria do Rozário”, responsável por alfabetizar grande parte da população que viveu e/ou ainda vive no distrito. Por meio de uma abordagem biográfica, narramos sua história de vida na busca por identificar seus percursos desde a infância e compreender seu processo de constituição enquanto docente atuante em Vila Vargas, distrito do município de Dourados/MS.

Para compreender o campo acerca da temática proposta, biografia e memória docente, realizamos um levantamento bibliográfico por meio do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Utilizamos os descritores “biografia AND memória docente AND história docente” e aplicamos o filtro de recorte temporal com vistas a levantar teses e dissertações defendidas entre os anos de 2011 e 2021⁷ (setembro). No Catálogo da CAPES foram reportados 7 resultados, enquanto na BDTD foram reportados 51 resultados, ambos já com o filtro de recorte temporal. Como critério de seleção dos trabalhos, realizamos uma revisão de títulos associada à leitura de resumos, com o intuito de selecionar aqueles compatíveis com os descritores utilizados, restando, assim, 20 trabalhos, conforme dispostos no Quadro 1.

⁷ O recorte temporal para realização do levantamento foi estabelecido levando em consideração a relativa recente expansão, no Brasil, da temática pesquisada e considerando também, a baixa quantidade de trabalhos existentes entre os anos de 1990 a 2000 em ambas plataformas consultadas, os quais, em sua maioria, não estavam ligados diretamente a temática.

Quadro 1 – Dissertações e teses selecionadas

Nº	Autor (a)	Título	Natureza do Trabalho	Instituição
1	Silvânia Santana Costa	Espaços construídos, posições ocupadas: história docente de José Calasans Brandão da Silva em Sergipe	Dissertação (2011)	UFS
2	Kedna Karla Ferreira da Silva	Memória entre papéis: tessituras das práticas docentes de Hilda de Souza (1948-1953)	Dissertação (2012)	UFPB
3	Maria Cristina dos Santos Louzada	A trajetória docente de uma alfabetizadora do Colégio São José em Pelotas/RS nas décadas de 1940 a 1980	Dissertação (2012)	UFPEL
4	Fabiana Garcia Munhoz	Experiência docente no século XIX: trajetórias de professores de primeiras letras da 5ª Comarca da Província de São Paulo e da Província do Paraná	Dissertação (2012)	USP
5	Márcia Cristiane Ferreira Mendes	Memórias e Práticas Educacionais da Educadora Argentina Pereira Gomes: o seu legado no cenário educativo da Paraíba (1916- 1962)	Dissertação (2012)	UFPB
6	Janaína Machado Asseburg Lima	Ingeburg Hasenack: memórias de uma educadora musical	Dissertação (2013)	UFSM
7	Sara Marli Magalhães Belarmino da Silva	Histórias da universidade: trajetórias e experiências de docentes da Universidade Federal do Ceará	Tese (2014)	UFC
8	Anna Karla de Melo e Silva	Felte Bezerra: um quartel de atividades lítero-científicas	Dissertação (2014)	UFS
9	Luisa Maria Delgado de Carvalho	Caminhos de vida, percursos na educação da infância: um estudo sobre a trajetória profissional da educadora Astrogildes Delgado de Carvalho (anos 1940/1980)	Tese (2014)	UERJ
10	Adriana Vilar dos Santos	Educação, docência e memórias da professora Maria Bronzeado Machado (1940-1986)	Dissertação (2016)	UFPB
11	Haquel Myriam de Lima Costa Palhari	Escola como “laboratório” para a produção de livros didáticos: a atuação de Piedade Paiva no Cenário Educativo Paraibano (1967-1990)	Tese (2016)	UFPB
12	Cristiane Feitosa Pinheiro	Entre o giz e a viola: práticas educativas do mestre-escola Miguel Guarani, no Vale do Guaribas/PI (1938-1971)	Tese (2017)	UFPI
13	Jessica Luana Fernandes	Valdilene Verônica de Albuquerque lobo: memórias de uma educadora (1978-2008)	Dissertação (2017)	UFPB
14	Renilfran Cardoso de Souza	“Mestra na essência da palavra”: trajetória docente de Ofenísia Soares Freire (1941 - 1966)	Dissertação (2017)	UFS
15	Carmem Silvia da Fonseca Kummer Liblik	Uma história toda sua: trajetórias de historiadoras brasileiras (1934-1990)	Tese (2017)	UFPR

16	Welbert Feitosa Pinheiro	Garimpeiro de memórias: práticas educativas de Ozildo Albano - Piauí (1952-1989)	Tese (2018)	UFU
17	Thaís Jussara de Oliveira Guedes Isidro	Nilza Fernandes de Souza: tessituras de memórias de uma educadora de Mamanguape/PB (1954 – 1985)	Dissertação (2018)	UFPB
18	Normélia Ondina Lalau de Farias	Trajetórias de docentes negros/as universitários: desafios entre a presença e o reconhecimento a partir das relações raciais no Brasil	Dissertação (2019)	UNESC
19	Marília Duarte Guimarães	A identidade profissional de professoras da Educação Básica: sentidos e significados atribuídos à docência	Dissertação (2018)	UFC
20	Bruna Gomes de Oliveira Dornelas	Maria José Mamede Galvão: memórias e formação de uma educadora	Dissertação (2018)	UFPB

Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados de buscas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

Os estudos levantados se inserem no campo da biografia e de trajetórias de vidas tendo docentes como objeto e colaboradoras/es das pesquisas, com objetivos que envolvem a compreensão de realidades educativas e de formação, práticas docentes e contribuição das/os docentes nos espaços e tempos pesquisados. Quanto ao método, dezesseis (16) trabalhos utilizaram a História Oral, tendo como instrumentos de coleta de dados entrevistas narrativas ou entrevistas semiestruturadas. Dos quatro (4) trabalhos restantes, dois (2) utilizaram, para a coleta de dados, a pesquisa documental, um (1) recorreu a entrevistas semiestruturadas com a técnica de grupo focal e um (1) operou com narrativas (auto) biográficas. Além das fontes advindas das entrevistas, os trabalhos utilizaram memoriais, cartas e outras fontes de acervos pessoais e públicos. Os estudos levantados também nos permitiram identificar alguns teóricos mais utilizados: no campo da biografia, Bourdieu (2006), Delory-Momberger (2008), Arfuch (2010) e Dosse (2009); no campo de estudos sobre memória, Le Goff (1990), Bosi (1994), Halbwachs (2006) e Pollak (1992).

Entre os vinte (20) trabalhos levantados, sete (7) deles estão vinculados à Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Em consulta ao site (UFPB, 2022) do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) dessa Universidade, constatamos que tais trabalhos estão inseridos na linha de pesquisa História da Educação e vinculados ao Grupo de Estudos e Pesquisas História da Educação da Paraíba (HISTEDBR/PB), criado em 1992, cujos estudos são realizados acerca da história de trajetórias intelectuais e biográficas, abordando temáticas de gênero, feminização do magistério e itinerários intelectuais. Além de estarem vinculados a mesma Universidade e

Grupo de Estudos e Pesquisas, tais trabalhos apresentam resultados de pesquisas biográficas que narram a trajetória de mulheres atuantes na educação do nordeste do Brasil.

Por meio desse esboço geral, pudemos observar como a abordagem biográfica vem sendo utilizada na pesquisa científica em história da educação e, principalmente, acerca da constituição, história e memória docente. Para aprofundar os conhecimentos sobre a abordagem pesquisada, dentre os trabalhos apresentados no Quadro 1, selecionamos, para leitura, três (3) que tivessem mulheres como colaboradoras/sujeitos de pesquisa, passo que nos ajudou a compreender o desenvolvimento das pesquisas do campo e como a biografia vem sendo utilizada, seja como abordagem, seja como método para estudar as histórias de vida docente em seus processos de constituição identitária e a trajetória profissional envolvendo questões de gênero e relações de poder.

O primeiro trabalho selecionado foi a dissertação de Bruna Gomes de Oliveira Dornelas (DORNELAS, 2018), defendida em 2018 sob o título “Maria José Mamede Galvão: memórias e formação de uma educadora”, no âmbito do PPGE/UEPB, e orientada pelo Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado. A pesquisa analisou a trajetória educacional da educadora Maria José Mamede Galvão por meio do método biográfico, tendo como objeto de estudo as práticas educativas da referida professora, no contexto temporal que englobou os anos de 1951 a 1991.

A pesquisadora utilizou fontes advindas da História Oral, bem como memorial e materiais do acervo pessoal da professora, como fotografias, poemas e outros escritos. Por intermédio da biografia da professora, apresentou a constituição de sua trajetória docente permeada por cuidados da vida doméstica e materna, suas práticas pedagógicas inovadoras, a contribuição de seus escritos e as práticas educacionais que estes revelaram. Em suas considerações, a pesquisadora constatou a atenção da docente voltada às dimensões de criações pedagógicas no processo de aprender em suas apostas frente à educação norte-rio-grandense.

O segundo trabalho selecionado foi a dissertação de Marília Duarte Guimarães (GUIMARÃES, 2018), intitulada “A identidade profissional de professoras da Educação Básica: sentidos e significados atribuídos à docência” e defendida em 2018 no Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC), sob orientação do Prof. Dr. Luís Távora Furtado Ribeiro. A pesquisa explicitou como se constituiu a identidade de professoras da Escola Melo Jaborandí, localizada no bairro Jangurussu, em Fortaleza/CE, a partir de aspirações, sentidos e significados atribuídos à docência.

O método utilizado pela pesquisadora foi a História de Vida e a narrativa (auto)biográfica como fonte de produção de dados, por meio de entrevistas realizadas com duas professoras de Jangurussu. Foram mobilizadas cinco (5) categorias de análise: a escolha pela

profissão, concepções de mundo, profissionalização, prática profissional e significados da docência. As análises apontaram três fatores que levaram as participantes à escolha pela docência: os familiares, a possibilidade de conciliação com os trabalhos domésticos e a limitação de escolhas de um curso de acordo com as condições objetivas de ter acesso a uma graduação. Tais fatores colocam em evidência o lugar da mulher na sociedade no período pesquisado, pois ser esposa, mãe e dona de casa foram aspectos decisivos nas suas trajetórias. Outro tema suscitado foi a constituição de uma identidade docente antes da formação acadêmica, porquanto as participantes da pesquisa em questão já eram professoras. Por fim, Guimarães (2018) constatou que a significação da profissão foi definida pela finalidade da ação docente, em especial, ao que fazem pelas crianças do Jangurussu.

O terceiro trabalho foi a tese de Carmem Silva da Fonseca Kummer Liblik (LIBLIK, 2017), intitulada “Uma história toda sua: trajetórias de historiadoras brasileiras (1934-1990)” e defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR), sob orientação da Profa. Dra. Ana Paula Vosne Martins. A pesquisadora analisou as trajetórias intelectuais, profissionais, e explorou as narrativas biográficas de duas gerações – 1ª geração (1934-1970) e 2ª geração (1971-1990) – de historiadoras profissionais que estiveram vinculadas às universidades públicas brasileiras. Para tanto, utilizou, como método, a História Oral a partir de entrevistas e análises voltadas à trajetória biográfica das participantes.

O principal ponto de análise foram as articulações entre gênero e carreira acadêmica na História, evidenciando a complexa constituição das entrevistadas como historiadoras que envolveram aspectos como a maternidade e atividades domésticas em relação às atividades do cotidiano, não somente pessoal, mas profissional. Também foi constatada a necessidade de as professoras criarem estratégias de inserção em um ambiente profissional hierarquizado e predominantemente masculino, principalmente no que diz respeito à primeira geração.

Para além dos estudos levantados pelas plataformas mencionadas, também ressaltamos aqueles que aguçaram caminhos para a temática pesquisada desenvolvidos no âmbito do Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador (GPEPC). Tais trabalhos têm em comum o estudo de trajetórias e memórias de mulheres e docentes, a saber: as dissertações de Joice Camila dos Santos Kochi, intitulada “Escola Modelo de Língua Japonesa de Dourados-MS: movimentos, histórias e memórias de mulheres” (KOCHI, 2017), e de Adriana Horta de Faria, intitulada “Trajetórias docentes: memórias de professores homens que atuaram com crianças no interior de Mato Grosso do Sul (1962-2007)” (FARIA, 2018); e as teses de Luciene Cléa da Silva, intitulada “Trajetórias de formação de professoras da infância na fronteira de Ponta Porã/BR e Pedro Juan Caballero/PY” (SILVA, 2020), de Míria Izabel Campos, intitulada “Tempos de

escritas: memoriais de infância, docência e gênero” (CAMPOS, 2018), e de Nubea Rodrigues Xavier, “Cecília Meireles, as meninas e sua educação (1901 a 1940)” (XAVIER, 2017).

Cabe mencionar alguns trabalhos realizados no estado de Mato Grosso do Sul cujas temáticas caminham ao lado da abordada neste trabalho: a dissertação de Larissa Martins Costa, intitulada “A trajetória de Wilma Rodrigues de Souza: formação e identidade de uma professora negra no sul de Mato Grosso” (COSTA, L., 2015); a tese de Adriana Espindola Britez, “Episódios da trajetória de Oliva Enciso: a gênese de instituições educativas filantrópicas e profissionalizantes não estatais no sul do antigo Mato Grosso (1930-1970) (BRITZ, 2020); e a dissertação de Daniela Felisberto da Silva, “Maria Constança Barros Machado: um estudo das representações sociais sobre a professora e diretora do primeiro ginásio público campo-grandense” (SILVA, D., 2015).

A partir do levantamento exposto, esta pesquisa justifica-se pela ampla contribuição da biografia para compreensão da constituição e formação social de um indivíduo e o entrelace entre vida e profissão docente, bem como por investigar a história da educação nos espaços geográficos e tempos vividos por este indivíduo. Delimitamos, como objeto de pesquisa, a vida de uma mulher que nasceu e teve parte de seu processo de escolarização no Estado de Minas Gerais, se formou professora no Estado de São Paulo e em Dourados/MS, e atuou durante toda a carreira no interior desse último espaço geográfico.

As investigações foram guiadas pelas seguintes questões: quais foram as figurações ocupadas pela colaboradora desde a infância até a vida adulta? Quais foram seus percursos de formação e atuação docente? Qual o lugar dessas figurações em sua constituição social, pessoal e profissional? A fim de responder tais indagações, definimos como objetivo geral: investigar os percursos de vida de Maria do Rozário, observando aspectos de sua infância, escolarização, formação e atuação profissional. Como objetivos específicos, delimitamos: identificar as figurações ocupadas pela participante ao longo da vida; analisar seus percursos de formação e atuação docente; e compreender as trajetórias e motivações que a constituíram como professora.

Nosso recorte temporal inicia no ano de nascimento da colaboradora, 1951, e finda em 2022, ano de realização da pesquisa. Tal recorte justifica-se, por um lado, pela metodologia de História Oral de vida, que, por se tratar de uma história do tempo presente, considera o tempo de realização da entrevista e o tempo histórico narrado, ou seja, usufruímos das narrativas construídas no ano da pesquisa e realizamos uma análise sobre um período histórico de 70 anos. Por outro lado, justifica-se por compreender o processo de formação ao longo da vida de Maria do Rozário, isto é, sua constituição, sua identidade e sua representação social que, em alguma medida, buscamos identificar e compreender.

Quanto à perspectiva teórica do trabalho, realizamos aproximações às teorias do sociólogo alemão Norbert Elias (1994, 1995, 2001a, 2001b, 2006, 2011), utilizando os conceitos de civilização, sociedade, indivíduo, figuração e interdependência.

O conceito de civilização refere-se ao resultado do processo de desenvolvimento de um povo ou uma nação, resultado que pode ser atribuído aos comportamentos, à ciência, à religião, aos costumes, entre outros aspectos atinentes a um processo civilizador que moldou a configuração de uma sociedade. O conceito de sociedade deve ser pensado em conjunto ao conceito de indivíduo, pois, de acordo com Elias (1994), não há sociedade sem indivíduos e indivíduos sem a sociedade. Tal afirmação fica mais clara ao tratarmos dos conceitos de figuração e interdependência.

De acordo com a teoria eliasiana (ELIAS, 1994), somos parte de grupos de indivíduos ligados uns aos outros por relações de interdependência; grupos denominados pelo sociólogo como “figurações”: “os seres humanos, em virtude de sua interdependência fundamental uns com os outros, agrupam-se sempre na forma de figurações específicas” (ELIAS, 2006, p. 26). No âmbito das figurações, os indivíduos exercem funções em relação aos outros, ou seja, um depende das funções dos outros, bem como as funções desses outros dependem das suas:

Em virtude dessa inerradicável interdependência das funções individuais, os atos de muitos indivíduos distintos, especialmente numa sociedade tão complexa quanto a nossa, precisam vincular-se ininterruptamente, formando longas cadeias de atos, para que as ações de cada indivíduo cumpram suas finalidades. Assim, cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que a prendem. Essas cadeias não são visíveis e tangíveis, como grilhões de ferro. São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém não menos reais, e decerto não menos fortes. E é a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e nada mais, que chamamos ‘sociedade’. (ELIAS, 1994, p. 20).

Tal movimento de interdependência pode ser observado nas diversas figurações que um indivíduo compõe durante a vida. Assim, ao considerarmos a “vida” o objeto de estudo da biografia, compreendemos esta escrita como uma narrativa cujo percurso é trilhado entre o social e o individual, a ponderar as relações dos indivíduos com o mundo que os cerca e as subjetividades de uma vida, fatores que estão imbricados e não podem ser pensados isoladamente. A partir da perspectiva figuracional, a biografia nos ajuda a compreender as relações nas instâncias integradas por um indivíduo e demanda discutir a trajetória pessoal e sua relação com a coletiva, pois não há como considerar os indivíduos sem a sociedade e esta

sem os indivíduos. Ao discutir a abordagem biográfica nas pesquisas em História da Educação, Bueno (2002) a coloca como uma alternativa para mediar as relações entre história social e história individual visto que a prática humana advém das relações e estruturas sociais.

Compreendemos que os diferentes grupos sociais integrados por um indivíduo durante a vida oferecem subsídios a sua formação individual e social, logo, no âmbito da História da Educação, vale observar as práticas e concepções absorvidas nas diversas instituições integradas pelo indivíduo integrou, como as instituições escolares, familiar, religiosa e outras. Assim, observar a formação recebida pelo indivíduo desde a infância, nos ajuda a compreender sua constituição e vislumbrar, a partir dela, suas ações frente às demandas de uma vida social. Consideramos as instituições mencionadas como figurações em que os indivíduos estão submetidos a relações de poder desde a infância, período no qual as crianças são condicionadas a um controle e modelagem de comportamentos por parte dos adultos (ELIAS, 2011).

A figuração familiar, por exemplo, e as teias relacionais que a constitui, são agentes do processo civilizador da criança, mas, como Elias (2011, p. 139) aponta, tal figuração é primária no trabalho do controle dos impulsos e modelagem destes indivíduos, pois “[...] é sempre a sociedade como um todo, o conjunto de seres humanos que exerce pressão sobre a nova geração, levando-a mais perfeitamente, ou menos, para seus fins”. A partir dessa afirmação, voltamos nosso olhar à figuração escolar, uma instituição que o indivíduo compõe por cerca de 12 anos de sua vida e engloba uma gama de instrumentos para sua construção, os quais podemos sintetizar no que chamamos de cultura escolar, responsável, junto à família, pelo processo de formação e civilização:

Por nascimento, ele está inserido num complexo funcional de estrutura bem definida; deve conformar-se a ele, moldar-se de acordo com ele e, talvez, desenvolver-se mais, com base nele. Até sua liberdade de escolha entre as funções preexistentes é bastante limitada. Depende largamente do ponto em que ele nasce e cresce nessa teia humana, das funções e da situação de seus pais e, em consonância com isso, da escolarização que recebe. (ELIAS, 1994, p. 19).

Além da família e da escola, consideramos os vários grupos integrados por um indivíduo e as influências na sua formação e constituição enquanto indivíduo social. Frente à compreensão de que o processo de constituição pessoal decorre de processos sociais e vice-versa, consideramos a colaboradora desta pesquisa como autora e produtora de uma época, ângulos que se entrecruzam e se apresentam como desafios das análises desta investigação.

1.1 Os percursos metodológicos traçados na pesquisa

Esta pesquisa se centrou na abordagem qualitativa, tendo caráter exploratório. Para investigar os percursos de vida da colaboradora, utilizamos a História Oral de vida, um dos gêneros de História Oral aqui considerado a partir das obras do historiador brasileiro José Carlos Sebe Bom Meihy, que nos auxiliaram na condução dos procedimentos (MEIHY; RIBEIRO, 2011; MEIHY; HOLANDA, 2018; MEIHY; SEAWRIGHT, 2021). Tal método permitiu o levantamento e a produção da fonte oral a partir da entrevista de História Oral de vida, gênero que “trata-se de narrativa com aspiração de longo curso – daí o nome ‘vida’ – e versa sobre aspectos continuados da experiência das pessoas” (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 82).

Ao buscar construir conhecimento acerca de um indivíduo, esse método prima pela valorização dos filtros subjetivos e impressões pessoais, pois tem como motivo a experiência e observa a auto elaboração do que a memória apresenta como fato. Assim, a História Oral exige um movimento de “entre” “vista”, uma interlocução trocada entre entrevistador/a e colaborador/a na qual devem ser observados os silêncios e interditos, visto que o uso da História Oral se justifica por ampliar a pesquisa histórica ao compreender não só a voz, mas gestos e entrelinhas que, somadas ao estudo da memória, se tornam ricas possibilidades para a pesquisa em História da Educação (MEIHY; SEAWRIGHT, 2021).

Por meio da História Oral, pudemos compreender como o passado é concebido pelas memórias, e, principalmente, como as memórias se constituem e podem ser acessadas e expressas pelas narrativas. Durante uma reflexão sobre o fenômeno da memória, por meio de entrevistas que realizou com velhos – termo que utiliza para se referir às pessoas idosas – Bosi (1994) observou a riqueza e imensidão de registros da memória durante as valiosas e constantes recordações dos entrevistados, que, mesmo entre as pausas das entrevistas, quando cessavam os registros, os silêncios, os não ditos também revelavam aspectos que a interessavam. A autora nos convida a pensar a memória enquanto profundidade, e, nessa perspectiva, constatamos que trabalhar com a memória exige compreender sua riqueza, ligar fios e tecer conexões entre as narrativas considerando as subjetividades e a construção dos fatos.

O uso da História Oral tem apresentado significativas contribuições para a historiografia da formação e profissão docente em Mato Grosso do Sul. Oliveira e Paes (2012) ressaltam a importância do uso da História Oral na recuperação de memórias de professores/as e ex-alunos/as para a construção da História da Educação, sobretudo quando se trata de conhecer as práticas e o cotidiano vivido nos espaços educacionais, pois as entrevistas em História Oral permitem acessar a memória por meio das narrativas de quem experienciou tais vivências.

A escolha pela História Oral de vida como método de pesquisa se justifica pela atenção dada às narrativas de longo curso e a valorização das experiências e subjetividades expressas por meio da memória. Insumos das pesquisas de Cunha (2008; 2017) e Sarat e Santos (2010) nos mostraram a pertinência do uso da História Oral na abordagem biográfica ao passo que o ato de guardar preserva a memória em objetos, fotografias, memoriais, entre outros: “A experiência de lembrar a partir de objetos que façam a memória ser reavivada é interessante no trabalho de História Oral, pois, em muitos casos, ela amplia a capacidade de rememorar fatos ou acontecimentos vividos” (SARAT; SANTOS, 2010, p. 53).

Assim, a perspectiva metodológica foi ampliada com uso dos acervos pessoais da colaboradora, guardados que sobreviveram ao tempo, certificações, fotos, diplomas, declarações, entre outros papéis que, ao serem iluminados, tornam-se importantes para o reconhecimento de práticas, costumes e rituais (CUNHA, 2008). Ao realizar uma revisão de literatura sobre arquivos pessoais, Britto e Corradi (2017) concluíram que os documentos guardados em um acervo pessoal não se restringem somente à memória de seu titular, como também correspondem à memória coletiva de uma sociedade e época a eles associados.

A execução do método seguiu procedimentos específicos da metodologia de História Oral com realização das etapas, conforme dispostas na Figura 1.

Figura 1 – Etapas de procedimentos de História Oral de vida

Etapa 1 - PLANEJAMENTO DA ENTREVISTA

Planejar a realização da entrevista em História Oral requer pensar aspectos como local de captação, tempo de duração, a formulação de questões/estímulos de acordo com o projeto de pesquisa.

Etapa 2 - PRÉ-ENTREVISTA

Nesta etapa recomenda-se a apresentação simplificada do projeto a/ao colaborador/a para que este conheça as intenções da pesquisa. Nesta etapa também é feita a escolha criteriosa do equipamento de gravação, sua eficácia e espaço de armazenamento, bem como, as negociações de local, dia e horário.

Etapa 3 - ENTREVISTA

Este é um momento democrático em que a/o entrevistada/o oferece opiniões e visões de mundo e, portanto, requer uma relação empática. Importante atentar-se aos gestos, olhares, bem como, a ruídos e interrupções.

Etapa 4 - REGISTROS DE CAMPO

O registro de considerações, impressões e experiências antes, durante e após as entrevistas são importantes para execução do método, para tanto, o caderno ou diário de campo é um meio de registrar os momentos da pesquisa e seus significados e compor a história do projeto.

Etapa 5 - TRANSCRIÇÃO

A transcrição é a passagem do oral para o escrito, nesta etapa a entrevista é transcrita de forma literal, tal como enunciada no formato oral, item por item, detalhe por detalhe, considerando todos os sons ainda que alheios ao diálogo.

Etapa 6 - TEXTUALIZAÇÃO

O processo de textualização consiste em uma intervenção, com ética e rigor, no texto já transcrito, deixando-o limpo e coerente, por meio do reordenamento das ideias emitidas pelo/a entrevistado/a em função da compreensão leitora.

Fonte: elaborado pela autora com base em Meihy e Ribeiro (2011), Meihy e Holanda (2018), Meihy e Seawright (2021)

Os procedimentos da pesquisa seguiram as etapas apresentadas na Figura 1. Assim, realizamos, primeiramente, a seleção da colaboradora, que foi localizada ainda durante as pesquisas de iniciação científica relatada no início deste capítulo. Já no processo de elaboração do projeto para a seleção de mestrado acerca da temática “trajetórias docentes”, Maria do Rozário foi contactada e informada sobre a elaboração do projeto com vistas a um possível convite para colaboração na pesquisa. Passado um ano, entramos em contato novamente com a professora para realização do convite a colaborar com a pesquisa, quando lhe foram apresentados a temática, os objetivos e o método a serem utilizados. Em nossas conversas, ainda durante a elaboração do projeto inicial, Maria do Rozário se mostrou receptiva e interessada em

colaborar com a pesquisa. Considerando que “[...] as entrevistas são essenciais, mas não esgotam a prática em História Oral” (MEIHY; SEAWRIGHT, 2021, p.113), após o aceite da professora, iniciamos o planejamento da entrevista com a preparação do meio de gravação e a construção dos estímulos/roteiro a serem utilizados, feitos a partir de anotações realizadas na pesquisa de iniciação científica e relatos prévios fornecidos pela professora durante o contato inicial. Posteriormente, agendamos dia, horário e local para realização da entrevista.

A primeira entrevista foi realizada no dia 28 de janeiro de 2022, no período vespertino, e gravada em áudio no formato *Advanced Audio Coding* (AAC), por meio do aplicativo “Gravador de Voz” versão 3.16, em aparelho de telefone celular, com duração de duas horas e dezessete minutos. Ao final da entrevista, foram lidos e assinados os seguintes documentos: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; Carta de Cessão de Direitos de Uso e Divulgação de Relato Oral; Cessão de Direitos de Uso e Divulgação de Identificação; Cessão de Direitos de Uso e Divulgação de Arquivo Privado, conforme disponíveis nos apêndices⁸ A, B, C e D.

Após o processo de transcrição da entrevista, retomamos o contato com a professora a fim de levar a entrevista transcrita para leitura e para a recolha dos documentos de seu acervo privado. Maria do Rozário relatou possuir poucos arquivos, mas disponibilizou diplomas, certificados de capacitações, cópias de decretos, fotos e outros. Para Cunha (2008; 2017), os documentos presentes nos acervos pessoais organizados ao longo de uma vida guardam histórias individuais e coletivas, pois o ato de guardar faz desses artigos ponte de acesso a uma realidade vivida por quem os possui ou possuiu.

Os documentos selecionados e utilizados na pesquisa foram listados no Quadro 2.

⁸ Todos os termos presentes nos apêndices foram assinados e estão sob posse da pesquisadora.

Quadro 2 – Classificação dos documentos utilizados na pesquisa

Data/Ano	Tipo de documento	Local da fonte	Resumo/ Descrição
1977	Diploma de Professora de I Grau nível I e IV	Acervo pessoal	Nome da instituição de concessão do diploma; menção da Lei nº 5.692/1971; nome, naturalidade, filiação e data de nascimento de Maria do Rozário; relação de disciplinas e carga-horária; relação das escolas de estágio e período.
1977	Fotopintura retrato	Acervo pessoal	Retrato com uso da técnica de fotopintura realizada a partir de uma foto tirada durante a formatura do Magistério.
1984	Diploma de Licenciatura em Pedagogia	Acervo pessoal	Nome da instituição de concessão do diploma; nome, naturalidade, filiação e data de nascimento de Maria do Rozário; menção ao Decreto nº 75361/1975; número de registro; carimbos de apostilamento.
1986 -1987	Ficha de Avaliação de Desempenho	Acervo pessoal	Dados funcionais; fatores de avaliação e pontos atribuídos; nome dos responsáveis pela avaliação na instituição.
1999	Cópia de resolução de averbação de tempo para aposentadoria	Acervo pessoal	Número do processo de averbação; cargo, classe, nível, código, matrícula; cargos e horas computadas para averbação.
1999	Cópia de decreto de concessão de aposentadoria	Acervo pessoal	Menção a Emenda Constitucional nº 20/1990 e da Lei nº 1.102/1990; matrícula, cargo, classe, nível, código, lotação; local, mês e no; assinaturas do Governador e Secretário de Estado de Administração e Recursos Humanos.
2000	Certificado de Formação: “Seminário do ciclo I e II”	Acervo pessoal	Timbre do Estado e nome dos órgãos envolvidos na formação; identificação da participante; título do seminário; local de realização, período e carga horária; dados de registro; assinatura da Superintendente de Educação e da Diretora de Desenvolvimento Profissional.
2001	Certificado de Formação: “Encontro de Professores do Ciclo I e II e Recuperação Paralela”	Acervo pessoal	Timbre do Estado e nome dos órgãos envolvidos na formação; identificação da participante; título do seminário; local de realização, período e carga horária; dados de registro; assinatura da Superintendente de Apoio a Educação e da Coordenadora de Desenvolvimento Pedagógico.
2003	Certificado “Curso de Capacitação para Professores de Organização Curricular”	Acervo pessoal	Identificação da cooperativa prestadora do curso; identificação da participante; título do curso; local de realização, período e carga horária; assinatura da ministrante e coordenador do curso.
2003	Certificado “Curso de Capacitação para	Acervo pessoal	Identificação da cooperativa prestadora do curso; identificação da participante;

	Professores de Língua Portuguesa”		título do curso; local de realização, período e carga horária; assinatura da ministrante e coordenador do curso.
2003	Certificado “Curso de Capacitação para Professores de Projeto de Ensino”	Acervo pessoal	Identificação da cooperativa prestadora do curso; identificação da participante; título do curso; local de realização, período e carga horária; assinatura da ministrante e coordenador do curso.
2003	Declaração para anexação de licença prêmio a aposentadoria	Acervo pessoal	Identificação do estado, Secretaria de Educação e instituição de ensino; texto da declaração com n° de processo e resolução de concessão; local e data; assinatura do diretor da instituição.
Sem data	Fotografia retrato	Acervo pessoal	Retrato com uso de máquina digital e impressa em papel fotográfico.

Fonte: Elaborado pela autora a partir das fontes levantadas e utilizadas na pesquisa

Dentre os documentos disponibilizados pela colaboradora, conforme dispostos no Quadro 2, em sua maioria estão diplomas e certificações, observação que nos leva a indagar o porquê de terem sido guardados esses e não outros documentos relativos à sua formação profissional. Artières (1998, p. 10) nos ajuda a compreender a intenção engendrada por trás dessa atividade: “[...] de todos os papéis que passam por nossas vidas, “[...] não conservamos senão uma parte ínfima de todos esses vestígios. Por quê? Primeiro, porque a perda é induzida por certas práticas [...]. Depois, porque dessa vida de todo dia, retemos apenas alguns elementos”. O autor também enfatiza que a necessidade de guardar alguns papéis está na seguridade de direitos sociais por eles garantidos ao indivíduo. Relacionamos a afirmação de Artières (1998) ao ato de guardar de Maria do Rozário porquanto diplomas e certificados evidenciam a necessidade de comprovar seu nível de instrução.

Durante o processo de textualização e análise da primeira entrevista e dos documentos coletados, observamos a necessidade da realização de mais uma entrevista, como prevê o método de História Oral de vida, para sanar dúvidas e preencher algumas lacunas. A segunda entrevista foi realizada no dia 23 de agosto de 2022, utilizando-se dos mesmos materiais da primeira, porém, com um tempo menor, de quarenta e seis minutos e vinte e oito segundos de gravação. Nesta oportunidade, levamos alguns dos documentos que haviam sido disponibilizados por ela a fim de ampliar sua capacidade de rememorar alguns acontecimentos.

Como delineado no percurso metodológico apresentado até aqui, nos valem de ampla literatura para compreender, executar e contextualizar a pesquisa. Para compreensão do campo biográfico, utilizamos as obras de Elias (1995; 2001), Bourdieu (2006), Avelar (2011) e Avelar e Schmidt (2018). Quanto aos estudos sobre memória, as leituras de Le Goff (1990), Bosi (1994; 2003) e Halbwachs (2006) foram essenciais. Para a metodologia de História Oral, Meihy e

Ribeiro (2011), Portelli (2016), Meihy e Holanda (2018), Meihy e Seawright (2021). Trabalhamos metodologicamente com as fontes documentais a partir das obras de Artières (1998) e Cunha (2008; 2017).

Além desta Introdução e das Considerações Finais, que constituem o primeiro e o quinto capítulo da dissertação, há mais três capítulos nos quais apresentamos a temática pesquisada, respondemos as questões norteadoras da pesquisa e contemplamos os objetivos propostos.

No segundo capítulo, intitulado “História Oral, Memória e Abordagem Biográfica”, discorremos sobre o campo teórico-metodológico com abordagens da História Oral de vida, da biografia e conceitos advindos desses campos. Primeiramente, apontamos as raízes da História Oral e seu movimento metodológico, que apresenta, como conceito fundamental, a memória, fenômeno compreendido a partir das obras de Le Goff (1990), Bosi (1994; 2003) e Halbwachs (2006). Evidenciamos a biografia como abordagem temática por meio da qual pudemos refletir sobre o lugar da subjetividade na biografia e as problemáticas do campo, como a unidade ilusória do “eu” que implica discussões acerca da relação indivíduo/sociedade e a relação entre biógrafo/a e biografado/a. Por fim, pensamos tais conceitos e problemáticas advindos da História Oral e biografia a partir das teorias de Norbert Elias (1994; 1995; 2001).

No terceiro capítulo, intitulado “Percursos de vida: biografando Maria do Rozário”, apresentamos a história de vida da colaboradora a partir de suas narrativas expressas pela fonte oral, por meio das quais identificamos as figurações ocupadas por Maria do Rozário desde a infância até a adolescência. Para isso, elencamos três figurações de análise: familiar, escolar e religiosa. Apresentamos suas narrativas para cada uma delas, considerando as diferentes facetas de seu eu, enquanto criança, filha, estudante, mulher, esposa, mãe, professora, ministra, catequista e avó, ou seja, as várias Marias do Rozário.

No quarto capítulo, intitulado “Percursos de formação e atuação docente”, narramos os percursos de formação e atuação docente de Maria do Rozário, evidenciando as trajetórias e motivações que a constituíram como professora. Por meio de suas narrativas, caracterizamos o curso Normal de Férias que realizou em Dourados, o curso de Pedagogia em Presidente Prudente, a aprovação nos concursos e a atuação como professora alfabetizadora, abordando, também – elisianamente escrevendo –, as pressões sociais advindas desses percursos. Por fim, a partir dessa tessitura biográfica, discorremos sobre as trajetórias e motivações que a constituíram como docente e deu a ela a identidade de “professora Maria do Rozário”.

2 HISTÓRIA ORAL DE VIDA E ABORDAGEM BIOGRÁFICA

Porque nos identificamos com as nossas experiências, nos fixamos nelas. [...] reconheço, com uma lucidez ainda maior, o fato de que a formação descreve os processos que afetam as nossas identidades e a nossa subjetividade. (JOSSO, Marie-Christine, 2004).

Experiência, identidade e subjetividade são conceitos caros à História Oral de vida e à biografia e nos exigiram estudar aspectos teóricos e metodológicos que permeiam ambos os campos. Buscamos pensar a pesquisa a partir desses conceitos e vice-versa, movimento evidenciado neste capítulo e que também pode ser perceptível nos demais. O surgimento da História Oral remonta à valorização do indivíduo e às novas formas de compreender a memória e a sociedade. Nessa perspectiva, conceber a História Oral de vida como método nos possibilitou construir fontes e analisar narrativas de Maria do Rozário, levando em consideração suas subjetividades e relações de interdependência, aspectos que nos permitiram observar a narrativa enquanto versão autoelaborada e passível de ser analisada pela memória.

A partir da abordagem biográfica, pudemos compreender o uso da biografia na pesquisa historiográfica, o lugar da subjetividade na biografia de um indivíduo, esboçar algumas problemáticas do campo, como a unidade ilusória do “eu” que implica discussões acerca da relação entre indivíduo e sociedade, a relação entre biógrafo/a e biografado/a e a dimensão empática deste trabalho. Para tanto, distinguimos os procedimentos da História Oral de vida dos do método biográfico. Esta pesquisa não se trata de uma biografia convencional, mas utiliza a biografia como abordagem temática para aproximação ao pensamento teórico oferecido por autores da área e conceitos necessários ao processo de investigar e grafar a história de vida de Maria do Rozário (AVELAR; SCHMIDT, 2018; MEIHY; HOLANDA, 2018).

2.1 A História Oral e a memória

A História Oral, em seus instrumentos e procedimentos, se constituiu após a Segunda Guerra Mundial, em 1948, na Universidade de Columbia, em Nova York. O marco espacial e temporal se justifica pela representatividade da Universidade na difusão da cultura, aspecto que se soma aos avanços tecnológicos do período, pois essa instituição era sede de rádios e demais meios de comunicação por meio dos quais eram transmitidas histórias de pessoas comuns vítimas da guerra. Com a repercussão social destas histórias, foi oficializado o termo “História

Oral”, acrescido, mais tarde, do adjetivo “moderna” como forma de diferenciá-la das demais práticas de entrevistas (MEIHY; HOLANDA, 2018).

A base para o sentido da História Oral, como conhecida hoje, estava no modo de captação das experiências vividas e na utilização de meios mecânicos para serem gravadas e transmitidas. Sua gênese também remonta ao compromisso pela valorização do indivíduo ao dar visibilidade às pessoas “comuns” naquele contexto de confronto. Nesse ínterim, Sarat e Santos (2010) apresentam três gerações da História Oral: a primeira, a partir de 1948, tinha o intuito apenas de produzir materiais para pesquisadores futuros; a segunda geração surgiu a partir da década de 1960, com caráter revolucionário, tendo como missão construir uma “outra história” caracterizada pela valorização daqueles/as que estavam à margem da história, como negros, mulheres, homossexuais, etc; em sua terceira geração, a partir da década de 1970, ganhou espaço no meio acadêmico como método e fonte de pesquisas, passando a ser discutida em encontros nacionais e internacionais.

No Brasil, de acordo com Meihy e Holanda (2018), a disseminação da História Oral esteve marcada por descontinuidades e entraves decorrentes de políticas autoritárias, pela falta de tratamento indissociável entre os compromissos sociais e de pesquisa e disputas por reconhecimento dentro e fora da academia. Amado e Ferreira (2006) relatam que, apesar de a História Oral ter chegado ao Brasil na década de 1970, ela só foi difundida no início da década de 1990 por meio de seminários, cursos e intercâmbios com pesquisadores estrangeiros. A criação da Associação Brasileira de História Oral (ABHO), em 1994, contribuiu para o alargamento das discussões no país, e, atualmente, possui papel importante na promoção de encontros nacionais e regionais que congregam diferentes tendências e possibilidades de aplicação da História Oral.

Com o intuito de conceituar a História Oral, Meihy e Holanda (2018) apresentam quatro pontos de aspectos metodológicos que nos ajudam a compreender o sentido do método em consonância com sua aplicação. O primeiro é o de que a “História Oral é uma prática de apreensão da narrativa [...] e destinada a: recolher testemunhos, promover análises de processos sociais do presente, e facilitar o conhecimento do meio imediato” (MEIHY; HOLANDA, 2018, p. 18). Tal aspecto nos remete às raízes da História Oral, pois concebe as narrativas como meio de compreensão de acontecimentos imediatos, indo além com a possibilidade de investigar os processos sociais em curso, perspectiva que demanda um olhar atento à conexão do entrevistado com os acontecimentos narrados.

O segundo ponto crava um dos objetivos da História Oral: “a formulação de documentos através de registros eletrônicos [...], esses registros podem também ser analisados a fim de

favorecer estudos de identidade e memória coletivas” (MEIHY; HOLANDA, 2018, p. 18). Se o ponto anterior pausa na compreensão do meio imediato e processos sociais do presente, este ponto conceitual vê na captação, recolha, arquivamento, ou seja, no processo de construção do documento, fontes para análise de processos maiores como a identidade e a memória.

No terceiro ponto, são resumidos aspectos dos pontos anteriores, pois apresenta a História Oral como “[...] uma alternativa para estudar a sociedade por meio de uma documentação feita com uso de entrevistas gravadas em aparelhos eletrônicos e transformadas em textos escritos (MEIHY; HOLANDA, 2018, p. 19). Este ponto expande a possibilidade de uso das fontes para análise ampla de aspectos sociais, como a investigação da identidade e memória coletiva. Para tanto, é destacada a transcrição, passagem do oral para o escrito, processo complexo que passa por etapas preestabelecidas até chegar ao documento final.

No último ponto, a História Oral é conceituada como “[...] um processo sistêmico de uso de entrevistas gravadas, vertidas do oral para o escrito, com o fim de promover o registro e o uso de entrevistas (MEIHY; HOLANDA, 2018, p. 19). O destaque ao “processo sistêmico” que deve seguir a História Oral a distingue de outras opções de entrevistas utilizadas na pesquisa científica, uma vez que os documentos construídos a partir do método resultam de uma relação dialógica programada, cuja finalidade é responder ao problema de um projeto. A posterior transcrição deve seguir, mais uma vez, um processo sistêmico projetado pelo método e de acordo com os objetivos previamente estabelecidas em projeto, o que torna evidente a necessidade de ter claras as motivações para uso da História Oral.

A soma de tais aspectos nos mostra que a História Oral é marcada por procedimentos articulados, planejados e pensados como um conjunto. Também é possível visualizar uma abertura para as possibilidades de uso do método que delimitam os procedimentos de acordo com os objetivos do projeto de pesquisa e acentuam sua definição narrativa, de entrevista e memória. De acordo com Meihy e Ribeiro (2011), há quatro gêneros de História Oral: tradição oral, História Oral temática, História Oral testemunhal e História Oral de vida.

A tradição oral se interessa pelo passado longínquo de uma comunidade ou grupos de indivíduos, expresso por meio de narrativas sobre os costumes, ritos, mitos, crenças, suas origens, entre outros. A História Oral temática busca resposta a um determinado tema possivelmente ligado, por exemplo, a um período histórico ou acontecimento, e tem como peça fundamental o uso de roteiros ou questionários que guiam a narrativa para a temática. A História Oral testemunhal obstina documentar e analisar narrativas relacionadas a vivências dramáticas de eventos que acarretaram graves consequências e também trabalha em ações voltadas a políticas públicas de reparação. Quanto à História Oral de vida, esse gênero se interessa pela

narrativa de longo curso, utilizando-se de entrevistas livres ou abertas, e considera as visões subjetivas e o processo seletivo do narrador valorando suas trajetórias e experiências de vida.

Por meio da História Oral de vida, gênero elencado para guiar os procedimentos desta pesquisa, investigamos os percursos de vida de Maria do Rozário. Para tanto, oferecemos a ela lugar de protagonismo por meio da condução argumentativa das entrevistas, como forma de valorizar suas experiências subjetivas.

Trata-se, em História Oral de vida de construção de conhecimento sobre uma pessoa ou grupo de outra natureza. Dessa forma, mais do que a estabilidade do fato histórico, na História Oral de vida *estima-se a experiência como valorização dos filtros subjetivos*, das impressões pessoais. A experiência em sentido amplo deve ser o motivo das histórias de vida porque, de outra forma, não se busca a factualidade estrita e, sim, a versão sobre o moral, ou autoelaborada, existencial”. (MEIHY; SEAWRIGHT, 2021, p. 66, grifo nosso).

Dada sua atenção voltada ao curso de toda uma vida, a entrevista para esse gênero da História Oral, por sua vez, requereu mais tempo de gravação. De acordo com Meihy e Seawright (2021, p. 63), “[...] não se deve pensar em História Oral de vida com entrevistas curtas, ou tão somente pinçadas para eventuais análises” justamente porque ela propõe um tipo de narração com início, meio e fim e oferece ao/à colaborador/a a liberdade para construção discursiva. Nessa perspectiva, realizamos entrevistas abertas com uso de estímulos: questões amplas que ofereceram liberdade à colaboradora para exercer seu papel de narradora ao passo que a manteve protagonista da própria narrativa e dona da própria história. O tempo de duração das gravações apresenta-se, assim, como um dos desafios da História Oral de vida e é mais um elemento a salientar, no sentido de que levar a cabo tal método requer tempo e empatia.

Outro desafio para a História Oral de vida está na sua demanda em captar aspectos que vão além do registro em palavras, um requisito exigente de cuidados nas diferentes etapas do processo de execução do método, principalmente o de transcrição. Para Meihy e Holanda (2018, p. 14), “[...] muito do que é verbalizado ou integrado a oralidade, como gesto, lágrima, riso, silêncios, pausas, interjeições ou mesmo as expressões faciais [...] devem ser trabalhados para dar dimensão física ao que foi expresso em uma entrevista em História Oral”. Neste sentido, o olhar atento aos ditos e interditos foi fundamental, pois as expressões e gestos durante as entrevistas nos falaram tanto quanto as palavras proferidas por Maria do Rozário e nos ajudaram a compreender o contexto narrado, como se pode observar no excerto abaixo:

Era rígida a escola, e meu irmão mais velho, ele era muito rebelde, ficava com calor, e ele [**movimento arregaçando as mangas**] não podia arregaçar as mangas, tinha que ser as mangas abotoadas. E meu irmão não gostava, era meio estabonado. Arregaçava as mangas, mas perto do guarda ele puxava e abotoava quando saía do portão pra fora [**movimento arregaçando as mangas**]. A gravata, ele ia com ela, mas quando passava do portão pra dentro, tirava a gravata [**risos**]. (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 23).

A partir de Meihy e Seawright (2021, p. 119), consideramos as entrevistas como interlocução trocada entre entrevistadora e colaboradora, como sugere a palavra entrevista – “entre” e “vista” – uma relação de trocas de olhares e expressões que requereu atenção e sensibilidade: “é um momento democrático por excelência, pois o entrevistado oferece opinião, sensibilidade e visão de mundo; por tantas razões, o colaborador precisa receber sensibilidade e análise equânime”. Como já mencionado, a História Oral demanda procedimentos articulados. Um exemplo a ser visualizado é a necessidade de transpor olhares e expressões – disto nos ocupamos no processo de transcrição e textualização da entrevista –, registrar os silêncios e interditos com uso de reticências, pontos de exclamação ou interferências que possam sinalizar tais expressões no texto.

Algumas reticências foram necessárias durante o processo de transcrição e textualização, muitas delas devido a interrupções de pensamentos, pois a colaboradora começava a afirmar algo e, ao notar algum equívoco, reiniciava a frase, ou, quando já completa, a repetia de maneira a corrigi-la. Isto ocorreu com datas, nome de escolas, nome de pessoas e outros. Ela se concentrava para lembrar, como se tentasse acessar o mais longínquo de sua memória em busca de relatar seus percursos com a precisão de sua recordação:

Nessa altura eu fui fazer pós-graduação lá na Unigran. Deixa-me ver o ano... não demorou muito não, depois que eu fiz... 84... em 86 [**faz silêncio enquanto tenta lembrar**]. Em 86 eu fiz a pós-graduação e terminei em 87. Eu fiz em Administração Escolar. (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 9).

O pesquisador italiano Alessandro Portelli (2016) conceitua a História Oral como “arte da escuta”. Para ele, a entrevista consiste em uma relação dialógica nos seguintes sentidos: a relação entre entrevistados/as e entrevistadores/as, a relação entre tempo presente em que é realizada a entrevista e tempo histórico narrado, relação entre autobiografia e história e a relação entre a fonte oral e a escrita pelo pesquisador (PORTELLI, 2016).

Sobre a relação entre os tempos que permeiam a prática de História Oral mencionada por Portelli (2016), em entrevista concedida a Leite e Baller (2008), a professora doutora Marieta de Moraes Ferreira nos ajuda a compreender a História Oral como uma história do

tempo presente por meio de duas perspectivas a serem pensadas: a primeira diz respeito ao fato de as fontes serem construídas por meio de narrativas de pessoas que podem buscar, em sua memória, acontecimentos, em geral, de 80 anos atrás. Frente a isso, conseqüentemente, adentramos na segunda perspectiva: a História Oral não só se trata de um período considerado recente, como pode ser analisada por pesquisadores contemporâneos de tais acontecimentos. Estes apontamentos nos ofereceram subsídios para pensar a questão do tempo, o tempo em que foi realizada a entrevista e o tempo histórico narrado por Maria do Rozário.

Para Koselleck (2014, p. 19-20), “[...] os tempos históricos consistem em vários estratos que remetem uns aos outros”; os estratos aos quais se refere seriam experiências singulares ligadas a acontecimentos recorrentes, enquanto que:

Ter uma experiência, significa ir daqui para lá a fim de experimentar e conhecer algo: trata-se, de certo modo, de uma viagem de descoberta. Mas a narrativa histórica só surge como ciência a partir do relato dessa viagem e da reflexão sobre esse relato. Ela é, por definição, a expressão mais pura de uma ciência da experiência. (KOSELLECK, 2014, p. 20).

O tempo fragmentado em estratos permite observar e compreender as diferentes velocidades das mudanças sociais. O autor também apresenta e discute em sua obra outras formas de pensar e nomear o tempo, seja ele historiográfico ou em outras esferas sociais, entretanto, pautemo-nos em nosso interesse: o tempo enquanto experiência. Pudemos refletir e conceber as experiências narradas pela colaboradora como acontecimentos, a princípio, singulares, mas que estão ligados a outros acontecimentos recorrentes. Vejamos a narrativa da colaboradora: “Sempre trabalhei perto, então eu tinha licença para passar uma tarefa e ir em casa amamentar [risos]” (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 32).

A necessidade de sair da escola para amamentar os filhos foi ocorrência singular pela qual ela passou com os rebentos enquanto lactante, e esteve ligada pelo acontecimento do seu trabalho, pois ministrava aulas em determinados dias e horários da semana estabelecidos pelo sistema escolar do período. Isto evidencia o que Koselleck (2014) apresenta como vestígios de experiências ordenados analiticamente em três estratos: a singularidade, a recorrência e a repetibilidade que transcende gerações.

O trabalho com a metodologia de História Oral nos levou a pensar também em “[...] questões ligadas à memória, narrativas, subjetividade e diálogo [...]” (PORTELLI, 2016, p. 10) que requerem uso crítico e procedimentos adequados às suas especificidades. Tal afirmativa vai ao encontro da reflexão sobre a “memória de expressão oral” apresentada por Meihy e Seawright (2021, p. 63) ao discutirem os desafios da História Oral de vida, pois, segundo os

autores, “[...] as gravações tendem a combinar aspectos da experiência pessoal com interpretações dos colaboradores que podem ter oportunidades para exposições subjetivas”. A partir de ambos apontamentos, ponderamos a importância de estudar os conceitos de memória e subjetividade para estabelecer critérios de análise e respeitar o método por eles apresentado.

Para compreender o fenômeno da memória, utilizamos, primeiramente, a obra “História e Memória”, na qual Le Goff (1990, p. 423) apresenta a memória enquanto propriedade de conservar informações, como “[...] um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. A memória correspondente a esses conjuntos de funções psíquicas é estudada a partir de áreas como a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia e a psiquiatria, ciências que podem apresentar, em seu interior, aspectos da memória histórica e da memória social.

O autor exemplifica, a partir de estudos relacionados ao processo de aprendizagem que compreenderam o cérebro e o sistema nervoso, e observaram o fenômeno da memória como resultado de sistemas organizacionais, constatação que levaram os cientistas a aproximarem a memória aos fenômenos ocorridos no âmbito das ciências humanas e sociais:

Finalmente, os psicanalistas e os psicólogos insistiram, quer a propósito da recordação, quer a propósito do esquecimento (nomeadamente no seguimento de Ebbinghaus), nas manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exercem sobre a memória individual. Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1990, p. 426).

Concebemos, até aqui, a memória como um fenômeno individual e psicológico, mas alvo de diversas influências do ambiente social. Aprofundando tal pensamento, encontramos na obra “Memória Coletiva”, do sociólogo Maurice Halbwachs, uma apresentação da memória enquanto produto social. Segundo ele, as impressões de um indivíduo sobre um determinado acontecimento, ainda que pareçam individuais, advêm de relações coletivas às quais está submetido, de modo que suas lembranças se apoiam nas lembranças de outros indivíduos: “[...] mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É que, em realidade, nunca estamos sós” (HALBWACHS, 1968, p. 26).

Podemos melhor visualizar esta afirmativa em relato feito por Halbwachs (1968) sobre um passeio em Londres, pela região de Westminster. Conta que observou livrarias, templos, estabelecimentos comerciais, entre outros, mas, ainda que tivesse realizado o passeio sozinho,

não poderia carregar dele lembranças individuais, pois as impressões que criara estiveram mescladas por relatos que já ouvira em detalhes por amigos ou que havia lido em livros, por exemplo. Os apontamentos do autor nos permitem inferir que o fato de sermos seres sociais torna a nossa memória uma reconstrução empregadora de dados da memória coletiva, assim, ainda que uma experiência tenha sido vivida de forma solo, as impressões sobre ela estão entrelaçadas por quadros sociais aos quais os indivíduos estão inseridos desde o nascimento.

Vale salientar que Halbwachs (1968) realiza uma abordagem da memória como fenômeno social e não como manifestação pessoal e espiritual. Bosi (1994) nos ajuda a compreender ambos dentro do amplo campo de estudos que é a memória: na linha de pesquisa de Halbwachs, “[...] as relações a serem determinadas já não ficarão adstritas ao mundo da pessoa (relações entre o corpo e o espírito, por exemplo), mas perseguirão a realidade interpessoal das instituições sociais” (BOSI, 1994, p. 54).

Para Halbwachs (1968), a memória considerada pura, livre ou onírica é um fenômeno excepcional devido ao caráter de reconstrução sob a qual ela se formula, a partir das representações do tempo presente. Para Pollak (1992), tal aspecto da memória liga-se à identidade social do indivíduo, pois reflete na forma como este se representa e quer ser representado:

Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p. 5, sic).

A partir das teorias de Bergson e Halbwachs, Bosi (1994) realiza uma discussão também cara aos estudos: a memória dos velhos são diferentes das memórias das outras pessoas com outras faixas etárias, os adultos por exemplo, pois pessoas com mais experiência já passaram por diferentes quadros sociais e “[...] sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente [...]” (BOSI, 1994, p. 60).

Nesse caso, estaríamos falando de uma memória pura ou memória trabalho? O adulto ativo em meio às atividades do presente, no momento de repouso, tem a memória como fuga, lazer ou contemplação, como se fora uma memória em forma de sonho. Por seu turno, a pessoa idosa, que já viveu a vida, costuma lembrar do passado não como descanso momentâneo, mas “se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da sua vida”

(BOSI, 1994, p. 60). De acordo com a autora, a pessoa idosa possui maior interesse pelo passado e se volta a ele com presteza. Ela tem, muitas vezes, a função de guardar a memória de uma família, um grupo ou a sua própria ligada a este meio, e, nesta última instância, o ato de lembrar é regido por uma função social (BOSI, 1994).

Por meio do processo de pesquisa e das narrativas de Maria do Rozário, refletimos sobre sua presteza em colaborar e a função social apresentada por Bosi (1994), porquanto durante todo o processo da pesquisa ela se mostrou disposta e interessada em contribuir. Algumas vezes afirmou que poderíamos entrar em contato para o que mais ela pudesse ajudar. Esse compromisso social parece permear seus percursos de vida e encontra raízes ainda na infância em sua relação familiar, perpassou por todo o período da carreira docente, principalmente na alfabetização das crianças da comunidade, e que podemos observar ainda hoje não só na colaboração com a pesquisa, mas, também, nas atividades que realiza a partir da Igreja e com a família. O ato de lembrar, como uma função social registrada por Bosi (1994), nos faz refletir sobre a contribuição da história de vida de Maria do Rozário para os lugares onde viveu ou onde sua história de vida “floresceu”.

O pensamento de Halbwachs (1968), Le Goff (1990) e Bosi (1994) sobre a memória individual ligada a acontecimentos coletivos, e de Koselleck (2014), quando se refere aos estratos do tempo, vão ao encontro do conceito de interdependência de Elias (1994) à medida que concebemos a narrativa de Maria do Rozário como expressão de uma memória que remete a uma vida de relações nas diversas figurações em que viveu. Diante disso, consideramos sua vida a partir de suas relações sociais e vice-versa, assim, sua biografia se mostrou uma possibilidade para os estudos e escrita da história a considerar suas relações com o mundo que a cerca, tempos e espaços vividos. Sua narrativa trilha um percurso entre o social e o individual, permeando o campo das subjetividades, logo, nos indagamos sobre o lugar das subjetividades neste trabalho que não considera a colaboradora sem a sociedade e vice-versa.

A partir de estudos sobre a memória, foi possível, então, compreender que a possibilidade de uma memória estritamente individual é excepcional, pois ela está permeada por manipulações conscientes e inconscientes advindas do meio social. Essa abordagem nos levou a indagar sobre o lugar da subjetividade na memória e narrativa de um indivíduo, ou ainda, o lugar das “visões subjetivas”, aspecto eminente na História Oral de vida, pois se apoia na memória de seus colaboradores como reveladora de impressões pessoais. Tal indagação pode ser respondida a partir de Meihy e Seawright (2021, p. 66), os quais afirmam que, para a História Oral de vida, “[...] os fatos são cadeias subjetivas sempre reelaboradas na memória, com

dinâmicas alternantes e intercambiáveis: tais alternâncias oscilam sem, contudo, abdicarem de eixos de acontecimentos atestados com as variáveis da memória coletiva”.

Nesse sentido, Portelli (2016, p. 20) afirma: “[...] o lugar em que a memória é elaborada é a mente do indivíduo, e a maneira pela qual a acessamos é a narrativa individual”. Considerando as variáveis da memória coletiva na reconstrução dos fatos pela memória e o caráter individual da narrativa, observamos um ponto de encontro entre teóricos da memória e da História Oral para uma possível transição entre filtros subjetivos e coletivos a serem refletidos na narrativa.

2.2 A abordagem biográfica

Para melhor compreender o conceito de subjetividade e sua relação com a abordagem biográfica em questão, realizamos um itinerário neste campo desde seu advento, percorrendo por seus obstáculos e por sua relação com a história. Os desafios atuais da pesquisa biográfica advêm dos primórdios dessa escrita, da escrita hagiográfica e sua dimensão ficcional, até a vida de personagens comuns, entre aproximações e distanciamentos do campo historiográfico, história e biografia hoje se encontram e tecem importantes compreensões acerca da ação humana no tempo.

Em perspectiva genealógica, a biografia desaponta nos esforços de historiadores gregos e romanos para narrar amplos acontecimentos históricos sob a óptica de personagens por eles evocados. A partir dos séculos XII e XIII, as biografias dos santos, ou as hagiografias, eram tidas como modelos de vidas a serem seguidas, que, posteriormente, deram espaço à narrativa de vida de cavaleiros, momento em que se iniciou o período dos heróis (DEL PRIORE, 2018).

Com o renascimento, o homem se libertou das amarras moduladas até então e identificou seu “eu”, sua individualidade. Essa identificação trouxe à moda a escrita da vida de “grandes homens”, aqueles que desempenhavam um papel julgado importante na sociedade da época. No século XIX, a biografia teve lugar importante na construção de um ideal de nação assimilando-se a uma história de embelezamento dos fatos. Com a Escola dos Annales e a depreciação da história política, diplomática, militar ou eclesiástica, a biografia sofreu um declínio, entretanto, as narrativas seguiram sendo escritas à parte da história como ciência e alcançou apreciação de grande público no mundo europeu e anglo-saxão (DEL PRIORE, 2018).

A partir da década de 1970, iniciou-se o movimento da Nova História, surgido a partir da terceira geração da Escola dos Annales e incitado por Jacques Le Goff e Pierre Nora, cuja publicação de *Faire de l'histoire*, em 1974, apresentou novos problemas, abordagens e objetivos

da história. A Nova História ofereceu abertura a novas possibilidades de objetos e fontes, bem como expandiu as abordagens metodológicas para a pesquisa histórica e trouxe à tona a necessidade de diálogo da história com outras ciências, como a antropologia e a sociologia (LE GOFF, 1990).

O movimento de alargamento e aprofundamento da história científica refletiu-se na biografia como integrante dessa nova perspectiva historiográfica. Cabe citar as biografias do Rei Luís IX, da França, de 1996, e a de Francisco de Assis, de 1998, escritas por Jacques Le Goff, por meio das quais deu novos contornos e criticou a escrita da vida dos santos de outrora.

Entre as décadas de 1980 e 1990, o indivíduo novamente encontrou a história, de acordo com Del Priore (2018), período em que a figura de François Dosse trouxe um novo prisma para a biografia no campo historiográfico, compreendendo que as ações individuais permeavam o meio social ou psicológico, educacional e profissional. A partir de então, a biografia passou por uma espécie de reconstrução teórica em uma aproximação à história. Iniciou-se, então, sua fase hermenêutica com mudanças de paradigmas em que a análise da história deixou de se centrar nas estruturas e passou a conceber o indivíduo, suas ações, paixões e representações.

A reabilitação da biografia histórica integrou as aquisições da história social e cultural, oferecendo aos diferentes atores históricos uma importância diferenciada, distinta, individual. Mas não se tratava mais de fazer, simplesmente, a história dos grandes nomes, em formato hagiográfico – quase uma vida de santo, sem problemas, nem máculas –, mas de examinar os atores (ou o ator) célebre ou não, como testemunhas, como reflexos, como reveladores de uma época. A biografia não era mais a de um indivíduo isolado, mas, a história de uma época vista através de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos. (DEL PRIORE, 2018, p. 78).

Em continuidade à evolução da abordagem biográfica, no Brasil, podemos sinalizar a criação do Grupo de Pesquisa em Docência, Memória e Gênero na Universidade de São Paulo (USP) no ano de 1994 (BUENO *et al.*, 2006), momento em que a pesquisa biográfica ganhou força também no meio educacional sendo desenvolvida com o método de História Oral e o método (auto) biográfico, instigada por Nóvoa e Finger (1988) e Nóvoa (1992a; 1992b), em obras compostas por textos de autores de diferentes países. Em 2008 foi criada a Associação Brasileira de Pesquisa (Auto) biográfica (BIOgraph) durante o Congresso Internacional sobre Pesquisa (Auto) biográfica, realizado em Natal, a qual hoje reúne pesquisadores nacionais e internacionais durante o Congresso Internacional de Pesquisa (Auto) Biográfica (CIPA).

Tal itinerário nos oferece uma prévia do que ocorreu com a pesquisa biográfica até o início do século XXI e nos incita a questionar: seria a biografia um meio de compreender a

sociedade que cerca o indivíduo biografado? Não podemos afirmar do que pode ou não uma biografia sem antes abordar a crítica de Pierre Bourdieu (2006), inscrita em seu texto “A ilusão biográfica”, onde o autor aponta para a ingenuidade de se considerar a história de uma vida como uma trajetória retilínea de acontecimentos, uma espécie de teoria do relato, em que a vida constitui um conjunto coerente e ordenado de forma lógica e cronológica.

Referente à crítica, Alberti (2000) chama atenção para a pertinência da problemática biográfica proposta por Bourdieu ao considerar a unidade ilusória do eu. A fim de exemplificar a fragmentação do eu, a autora apresenta alguns dos mais de quinze heterônimos criados pelo poeta Fernando Pessoa, pois tratam-se de personagens que possuíam identidade própria, nome, nascimento, caligrafia, e etc. Este exemplo nos ajuda a visualizar a complexidade de analisar e narrar a história de uma vida.

Trazendo a fragmentação do eu para o objeto desta pesquisa, salientamos que, ao abordarmos a vida de Maria do Rozário, não nos referimos a um indivíduo atuante em uma única instância, ao contrário, tratamos de Maria do Rozário enquanto criança, filha, estudante, mulher, esposa, mãe, professora e avó. Todos os âmbitos de sua vida requereram diferentes habilidades e comportamentos, e, neste sentido, aprendemos com Bourdieu (2006) sobre a necessidade de conhecer o campo social em que se deu a vida de Maria do Rozário, ao que ele chama de “superfície social”:

[...] não podemos compreender uma trajetória [...] sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos no campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis. (BOURDIEU, 2006, p. 190).

Logo, compreendemos que observar os contextos históricos e sociais nos quais se desencadearam os percursos de vida da colaboradora foi importante para a pesquisa, pois informa sua capacidade de existir como agente nas diferentes figurações pelas quais ela passou.

Nessa perspectiva, a teoria eliasiana vai ao encontro da crítica de Bourdieu à medida que mostra a impossibilidade em pensar a sociedade sem pensar os indivíduos que a compõem: “a história é sempre história de uma sociedade, mas, sem a menor dúvida, de uma sociedade de indivíduos” (ELIAS, 1994, p. 38). A sociologia processual de Elias mostra que as mudanças ocorridas no curso da sociedade não advêm de ações individuais, mas, sim, de ações conjuntas e interdependentes entre indivíduo e sociedade, “eu” e “nós”. Frente a isso, compreendemos os estudos biográficos sob a perspectiva de Xavier, Vasconcelos e Xavier (2018):

Quanto aos estudos biográficos nas pesquisas históricas, é valioso lembrar que tal abordagem não é aplicável a uma biografia por si só ou a uma história de vida e suas individualidades, mas o seu entrelaçamento ao todo, de modo a ensejar uma compreensão geral e sua relação com o contexto social, econômico, político e cultural. Sob esse prisma, a perspectiva das pesquisas com o recurso da Micro-História, a partir da biografia de um sujeito social, tem como foco enxergar partes do macro a partir do micro. Assim, o ponto de partida, por mais minúsculo que seja, proporciona uma compreensão bem elástica de pesquisas no campo da História e seu processo interdependente das demais áreas constituidoras do todo social. (XAVIER; VASCONCELOS; XAVIER, 2018, p. 1024).

Exemplo dessa relação de interdependência também está na obra “Mozart: a sociologia de um gênio”, quando Elias (1995) utiliza as cartas pessoais trocadas entre Mozart e seu pai, Leopold, como fonte para explicitar a formação musical do artista. A configuração familiar em uma sociedade de corte fechada e o drama enfrentado por Mozart na busca por reconhecimento social, a qual não seria possível nessa corte, apesar de sua genialidade musical. O sociólogo parece propor uma metodologia sociológica por meio da biografia ao trazer ao centro de análise não o músico, mas a sociedade na qual ele estava inserido. Apresenta as tensões entre o desejo de um gênio da música de se tornar reconhecido e a sociedade de corte na qual buscava ascensão, mas não o permitia pela sua forma de organização, interferindo, assim, na vida do indivíduo Mozart. Elias parece inferir que a vontade individual não pode ser considerada fora da dimensão social do indivíduo:

O destino individual de Mozart, sua sina como ser humano único e, portanto, como artista único, foi muito influenciado por sua situação social, pela dependência do músico de sua época com relação à aristocracia da corte. Aqui podemos ver como, a não ser que se domine o ofício de sociólogo, é difícil elucidar os problemas que os indivíduos encontram em suas vidas, não importa quão incomparáveis sejam a personalidade ou realizações individuais – como os biógrafos, por exemplo, tentam fazer. É preciso ser capaz de traçar um quadro claro das pressões sociais que agem sobre o indivíduo. Tal estudo não é uma narrativa histórica, mas a elaboração de um modelo teórico verificável da configuração que uma pessoa – neste caso, um artista do século XVIII – formava, em sua interdependência com outras figuras sociais da época. (ELIAS, 1995, p. 18).

Ainda a partir dessa obra de Elias (1995) é possível dialogar sobre a relação da vida da pesquisadora e a vida que é pesquisada. De acordo com Avelar (2011, p. 166), “[...] a narrativa biográfica supõe uma modalidade de escrita da história profundamente imbricada nas subjetividades, nos afetos, nos modos de ver, perceber e sentir o outro”, o autor lança o desafio biográfico das emoções, pois, ao falar do/da colaborador/a, o/a biógrafo/a fala de si próprio/a.

Na biografia escrita por Elias (1995) sobre o artista Mozart, podemos identificar interlocuções com a vida do próprio sociólogo, pois não obstante a genialidade musical do artista, sua busca por reconhecimento foi frustrante e sua morte prematura, fazendo com que não desfrutasse da repercussão mundial que teve o seu nome. De modo semelhante, Elias, apesar de hoje ser destaque no campo sociológico, tardou a obter o reconhecimento que buscara com suas obras. Assim como Mozart, Elias parecia estar à frente de seu tempo, a exemplo da obra “O Processo Civilizador”, publicada pela primeira vez em 1939, mas não obteve sucesso: “quando visitei o editor depois da guerra, ele me disse: ‘veja, está entulhando meu porão. Não poderíamos leiloá-los? Ninguém quer comprá-los’” (ELIAS, 2001, p. 71). Cerca de oito décadas depois, estamos falando sobre um de seus livros mais conhecidos e estudados.

O fato de Elias evidenciar a sociedade em que Mozart estava inserido para compreender os desejos e fracassos do artista, faz-nos refletir acerca da afetividade do/a pesquisador/a com a biografia estudada. Não se trata, aqui, de estender uma análise sobre a entrega de Elias na biografia de Mozart, mas, apenas partir desse ponto para compreender nosso lugar como pesquisadoras na presente investigação biográfica. Segundo Avelar (2018, p. 11), “[...] a consagração da dimensão empática como um grande valor para a escrita da história já era tônica em autores como Carlyle, Dilthey e Michelet”. Percebe-se, portanto, a biografia como um lugar de investimentos afetivos já consagrados pelas discussões metodológicas do campo.

A partir da obra de Elias aprendemos sobre a importância de considerar as situações sociais na busca por identificar os percursos de vida de Maria do Rozário, pois “[...] até mesmo tais decisões individuais ficam obscuras quando não se consideram os aspectos relevantes dos processos sociais não planejados em que ocorrem, e cuja dinâmica determina, em grande parte, suas consequências” (ELIAS, 1995, p. 48). Elias nos oferece o caminho para solucionar a problemática da unidade ilusória do “eu” no trabalho biográfico: não podemos compreender a sociedade sem analisar as ações individuais, e não podemos compreender as ações individuais sem analisar as tramas sociais que as rodeiam, indivíduo e sociedade em um imbricamento que contribui e/ou desafia a escrita biográfica:

Não há dúvida de que cada ser humano é criado por outros que existiam antes dele; sem dúvida, ele cresce e vive como parte de uma associação de pessoas, de um todo social — seja este qual for. Mas isso não significa nem que o indivíduo seja menos importante do que a sociedade, nem que ele seja um “meio” e a sociedade, o “fim”. A relação entre a parte e o todo é uma certa forma de relacionamento, nada mais, e como tal, sem dúvida, já é bastante problemática. Em certas condições, pode ser vinculada à relação entre os meios e o fim, mas não lhe é idêntica; inúmeras vezes, uma forma de relação não tem a mínima ligação com a outra. (ELIAS, 1994, p. 17).

Logo, ao usar o conceito de interdependência, Elias (2001, p. 150) mostra ser ilusória a autonomia do “eu”: “[...] essa experiência de si e de individualização é, ela também, resultado de um devir, que ela faz parte de um processo social”. Também nessa perspectiva, compreendemos a subjetividade, como em suas experiências, interpretações e visões sendo parte de um todo, pois, apesar do sentimento de existência solo e independente, mesmo o que nos “[...] é mais pessoal e íntimo é também algo que se desenvolveu durante o longo processo de desenvolvimento da sociedade” (ELIAS, 2001, p. 150).

Em consonância com o que nos apresentaram as obras de Norbert Elias, nos voltamos aqui à epígrafe deste capítulo, na qual Josso (2004) disserta sobre a experiência como meio condutor das aprendizagens que formam o indivíduo, sua identidade e subjetividade. De igual modo, consideramos as subjetividades de Maria do Rozário a partir de suas experiências e concepções de mundo como característica da História Oral de vida, em inferência de que elas foram construídas na relação de interdependência – “eu” “nós” – como propõe a teoria eliasiana.

Os conceitos e problemáticas apresentadas neste capítulo nos serviram como base para atender aos objetivos e questões norteadoras da pesquisa. Investigar os percursos de vida de Maria do Rozário implicou pensar os âmbitos da memória como fenômeno que transita entre uma reconstrução a partir da coletividade e resquícios subjetivos, bem como a narrativa como discurso e interpretação da memória.

Logo, compreendemos que escrever uma trajetória retilínea é ilusão, ou mais precisamente uma ilusão biográfica, e, assim, nos acercamos da vida investigada, identificamos as figurações sociais nas quais a colaboradora esteve e está inserida e os agentes externos, ou, as figurações que compunha em interdependência com outras, para identificar as tramas sociais encontradas em seus percursos. Disso nos ocupamos nos próximos capítulos: narrar os percursos de vida de Maria do Rozário, identificando as figurações e teias de interdependência, traços importantes de serem investigados nos estudos acerca de histórias de vidas.

3 PERCURSOS DE VIDA: BIOGRAFANDO MARIA DO ROZÁRIO

“Minha professora era um capricho, ela fazia naquele papel almaço as provas e era prova final que valia [...]ela fazia tudo de aluno por aluno no papel com aquela letra bonita! Era geografia e história, era conhecimentos gerais, ciências naturais, língua portuguesa, matemática, ela passava tudo”. (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 19-20).

No capítulo anterior, com base em autores mencionados, compreendemos que não podemos considerar nosso objeto de pesquisa, a vida de Maria do Rozário, como uma unidade dada e coerente e independente de outras, pois, ao longo de seus percursos, Maria do Rozário ocupou diversas figurações, assim como exerceu diferentes papéis em cada uma delas. Nessa perspectiva, o presente capítulo apresenta as figurações ocupadas pela participante ao longo da vida, perpassando por todo seu período de escolarização. Para isso, abordamos aspectos biográficos de Maria do Rozário, iniciando por sua infância vivida no Estado de Minas Gerais, a qual consideramos ter, como recorte temporal, do nascimento aos 12 anos incompletos, conforme a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990), até sua adolescência.

Tratar de Maria do Rozário é versar sobre as diferentes facetas de seu eu, seja enquanto criança, filha, estudante, mulher, esposa, mãe, professora, colega de profissão ministra, catequista ou avó. Assim, com base na revisão teórica apresentada no capítulo anterior e o estudo das narrativas, elencamos três eixos de análise organizados por meio das principais figurações – familiar, escolar e religiosa – em que ela esteve atuante durante a infância, adolescência e vida adulta. Apesar das mudanças na composição e espaços geográficos, tais figurações tiveram significativa presença em seus percursos de vida. Os eixos que nos guiaram no processo de análise da fonte oral, podem ser melhor visualizados no Quadro 3.

Quadro 3 – Figurações de análise

Figurações	Facetas (eus)
Familiar	Criança; filha; esposa; mãe; professora; avó.
Escolar	Criança; estudante; professora; mulher; colega.
Religiosa	Ministra; catequista.

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

3.1 A Maria da Família: Minas Gerais, onde tudo começou...

Maria do Rozário nasceu no Estado de Minas Gerais, no dia 22 de outubro de 1951, na área rural do então povoado de Calambau, mais tarde elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 1.039, de 12 de dezembro de 1953 (MINAS GERAIS, 1953), passando a ser denominado Presidente Bernardes. Viveu a maior parte de sua infância no distrito de Cruzes, na fazenda da família formada pela mãe, pai, duas irmãs e quatro irmãos. Em suas narrativas, a colaboradora rememorou esse período a partir de sua relação familiar, escolar e religiosa.

Seu pai, Joaquim José Pereira, atuou na política, na produção de café e na produção de cachaça em Presidente Bernardes. Matias (2020), em sua pesquisa de mestrado, na qual investigou a relação entre o patrimônio cultural relacionado à cachaça e o desenvolvimento local em Presidente Bernardes-MG, destacou o nome do pai de Maria do Rozário como um dos maiores produtores de cachaça da região e suas contribuições na área de infraestrutura e educação enquanto político para o desenvolvimento do distrito de Cruzes:

Entre estes produtores, conforme informações colhidas em Pedro Maciel Vidigal, merece destaque a atuação do senhor Joaquim Pereira, um dos maiores produtores de cachaça na cidade há algumas décadas e que fora vereador por diversos mandatos, chegando a ser presidente da câmara em alguns. Ele contribuiu para reforma de estradas, construção da Escola Antônio Lucas Martins, no distrito de Cruzes, onde ainda se encontra a sua fazenda, embora já não produza mais cachaça e já não seja referência como em décadas passadas. (MATIAS, 2020, p. 67).

A produção da cachaça de alambique representava não só a atividade de retorno financeiro que trazia o sustento para a família, como também uma antiga tradição que iniciou ainda no século XVIII, na região, e compunha a identidade dos/das bernardenses, sendo declarada pela Lei nº 16.688, de 11 de janeiro de 2007 (MINAS GERAIS, 2007), “Patrimônio Cultural de Minas Gerais o processo tradicional de fabricação, em alambique, da Cachaça de Minas”. Sobre seu pai, Maria do Rozário lembra:

[...] meu pai era político, era vereador [...]. Naquele tempo, vereador não tinha salário, eles trabalhavam porque gostavam. Depois que vereador começou a ganhar, meu pai desistiu, e eu lembro que ele falava: “Agora a política não vai prestar porque entrou dinheiro, não vai prestar!”. E, então, depois de mais de 30 anos na vida política, ele desistiu [...]. (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 2).

Sua mãe, além de dona de casa, se dedicava a diversas atividades voluntárias e relacionadas à Igreja. Maria do Rozário descreve a figura da mãe como uma pessoa disposta a ajudar a comunidade local em diversos aspectos: no tratamento de enfermidades, com a confecção e doação de roupas, por meio da doação de alimentos da horta que cultivava, no ensino da leitura e escrita, nos eventos relacionado à escola local, entre outros:

Minha mãe era dona de casa! Ela era muito dedicada a trabalhos voluntários, como se fosse médica, advogada...[risos]. Ela não tinha formação nenhuma, mas se precisava aplicar injeção, ela que aplicava; se precisava dar um remédio para alguém, ela que dava. Era difícil porque era longe, então ela tinha tanta habilidade, se precisasse de qualquer coisa ela estava lá, disposta! Se tinha algum problema, ela que ia lá para resolver. Tudo era ela! Então, meu pai era político, mas ela que tinha mais trabalhos [risos][...], se dedicava muito ao trabalho de Igreja [...]. Na escola, ela que representava, ela era evoluída! Se tinha que fazer um discurso, era ela que fazia, ela que agradecia, ela era tudo! Tudo era minha mãe! [...] Ela sempre costurava e nunca cobrava, ela fazia vestido de noiva, de primeiro as roupas eram feitas em casa, de batizado, roupa fúnebre [...]. Quando tinha alguém que não sabia ler, ela fazia questão de ensinar, quando não tinha escola para adultos, então ela ensinava [...]. Minha mãe tinha uma horta enorme, todo mundo chegava lá, pegava laranja... (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 15, 16, 19, 27).

A figuração familiar de Maria do Rozário é por ela apresentada como um meio de respeito mútuo e de tranquilidade. O ambiente calmo é por ela expresso principalmente pela figura equilibrada da mãe, a quietude do pai e a não utilização de violência física na criação dos filhos. A narrativa da colaboradora nos leva a refletir sobre o que sua estrutura familiar representava para ela, talvez uma espécie de “baluarte”, que mais à frente veio a refletir em sua identidade, seja por meio das influências e princípios adquiridos no ambiente descrito, seja pela posição econômica e social que a família tinha na região e que a permitiu percorrer seus percursos na educação. Ao rememorar as relações dentro de sua figuração familiar, ela conta:

Nunca vi minha mãe brava ou com raiva, corrigia a gente, mas não... meu pai nunca relou a mão em nós, nunca bateu! Ele era muito quieto, não era de conversa, mas a gente tinha um respeito tão grande por ele que, meu Deus! Respeitava meu pai até quando via ele chegar, não era medo, mas a gente tinha uma obediência tão grande. E minha mãe também, a gente obedecia tanto. Eu nunca lembro de brigarmos em casa, nunca vi briga entre meu pai e minha mãe, a vida era bem tranquila, e minha mãe sempre ensinou muita coisa boa para a gente! (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 18-19).

Em suas memórias de infância, Maria do Rozário narra um período de brincadeiras e cantigas de roda com as irmãs, os irmãos, vizinhos e amigos da escola: “Brincava com a turma da escola. Em casa, a gente brincava também, tinha os vizinhos... de pique, era ciranda

cirandinha, o cravo brigou com a rosa, não tem aquela: ‘o cravo brigou com a rosa...’ [canta]” (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 23). Além das brincadeiras, ela também aprendia costura com a mãe, que previa esta atividade como um futuro meio de sustento até se formarem professoras:

E minha mãe era daquelas que, ao mesmo tempo que falava bem de estudar, queria que a gente aprendesse tudo! Costurar, bordar, bordar na máquina, bordar na mão, fazer crochê. Tudo tínhamos que aprender porque ela falava assim: “Um dia, vai que vocês se casam e não têm condições ou não arrumam uma profissão. Sabendo as coisas, vocês podem ganhar a vida fazendo uma costura...”. Ela sempre falava assim: “mas, depois que vocês se formarem professora, vocês vão ter o ganha pão e o trabalho que vocês fizerem não é para ganhar dinheiro, não”. Ela falava isso porque ela sempre costurava e nunca cobrava. (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 16).

Ela conta que o pai não permitia que trabalhasse na lavoura, mas lembra que auxiliava a mãe a levar comida para os trabalhadores da roça e do engenho, principalmente o café da manhã:

[...] levava comida na roça, porque lá o costume era diferente, então almoçava na roça, tomava café na roça, às vezes até jantava na roça, porque tudo era mais cedo. Então tinha que levar comida na roça às dez horas. O café era meio dia, e a janta, às vezes, era três horas. E a gente levava. No engenho também, todo dia tinha gente no engenho trabalhando, [...] a gente levava mais no café. (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 16-17).

Os pais e avós de Maria do Rozário prezavam pela educação escolar dos filhos/as e netos/as, tanto que sua introdução aos estudos se deu ainda em casa pela mãe, que a ensinou a ler e escrever antes mesmo de ir à escola: “Mesmo sabendo que a gente ia para a escola, minha mãe já ensinava, íamos para a escola praticamente já sabendo a ler! Não tínhamos dificuldades” (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 3). Em alguns momentos da narrativa de Maria do Rozário, sua mãe é por ela representada como uma figura de inspiração e que a guiava pelos caminhos que deveria seguir:

Eu falo que a minha família me influenciou muito, principalmente convivendo com minha mãe. Ela não ficava com raiva e tinha muita paciência, então, muitas vezes, eu falo que eu tenho muita paciência porque quando acontecia alguma coisa que ela não gostava, porque acontece, ela falava assim: “isso aconteceu para eu ficar com raiva, mas eu não fico!” Ela sempre falava: “seja feita a vontade de Deus!” [...]. Ela ensinava tanta coisa boa, para sermos pacientes, a tratar bem os outros... minha mãe tratava todo mundo... nossa! A gente via aquela paciência que ela tinha, então, isso que influencia, a convivência a gente lembra. (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 18-19).

As relações de interdependência estabelecidas na figuração familiar de Maria do Rozário, principalmente a convivência com a mãe, nos parece ser considerada por ela muito importantes na formação de seus princípios e convicções. Com base nas memórias de infância da colaboradora, pautamo-nos na teoria eliasiana (ELIAS, 2011) para inferir que a figuração familiar da criança Maria do Rozário foi essencial em sua formação, porquanto sua constituição aconteceu também na relação com outros seres humanos e em outras figurações.

3.2 A Maria estudante: início da formação

A partir da afirmação feita no item anterior, voltamos nosso olhar, agora, à figuração escolar, uma instituição que engloba uma gama de instrumentos para a construção do indivíduo, os quais podemos sintetizar como, no que chamamos de cultura escolar, responsável, também, pelo processo de formação da criança civilizada. Sobre a cultura escolar, Julia (2001) conceitua:

Poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas. (JULIA, 2001, p. 10).

O processo de escolarização de Maria do Rozário se deu em diferentes instituições, com características distintas de acordo com fatores como: a localização, o período em que estudou, os aspectos curriculares e os administrativos. Com o objetivo de facilitar a localização do leitor no texto que segue, sintetizamos algumas informações sobre sua escolarização no quadro abaixo, onde consta a distribuição dos cursos estudados, suas respectivas instituições e período aproximado em que ela esteve matriculada.

Quadro 4 – Distribuição dos cursos primário e secundário realizados pela colaboradora

Curso	Instituição - Município	Período
1ª a 3ª séries – primária	escola rural de Cruzes – Presidente Bernardes	1959 -1961
4ª série - primária	Colégio Oswaldo Cruz – Gov. Valadares	1962
Curso prep. para exame de admissão ao ginásio	Grupo Escolar Samuel João de Deus – Paula Cândido	1963
5ª a 8ª séries - secundária	Escola Padre Antônio Mendes – Paula Cândido	1964 - 1967

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

A inserção de Maria do Rozário no ambiente escolar se deu na escola do distrito de Cruzes, o espaço descrito por ela como um prédio de madeira com apenas uma sala multisseriada que contava com três quadros de giz, carteiras triplas e não dispunha de banheiros, sendo utilizadas privadas externas. Em anexo ao prédio estava a residência da professora, local onde vivia com a família. A respeito desse período, ela rememora o caminho que fazia até a escola, o embornal feito pela mãe – uma bolsa feita de tecido onde levava os materiais e a merenda – bem como as aulas dedicadas à poesia:

A escola era bem longe, a gente ia a pé, naquele tempo não tinha esse negócio de andar de carro! A pé! Para a gente era muito bom ir para a escola, subia morro, descia morro. A escola era rural e mista, assim, multisseriada, e até hoje eu tenho professor vivo. [...] Tinha só uma sala mesmo, nas carteiras sentávamos em três, era como um banco e lugar de escrever [...] ninguém tinha bolsa, as mães faziam um embornal onde colocava o material e a gente levava. A merenda também levávamos de casa, muita gente levava comida, pão... e na hora do recreio comia. [...] Eu tenho memória que, de primeiro, a gente decorava poesia e escrevia muito! A professora passava no quadro, a gente tinha que copiar tanta coisa. Não tinha mimeógrafo e as provas não eram xerocadas. (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 2, 19, 20).

As características da primeira professora e a forma como desenvolvia e avaliava os conteúdos no cotidiano escolar também estão presentes em suas narrativas:

Minha professora era um capricho, ela fazia naquele papel almaço as provas e era prova final que valia [...]. Ela fazia tudo de aluno por aluno, no papel, com aquela letra bonita! Era geografia e história, era conhecimentos gerais, ciências naturais, língua portuguesa, matemática, ela passava tudo. [...] Pra cada um ela fazia prova e a gente pegava aquela prova bonita pra fazer, a letra da professora tão bonita! Nem livros tínhamos, mas ela passava o conteúdo todo no quadro. Não se falava em bimestre, de dois em dois meses tinha uma prova parcial, mas o que valia era a prova final. Você podia ter tirado nota boa o ano inteiro, se chegasse no final e você não tirasse nota suficiente, não passava. Mas você podia tirar nota ruim o tempo inteiro, entretanto, se caprichasse na [prova] final, então passava, passava mesmo. [...] Os conteúdos de história, geografia e ciências são praticamente os mesmos que se estuda hoje em dia. Em matemática tinha muita ênfase na tabuada e tinha que saber as quatro operações muito bem mesmo. (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 19, 20, 1).

A escolinha do distrito de Cruzes mais tarde recebeu o nome do avô materno de Maria do Rozário — Escola Estadual Antônio Lucas Martins – fundador e docente na instituição. Teve suas atividades iniciadas no ano de 1930 pelo avô e a tia-avó de Maria do Rozário. No mesmo local também funcionava a venda da família e eram rezadas missas pela comunidade. A

instituição está em funcionamento até os dias atuais, mas, claro, com uma estrutura diferente daquela narrada pela colaboradora, como é possível visualizar na imagem a seguir (Figura 2).

Figura 2 – Foto atual da Escola Estadual Antônio Lucas Martins



Fonte: Acervo pessoal da colaboradora (2023)

A então escola do distrito de Cruzes, foi classificada como Escola rural pelo Decreto nº 3.508, de 21 de dezembro de 1950 (MINAS GERAIS, 1950), e oferecia apenas os três primeiros anos escolares. O Código do Ensino Primário determinava os conteúdos que as escolas primárias rurais deveriam trabalhar:

Da Classificação de Escolas Primárias

Art. 246 - As escolas primárias são classificadas em:

a) Escola rural - a situada em povoados, com a matrícula mínima de 50 (cinquenta) alunos ou em propriedade rural, com a matrícula mínima de 40 (quarenta) alunos, e 3 (três) anos de curso. [...]

Do Programa das Escolas Primárias

Art. 310 - O programa do ensino primário, nas escolas rurais compreende: a) leitura e escrita; b) língua materna; c) aritmética e cálculo mental; d) generalidades relativas mundo e rudimentos de corografia⁹ do Brasil; e) história sumária de Minas Gerais e noções de educação moral e cívica; f) noções de higiene e de urbanidade; g) desenho; h) canto. (MINAS GERAIS, 1950).

Relacionamos as características dessa escola ao consenso entre historiadores, apresentado por Ribeiro, Silva e Neto (2012, p. 3), de que fatores sociais, políticos e econômicos

⁹ Estudo geográfico de um país ou de uma de suas regiões (COROGRAFIA, 2022).

em voga no país durante a primeira república, atingiram o contexto educacional associando um ideal de progresso à necessidade de combater o alfabetismo no país, “logo, se a educação do povo faria o país progredir, então era preciso alfabetizar maciçamente”.

Trabalhos localizados acerca da educação rural ou pedagogia rural no Estado de Minas Gerais, com recorte entre as décadas de 1940 e 1950, apresentam uma escolarização voltada a civilizar a população do campo utilizando de ferramentas higienistas para atingir um ideário de progresso e modernização (PINHO, 2009; ALVES, 2014). A preocupação em civilizar e alfabetizar a população do campo também estava prevista no Decreto Estadual nº 2.545, de 5 de dezembro de 1947 (MINAS GERAIS, 1947), que dispunha sobre o ensino primário em zonas rurais, como podemos observar em seus artigos terceiro e quarto:

Art. 3º Com a Secretaria de Educação cooperarão a Secretaria do Interior, a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, o Departamento Estadual de Saúde e quaisquer outras formas de atividade do Governo utilizáveis nos setores de educação e ensino, para que cada escola primária em zona rural seja também um centro de condensação e de irradiação social aparelhado para influir no meio rural.

Art. 4º O Secretário de Educação poderá incluir no "currículo" das escolas primárias, o indispensável à sua adaptação ao meio rural, estabelecer-lhes, onde necessário, o período letivo especial e as demais condições de funcionamento e localizá-las onde julgar mais conveniente aos interesses do ensino, para o que levará em consideração a densidade demográfica, as vias de comunicação e os índices de analfabetismo daquelas zonas. (MINAS GERAIS, 1947).

Ao finalizar o último ano escolar então ofertado na escola rural de Cruzes, Maria do Rozário teve que se mudar para a casa da avó materna para prosseguir os estudos, assim como aconteceu com alguns de seus irmãos e irmãs: “Só tinha até o 3º ano, não tinha o 4º ano [...]. Então, a gente ia morar com nossa avó, eu fui morar em Governador Valadares” (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 2). Aos onze anos de idade, ela inicia uma nova rota em seus percursos de vida, sai da casa dos pais e passa a residir com a avó, a tia e as primas na cidade para frequentar uma escola maior e com características diferentes daquela com a qual estava acostumada:

Essa Governador Valadares é uma das maiores cidades. Quando cheguei lá, estranhei porque a escola era enorme, a escola é... qual que é o nome? [tentando lembrar] Escola...Fundação Jorge Ferraz...Escola Oswaldo Cruz. Escola grande! Prédio de dois andares, tudo separado. Cheguei lá, meu Deus! Me assustei igual bichinho do mato. [...] A escola era um prédio de dois andares, uma escola moderna, já com livros e os cadernos separados para os conteúdos. (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 21).

Maria do Rozário descreve o período em que viveu na cidade de Governador Valadares e estudou na Escola Oswaldo Cruz¹⁰ como um processo de adaptação de uma vida pacata que tivera até então no campo, para um cotidiano agitado da cidade grande. As dificuldades por ela relatadas não estavam ligadas ao modelo de ensino ou aos conteúdos desenvolvidos na escola, mas à diferença social a qual estava submetida:

E era tudo diferente do interior. Ainda bem que tinha a roupa, uniforme, que ajuda bastante nesse ponto, porque aí não tinha... porque minha roupa não era... as roupas deles era tudo diferente, bem diferente das minhas lá do interior. Mas tinha o uniforme [risos], aí era tudo igual. Mas, assim, estranhei! [...] Só que eu me saí bem porque eu conhecia as coisas, mas olha... [risos] minha tia ficava preocupada se eu ia dar conta. Minha tia era professora também [...]. Me lembro dela sempre no cargo de diretora. (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 22, 1).

Passado um ano vivendo no município de Governador Valadares, Maria do Rozário muda-se para Paula Cândido, município localizado também no Estado de Minas Gerais, e mais próximo da fazenda onde viviam seus pais. Em Paula Cândido, Maria do Rozário estudou um ano em preparação no Grupo Escolar Samuel João de Deus¹¹ para prestar o exame de admissão ao ensino ginásial. O exame de admissão foi um marco que dividiu, por décadas, o ensino primário e secundário no Brasil, de acordo com Gama e Almeida (2018)¹²:

Os exames de Admissão foram instituídos em 1934, antes da Era Vargas e eram obrigatórios para os alunos que tivessem 11 anos e concluído o Ensino Primário de 4 anos. O referido exame foi criado no Brasil com o advento da Reforma Francisco Campos. Passaram por muitas alterações por meio de decretos e portarias até seu cerceamento em 1971, momento em que se instituiu a escola integrada de oito anos. (GAMA; ALMEIDA, 2018, p. 14).

No ano em que Maria do Rozário prestou o exame, já estava em vigor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1961, na qual o ensino ginásial compreendia o 1º ciclo do ensino secundário. De acordo com o artigo 36 da referida Lei, continuava a ser necessária a comprovação de satisfatório aproveitamento da educação primária por meio do

¹⁰ Atualmente, no mesmo prédio, está em atividade o Colégio Clóvis Salgado. Entramos em contato com a escola e nos confirmaram o funcionamento da Escola Oswaldo Cruz mantida pela Fundação Educacional Jorge Ferraz no mesmo prédio, entretanto, não nos concederam mais informações ou documentação.

¹¹ Foi criado em 1944 com o nome de Escolas Reunidas de São José do Barroso, em 1953 passou a categoria de Grupo Escolar e em 1954 foi denominado Grupo Escolar Professor Samuel João de Deus em homenagem ao primeiro ministro professor normalista do município, atendendo de 1ª a 4ª série (Informações retiradas do Regimento Escolar da Escola Estadual Samuel João de Deus).

¹² As autoras apresentam um conglomerado de informações sobre o exame de admissão no país, perpassando pelos motivos de sua implementação, conteúdos, aplicação e cópias desses exames.

exame de admissão, cujo requisito para prestá-lo era que o estudante tivesse onze anos de idade ou viesse a completar tal idade no decorrer do ano letivo (BRASIL, 1961).

Maria do Rozário conta que havia duas opções sobre este exame, prestá-lo e já ingressar no ensino ginásial, ou, fazer um ano de preparação e então prestar o exame. A segunda opção era preterida por Maria do Rozário, que confiava em seus conhecimentos, entretanto, fez o que foi requerido pela mãe:

Um exame de admissão! Você podia prestar uma prova, tipo um vestibular, você prestava a prova e ia já para 5º série ou você tinha que estudar um ano inteirinho para depois fazer a prova. Minha mãe fazia questão: “vai fazer um ano mesmo, não vai fazer só a prova não, vai ficar um ano estudando essa admissão”. Era equivalente ao que hoje é o 5º ano. Nesse, nós recordávamos tudo que já tínhamos estudado. Para mim foi muito fácil porque nesse 4º ano que estudei em Governador Valadares era escola particular, então ensinava muito mesmo, podia prestar a prova que ia passar, mas minha mãe dizia: “vai fazer! Tem que fazer um ano”. (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 3-4).

Aprovada no exame de admissão, iniciou os estudos na Escola Padre Antônio Mendes¹³, localizada também no município de Paula Cândido, onde cursou as quatro séries do ensino ginásial, uma instituição privada e descrita por ela como rígida, devido à obrigatoriedade do uso do uniforme específico e por ter sua administração encarregada por padres:

[...] roupa de manga comprida, saia toda pregueadinha, gravata, sapato e meia. [...] ninguém entrava sem gravata e era muito rígida nesse sentido [...]. Fiz até a 8ª série; antes, fiz a admissão. Era uma escola bem rígida porque era uma escola de padre, era particular e ensinava bem! Ali a gente aprendia mesmo! Melhores professores... então isso me deu muita formação. Quando eu vim fazer Normal, me achavam um crânio: “Meu Deus como você sabe tanta coisa assim? Como que você sabe matemática?”. Eu falei: “Olha, eu estudei, né?”. (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 23-24).

Esta fase escolar de Maria do Rozário no faz lembrar sobre a ampla presença do catolicismo na educação brasileira. Ao analisar a vinda das salesianas para o Brasil e relacionar a atuação dessas religiosas junto à juventude feminina com o processo de consolidação do catolicismo, Furtado (2002, p. 1) explicita:

A História da Educação no Brasil é fortemente marcada pela presença dos católicos nos meios escolares, pois a educação escolar brasileira esteve intimamente ligada com a atuação da Igreja Católica, primeiramente com os

¹³ Em contato com responsáveis pela Fundação Casa da Cultura Padre Antônio Mendes de Paula Cândido, nos foi informado que durante a demolição do prédio em que funcionava o museu, muitos documentos foram extraviados e por isso, não poderiam nos oferecer informações precisas sobre a escola e seu funcionamento.

jesuítas e a partir do século XIX, com as Ordens e Congregações religiosas estrangeiras. Com a vinda das Ordens e Congregações religiosas estrangeiras para o Brasil, no século XIX, a rede de ensino católica cresceu significativamente e isto se deu devido as mudanças ocorridas no catolicismo nesse período, devido ao movimento ultramontanista.

Neste lugar de influências da religião na educação, se encontra a atuação do Padre, e depois Cônego, Antônio Mendes. Segundo Rangel (2019) o Cônego nasceu em Viçosa/MG e atuou na fundação e direção de ginásios na Zona da Mata e no Sul de Minas, prestou assistência espiritual ao Centro de Treinamento de Professoras Rurais em Viçosa, foi professor universitário, e também, presidente da extinta Academia Viçosense de Letras, além de outros cargos na educação e política do município de Viçosa.

Não obstante a rigidez da instituição escolar regida por padres, Maria do Rozário conta que na cidade de Paula Cândido não encontrou os mesmos impasses que em Governador Valadares, devido ao tamanho menor em relação à cidade da avó e à proximidade aos parentes que lá viviam: “Agora, quando fui para Paula Cândido, foi mais fácil porque é uma cidade menor, uma cidade onde eu era acostumada, eu tinha parentes lá, então foi mais fácil!” (MARIA DO ROZÁRIO, 2022).

Em Paula Cândido, seu pai comprou uma casa com a finalidade de dar aos filhos e filhas a possibilidade de prosseguirem os estudos. Tal solução encontrada pelo pai de Maria do Rozário, que soa corriqueira aos dias atuais, era considerada incomum para o período e contexto em que viviam, sendo alvo de preconceitos: “Pessoal achava um absurdo! ‘Como as meninas vão morar sozinhas?!’ Eu, minhas irmãs, mais umas primas, a gente morava para estudar, como que a gente ia estudar em Paula Cândido?!” (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 17-18).

A ação de adquirir uma casa em outra cidade a fim de oportunizar a continuidade da escolarização para os filhos e filhas nos faz refletir sobre o significado dos estudos para a família de Maria do Rozário, ainda que as mulheres devessem morar sozinhas, ação incomum para a época. Sarat e Campos (2014) explicitam como professoras da Educação Infantil vivenciaram/construíram concepções de gênero e sexualidade nas diversas relações interpessoais, e, com base em assertivas históricas, apontam que o lugar e possibilidades das mulheres estiveram limitado ao lar, aos afazeres domésticos, ao cuidado da casa e dos filhos, funções postas como naturais, inerentes ao sexo feminino. Ao analisar memórias de colaboradoras em sua investigação, elas consideram:

Quanto às falas relativas à maneira como foram educadas/os e cuidadas/os meninas e meninos, pronunciaram-se que, para elas, foram negadas as

possibilidades de aprendizados diferenciados, situações que, às vezes, as levaram a burlar as normas e aprender escondido. Recordaram de meninas presas, que não podiam ir longe de casa, as quais foram negadas viver as mesmas aventuras que os meninos vivenciavam, pois eles podiam sair e correr livres. (SARAT; CAMPOS, 2014, p. 55).

As reflexões das autoras nos ajudaram a pensar o que a formação escolar e profissional representava para a família de Maria do Rozário a ponto de, associada às condições econômicas que dispunha, quebrar “padrões” e possibilitar às meninas a aquisição de uma profissão, mesmo sendo o magistério, profissão que sofreu um longo processo de feminização que apresentaremos mais à frente.

Dentre os conteúdos estudados no ginásio, ela destaca o Inglês, Francês e Latim, e, ao ser indagada sobre o gosto pelo estudo destas línguas, conta:

Eu gostava! Até que eu aprendi. Eu sei inglês um pouquinho, francês eu sei ler, posso pegar qualquer texto que eu leio, posso não saber traduzir. E Latim, hoje não se usa mais, mas eu aprendi muito com o Latim na área de Língua Portuguesa. [...] A ênfase era toda em língua portuguesa, muita gramática, leitura, interpretação de texto e redação. E a Matemática, como sempre, era baseada nas quatro operações e resoluções de problemas. (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 4 e 2).

A distribuição das disciplinas no ensino ginasial estava prevista na LDBEN de 1961, em seu artigo 44:

Art. 44. O ensino secundário admite variedade de currículos, segundo as matérias optativas que forem preferidas pelos estabelecimentos.

§ 1º O ciclo ginasial terá a duração de quatro séries anuais e o colegial, de três no mínimo.

§ 2º Entre as disciplinas e práticas educativas de caráter optativo no 1º e 2º ciclos, será incluída uma vocacional, dentro das necessidades e possibilidades locais.

Art. 45. No ciclo ginasial serão ministradas nove disciplinas.

Parágrafo único. Além das práticas educativas, não poderão ser ministradas menos de 5 nem mais de 7 disciplinas em cada série, das quais uma ou duas devem ser optativas e de livre escolha do estabelecimento para cada curso. (BRASIL, 1961).

Na década de 1960, período quando Maria do Rozário cursou o ginásio, ocorreu significativas expansões do ensino secundário no país. Conforme Nunes (2000), essa etapa de ensino foi estabelecida em locais onde, até então, era inexistente, bem como cresceu o número de matrículas em unidades já em funcionamento. A autora ainda ressalta que tal expansão também teve influência da iniciativa privada: “ao preencher o vazio da iniciativa pública, os

ginásios particulares proliferaram sem que o governo federal tivesse pulso para disciplinar esse crescimento, fixando seu controle em níveis apenas formais” (NUNES, 2000, p. 46).

3.3 A Maria migrante, esposa, professora: marchando para o Oeste

No município de Paula Cândido, Maria do Rozário conhece aquele que seria seu futuro cônjuge. Casaram-se no ano de 1969, na cidade histórica de Congonhas do Campo, e, no ano seguinte, mudaram-se para o município de Dourados, sul do então Estado de Mato Grosso, e se instalaram no distrito de Vila Vargas. A vinda para o Estado fora incentivada, em parte, pelo tio paterno, a quem seu pai visitava com certa frequência e falava muito bem da região, e, em parte, por aquilo descrito por ela como “aventura”:

Chegou aí, eu me casei, meu pai não queria porque [eu] tinha que terminar os estudos, mas eu acabei casando e vim para cá. Por que eu vim para cá? Eu não sei até hoje! [riso] Aventura mesmo. [...] Meu pai gostava muito daqui, sempre vinha para cá. Ele costumava dizer: “Mato Grosso (era Mato Grosso) é um lugar muito bom, eu só não vou para o Mato Grosso porque lá é difícil para colocar Alambique, senão eu ia... eu tinha coragem de ir para lá” (que ele tinha também fábrica de Alambique onde fabricavam pinga). E meu tio convidou a gente para vir, então eu vim para cá só com a 8ª série. Eu cheguei aqui em 60... espera! Vamos fazer as contas. Eu cheguei em 1970. (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 4).

Os novos percursos trilhados por Maria do Rozário a conduzem para uma região de recente colonização povoada por um intenso movimento migratório no início da década de 1950, incitado pelo projeto de colonização conhecido como Marcha para o Oeste. Tal projeto do governo de Getúlio Vargas visava elevar a economia do país por meio da exploração das terras com práticas agrícolas e atrair migrantes de diversas regiões por meio da propaganda de doação de lotes. As famílias que ali se instalavam, passavam a constituir a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) e a desbravar um espaço até então ocupado por indígenas e trabalhadores da empresa ervateira Companhia Mate Laranjeira (MENEZES, 2011).

A pesquisa de Solidade (2015, p. 107) nos informa que a CAND fora dividida em duas zonas. A primeira delas foi denominada Zona do Triunfo, cuja “[...] delimitação de seu perímetro foi finalizada em 1946, quando recebeu a primeira leva de colonos, mas foi apenas em 1951 que este território foi nomeado como Triunfo, por Llyod Ubatuba”, e mais tarde, em 1963, o povoado de Triunfo foi reconhecido legalmente como Vila de Vargas. O povoamento da região gerou a necessidade de espaços para a escolarização dos filhos e filhas de colonos,

assim, foram improvisadas e construídas escolas rurais ao longo das décadas de 1950 e 1970¹⁴. Tais iniciativas, enfrentavam a escassez de profissionais docentes para atuar nessas escolas:

As Escolas das Zonas da Colônia situavam-se a uma distância média de 30 quilômetros do Distrito Sede, e nenhum professor normalista atuava nessas escolas, a citar os dados levantados para as Escolas da Zona do Triunfo e Zona do Mercado. O ensino era ministrado por professoras leigas que muitas vezes pouco ou nada sabia sobre métodos pedagógicos de alfabetização, e reproduziam em sua prática os métodos a que foram sujeitas em seu tempo de escola. (SOLIDADE, 2015, p. 115).

Essa contextualização nos ajuda a visualizar o cenário que recebe Maria do Rozário quando chega ao distrito no ano de 1970. Dentre as primeiras impressões, estão algumas marcas de uma região em desenvolvimento, como o difícil acesso à água potável e a construção do asfalto na estrada que corta o distrito e leva até a cidade de Dourados, hoje BR163:

Lá é mina e tem água para todo lado [...] então, todo lugar que você vai tem água! Água potável, água limpa. E aqui era poço, não tinha nem Sanesul, era água de poço, pensa! Eu tinha medo de poço, de tirar água de poço, tinha que jogar aquele balde lá e puxar [...]. Ali não tinha asfalto. No ano que eu cheguei, estava começando a fazer asfalto, a firma ficava ali no meu tio, faziam a casa dos empregados e ali eles ficavam para fazer o asfalto, não tinha asfalto até Dourados. Eu lembro isso aí. Ah! E também casa de madeira, porque eu nunca tinha visto casa de madeira. Lá em Minas não tem! São de material ou então pau a pique, mas, de madeira, não; nunca tinha visto. (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 27-28).

Em decorrência da falta de professores/as na região e da necessidade de alfabetizar a infância local, Maria do Rozário logo tem seus estudos primário e ginásial notados por sua tia que lecionava em uma das escolas rurais. Ela conta que a tia a incentivou a prestar um teste de conhecimentos para uma vaga em aberto em uma escola rural mista no qual foi aprovada para lecionar:

Era difícil! Mais na parte de português e matemática. Só que, eu não sei porque eles não davam prova para vermos, só o resultado, mas todo ano eu fazia e o resultado saía no jornal. Eu sabia que eu tinha acertado porque, às vezes, para mim era fácil, eu achava muito fácil! Nossa, que prova fácil! Rapidinho eu terminava. Mas era porque eu tinha base, tinha gente que achava super difícil! Com dois anos que eu estava aqui, no ano de 1972, apareceu uma vaga para dar aula. Naquele tempo ninguém era formado, ninguém! Então apareceu para mim a oportunidade de uma sala de aula no travessão do Pedro¹⁵. A escolinha

¹⁴ Em sua dissertação, Ana Paula Piacentini (2012) apresenta dois quadros com a distribuição das Escolas Rurais Mistas e Reunidas localizadas no município de Dourados até o ano de 1970, um total de 81 escolas.

¹⁵ Os nomes de pessoas citadas pela colaboradora foram substituídos por nomes fictícios.

não existe mais, aquela escola tinha o nome de Laranja... é... Escola Rural Laranja Doce. Lá, eu trabalhei dois anos [...]. Era só um período, aí surgiu uma outra escola lá perto do João, naquele travessão do Varjão tinha uma escolinha e eu fui trabalhar lá. Tinham dois períodos de aula, então comecei a trabalhar dois períodos, fiquei lá uns três anos, depois eu passei num concurso do Estado. (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 4, 36).

É na Escola Rural Mista Laranja Doce que Maria do Rozário inicia sua carreira docente, onde atuava em meio período. De acordo com a Relação de Escolas Extintas apresentada por Solidade (2015), essa escola estava dentro da extensão territorial compreendida pela Zona do Triunfo e foi criada no ano de 1954 e extinta em 1973. Seu nome se deu pela proximidade ao córrego Laranja Doce, também utilizado como meio de demarcação dos territórios¹⁶ da CAND.

Após o fechamento da Escola Rural Mista Laranja Doce, Maria do Rozário passa a lecionar na Escola Rural Mista Metodista, localizada próximo ao travessão do Varjão, onde lecionava pela manhã e à tarde. Ela conta que, nessa segunda escola em que lecionou por cerca de três anos, havia melhores condições físicas em relação à anterior: “Era uma escola boa de material, já tinha os banheiros mais arrumadinhos, tinha cozinha e fogão, a lenha, mas tinha” (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 26).

A escola rural em que dá sequência a sua carreira é a Escola Rural Mista Aristeu de Carvalho, localizada a aproximadamente 3 km de sua residência, por esse motivo, necessitou aprender a andar de bicicleta para realizar o percurso diário: “Eu não sabia andar de bicicleta e tive que aprender porque, como que eu ia vir? Não tinha ônibus e não tinha carro, então tive que aprender a andar de bicicleta; depois de adulta tive que aprender [risos]” (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 9). Conforme explicita, após a extinção da escola e até os dias atuais, o prédio serve a uma igreja em um espaço territorial que contempla o distrito de Vila Sapé.

Quando assume o posto de professora na Escola Rural Mista Laranja Doce, bem como, nas outras escolas rurais mencionadas anteriormente, Maria do Rozário não possuía uma formação profissional para atuar na docência, assim, conta que utilizou como referência de ensino a experiência com a escola multisseriada que tivera no início de seu processo de escolarização quando criança, no distrito de Cruzes, em Minas Gerais:

E como eu tinha estudado na escola multisseriada, sabia como era o negócio. Imagina colocar alguém em uma escola multisseriada se ela não teve uma convivência? Fica doidinha, né? Tem gente que acha difícil dar aula porque tem uns que aprendem mais, outros que aprendem menos. Imagina você

¹⁶ As Zonas da CAND eram divididas em quadras com cerca de 16 lotes de 30 hectares cada. Quando delimitadas, essas quadras recebiam nomes de rios, córregos e lugares específicos como Região do Armazém, a Região do Varjão (SOLIDADE, 2015).

chegar numa sala e ter aluno do 1º ano, aluno do 2º, do 3º, do 4º e você tem que atender a todos aqueles alunos. (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 26).

O início de sua carreira foi marcado pela máxima apontada já em outras pesquisas que abordam a história de instituições escolares rurais e a atuação de professores/as nesses espaços, a exemplo das realizadas por Faria (2018) e Ebenritter (2018), que evidenciam o perfil de docentes sem formação para o magistério. Tais professores/as, muitas vezes, além de lidar com a falta de estrutura das escolas rurais multisseriadas, também desenvolviam diversas tarefas além da docência, eram responsáveis pela merenda escolar, a limpeza do prédio, entre outras atividades, como podemos constatar também por meio das narrativas da colaboradora:

De primeiro não tinha ninguém para limpar a escola. Professor tinha que ir limpar a escola e fazer a merenda, você acredita? Fazia merenda [risos]. Até hoje eles falam assim... José, que foi meu aluno da primeira turma, eu não me lembro, mas ele fala dos meus bolinhos. Eu perguntei: eu fazia isso? “Claro que a senhora fazia, a senhora fazia bolinho e levava para nós [risos], para o lanche”. E não tinha fogão, tinha um lugar lá na escola, mas nem um fogão a prefeitura dava. Tinha um fogareiro lá que você tinha que fazer a merenda ali. Eles davam o leite, umas misturinhas, umas coisas diferentes, umas sopas que já vinham para pôr na água fervendo. (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 26).

De forma concomitante ao seu início de carreira, Maria do Rozário dá prosseguimento aos estudos: “Nesse tempo que eu comecei a trabalhar também comecei a estudar, porque eu só tinha a 8ª série” (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 5). Assim, em 1973, realiza o supletivo para conclusão do ensino de 1º grau na Escola Estadual de 1º e 2º Graus Presidente Vargas, localizada na área urbana do município de Dourados, pois em Paula Cândido não havia realizado o exame final para provação na 8ª série. O ensino supletivo estava regulamentado pela Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971), e destinava-se à compensação de estudos de jovens e adultos que desejavam dar continuidade ou finalizar uma determinada etapa de ensino. Para tanto, estava organizado em torno de duas matrizes: a formação de caráter geral e a de caráter particularizado:

Art. 24. O ensino supletivo terá por finalidade:

- a) suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria;
- b) proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte.

Art. 25. O ensino supletivo abrangerá, conforme as necessidades a atender, desde a iniciação no ensino de ler, escrever e contar e a formação profissional

definida em lei específica até o estudo intensivo de disciplinas do ensino regular e a atualização de conhecimentos. (BRASIL, 1971,

Nos quadros que seguem, ampliamos a grade curricular do ensino supletivo realizado por Maria do Rozário, disposta em seu diploma de conclusão do Magistério.

Quadro 5 – Grade Curricular do curso Supletivo realizado por Maria do Rozário – Educação Geral

MATÉRIAS	CONTEÚDOS	CARGA H. TOTAL
Comunicação e expressão	Ling. Portuguesa e Lit. Brasileira	250
	Ling. Estrang. Moderna	-
Estudos Sociais	História	30
	Geografia	30
	Organização Social e Política do Brasil	30
Ciências	Matemática	180
	Ciências Físicas e Biológicas	90
Art. 7º	Educação Moral e Cívica	30
	Educação Artística	70
	Programa de Saúde	60
	Educação Física	90
	Ensino Religioso	60
Soma		920

Fonte: Diploma de Magistério de Magistério do 1º Grau de Maria do Rozário

Quadro 6 – Grade Curricular do curso Supletivo realizado por Maria do Rozário – Formação Especial

MATÉRIAS	CARGA H. TOTAL
Psicologia Educacional	270
Sociologia Educacional	120
História da Educação	120
Filosofia da Educação	60
Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau	60
Estatística Aplicada à Educação	30
Metodologia Geral	100
Metodologia Específica das áreas	210
Metodologia das Técnicas e J. Pedagógicos	40
Estágio Orientado e Supervisionado	270
Áudio Visual	50
Literatura Infantil	90
Estudos de P. Brasileiros	30
Soma	1450

Fonte: Diploma de Magistério de Magistério do 1º Grau de Maria do Rozário

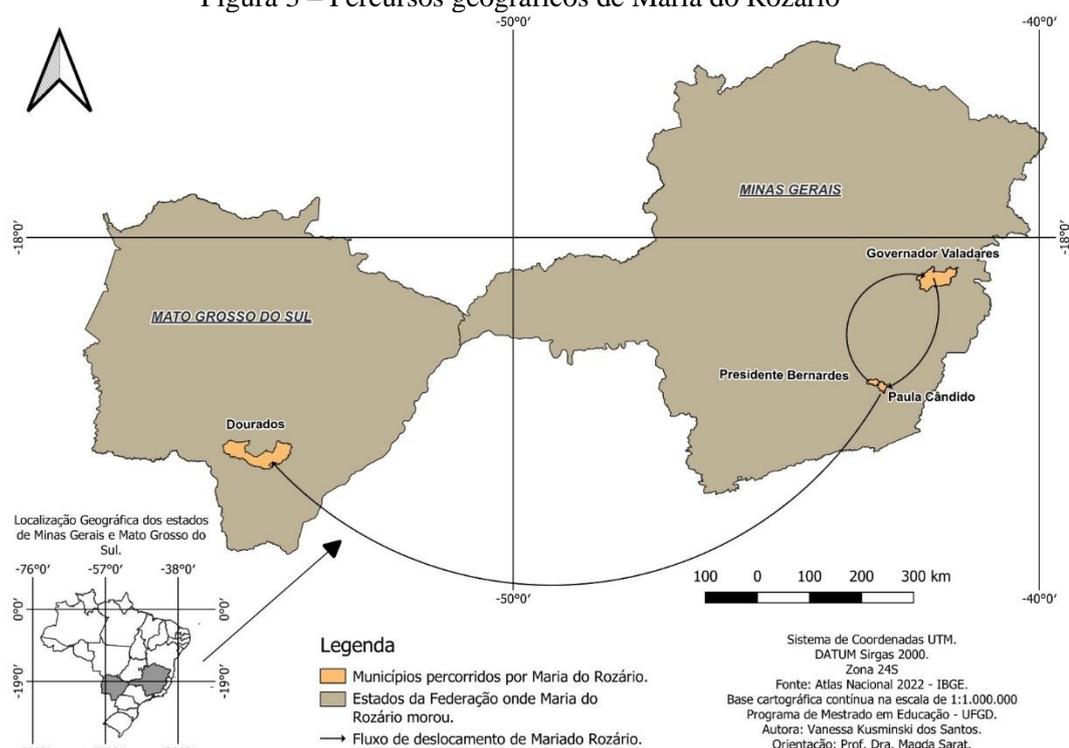
O curso supletivo cursado por Maria do Rozário foi uma iniciativa da Secretaria de Educação e Cultura do Estado e destinou-se aos docentes em exercício na área rural com o intuito de oportunizar a continuidade de formação desses/as profissionais, bem como resolver o “problema” da falta de professores nas escolas rurais de Dourados. As disciplinas do ensino supletivo estavam divididas em dois blocos: o primeiro, intitulado Educação Geral, com disciplinas destinadas à suplementação do ensino de 1º Grau da colaboradora, e o segundo, intitulado Formação Especial, que oferecia uma grade mais voltada à formação docente.

4 PERCUSOS DE FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DOCENTE

“Alunos que não aprendiam, eu trazia para minha casa nas férias. Às vezes, muitos alunos vinham para eu dar reforço, então, eu me esforcei para formar e honrei minha profissão, eu só deixei porque estava no tempo, passou do tempo [...]”. (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 38).

Neste capítulo, narramos os percursos de formação e atuação docente de Maria do Rozário, evidenciando as trajetórias e motivações que a constituíram como professora. Com este propósito, damos continuidade à explanação da formação de Maria do Rozário em solo mato-grossense no curso Normal de Férias, o curso de Pedagogia em Presidente Prudente, a aprovação nos concursos e a atuação enquanto professora alfabetizadora, abordando também as pressões sociais advindas desses percursos. A figura a seguir nos ajuda a melhor visualizar os percursos geográficos de Maria do Rozário sobre os quais tratamos no texto.

Figura 3 – Percursos geográficos de Maria do Rozário



Fonte: Elaborado por Nathália K. de C. Soares (2022)

A continuação da formação de Maria do Rozário no Sul de Mato Grosso se dá por meio do curso Normal que lhe oferecia habilitação em Magistério de 1º Grau. Ao dissertar sobre o Curso Normal de Férias destinado ao professorado da área rural, Piacentini (2012) apresenta as condições nas quais o ensino rural estava configurado na década de 1970, na região de Dourados, quando 53% da população do município residia na área rural.

De acordo com a pesquisadora, esse período esteve marcado pela falta de docentes nas escolas rurais e pela falta de formação ou formação inadequada nas escolas em que havia docentes. Era inviável para as professoras normalistas residentes na cidade se deslocar até essas escolas, e a cidade mais próxima em que havia oferta de um curso normal de férias era Batayporã. De tal maneira, a mobilização de pais e, principalmente, de professoras em prol de formação profissional levou à oferta do curso Normal de Férias no município:

É justamente neste contexto marcado por necessidades da população local, mais especificamente da população rural, que surge na década de 1970, o Curso de Magistério Rural ou “Normal de Férias”, em Dourados. Em 1970, o Departamento de Pesquisa e Ensino solicitou que todas as Delegacias de Ensino do estado de Mato Grosso, apresentassem um levantamento das escolas, com dados reais no que se refere ao número de alunos, professores e escolas de sua extensão. Diante dessa determinação, a Delegacia Regional de Ensino de Dourados – MT fez um levantamento de sua realidade educacional. No final deste levantamento, esta Delegacia apresentou em seu relatório, sugestões para a melhoria do serviço educacional na região, para a Secretária de Educação e Cultura do Estado, dentre elas a especialização de professores, uma vez que dos 228 professores que 68 atuavam em grupos escolares, escolas reunidas, escolas rurais mistas, entre outras, 118 tinham a formação da escola normal e 110 eram professores leigos. (PIACENTINI, 2012, p. 67).

Além da necessidade de se formar e contratar professoras para atuação na área rural de Dourados, a criação do Normal de Férias também encontrava outro fator motivador: a exigência normativa trazida pela Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971):

Art. 30. Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério:

- a) no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau;
- b) no ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração;
- c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena. (BRASIL, 1971).

É com a criação do curso Normal de Férias, em 1974, destinado às professoras da área rural, que Maria do Rozário tem a oportunidade e o incentivo para cursar o Magistério. Ela conta que os estudos para o magistério eram realizados em período de férias escolares, nos meses de janeiro, fevereiro e junho, em período integral. Ela e as colegas saíam às seis horas da manhã de suas casas e retornavam ao final da tarde. Conta também que a formação para o magistério era incentivada por meio de bolsa de estudos que cobriam os custos de alimentação e transporte que ela e outras colegas também residentes nas redondezas utilizavam para se deslocarem até o centro de Dourados:

A bolsa era dada pelo município! Com aquela bolsa a gente pagava o transporte, tinha uma van que levava a gente e pagava alimentação. Então foi nessa Escola Normal São Francisco que eu fiz. Eu me formei nessa escola em 1977 [...], nós não tínhamos férias, começavam as férias a gente já ia estudar! [...] Era o pai do Antônio que levava a gente. Nós pagávamos e ele levava, depois buscava e entregava nas casas. A gente ia às 6 horas e voltava à tarde. (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 5, 6, 29).

O Normal de Férias funcionou no Colégio Oswaldo Cruz, uma instituição particular instalada em Dourados, na década de 1960, que oferecia, inicialmente, os cursos primário e ginásial. Assim, “[...] o Curso de Magistério Rural ficou sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal, no entanto, esse contava para o seu funcionamento com as verbas recebidas do poder público estadual e apenas com uma ajuda suplementar do município [...]” (PIACENTINI, 2012, p. 75). Apesar de ter seu funcionamento em uma escola particular e ser financiado pelo Estado e município, segundo o diploma de Maria do Rozário (Figura 3), o Curso era oferecido pela Escola Normal São Francisco de Rondonópolis¹⁷, o que nos leva a indagar sobre um possível convênio de extensão com esta escola.

Uma pista encontrada no trabalho de Gonzales (2022), ao tratar sobre o movimento de criação e desenvolvimento das Licenciaturas Parceladas em Mato Grosso do Sul que habilitavam professores para ensinar Matemática, foi a informação de que os cursos de Licenciaturas Parceladas de Curta Duração em Mato Grosso foram ofertados pela Universidade Estadual de Mato Grosso em convênio com a Secretaria de Educação e Cultura, em 1972, a qual indicava os municípios que sediariam esses cursos, sendo as primeiras sedes em Paranaíba, Ponta Porã, Coxim e Rondonópolis. Como o curso Normal de Férias só teve início quatro anos depois em Dourados, apontamos a possibilidade de ter como sede o Centro Pedagógico de Rondonópolis.

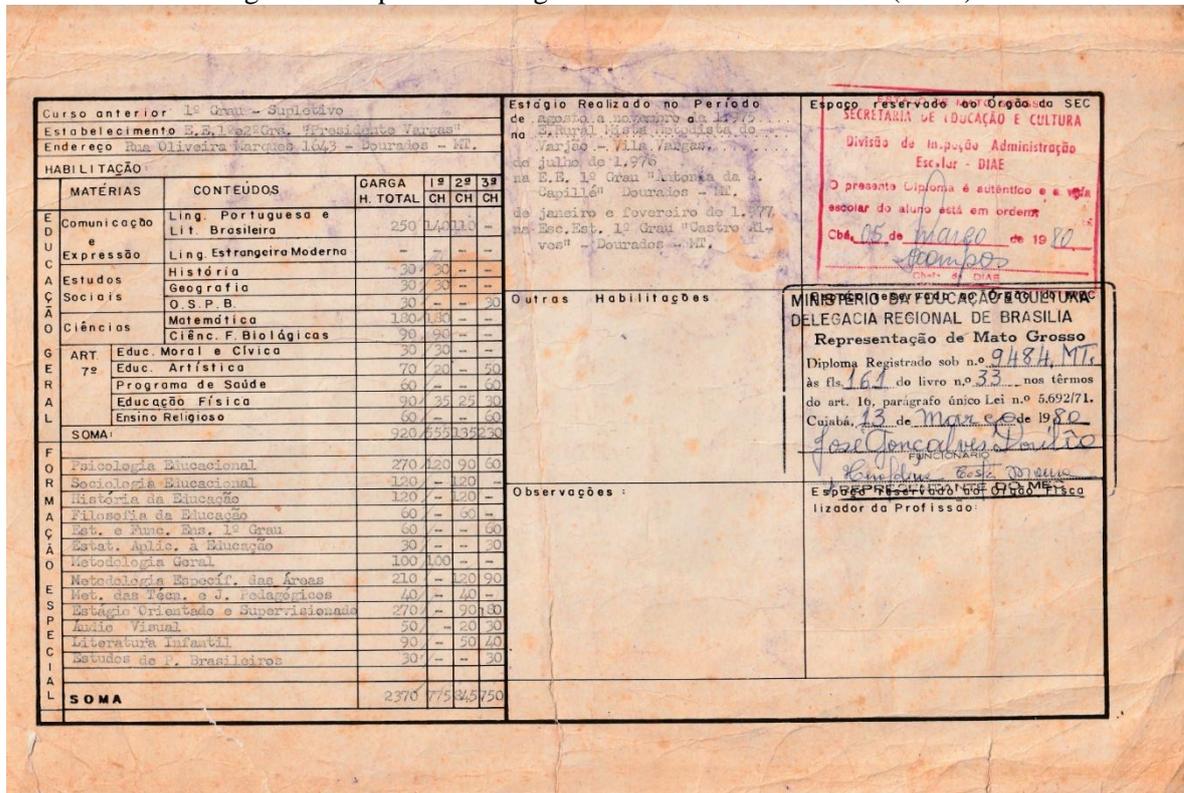
¹⁷ Não encontramos pesquisas ou fontes a respeito dessa instituição, tampouco da existência de um convênio entre prefeituras, apenas menção da existência de um curso de magistério em uma escola denominada Escola São Francisco de Assis, localizada na cidade de Rondonópolis. A menção está na tese de Wilson José Soares (2012), intitulada “Trajetórias, formação e docência de professores de geografia em Rondonópolis-MT: uma reflexão a partir de suas memórias no período de 1930 aos anos 2000”.

Figura 4 – Diploma de Magistério de I Grau nível I e IV (frente)



Fonte: Acervo pessoal de Maria do Rozário

Figura 5 – Diploma de Magistério de I Grau nível I e IV (verso)



Fonte: Acervo pessoal de Maria do Rozário

A colaboradora conta que a formatura do curso foi uma cerimônia simples realizada na cidade de Dourados e não guarda muitas lembranças do evento. Nos concedeu este registro:

Figura 6 – Fotopintura retrato de Maria do Rozário (1977)



Fonte: Acervo pessoal de Maria do Rozário

O retrato com uso da técnica de fotopintura foi feito a partir de uma foto tirada durante a formatura do curso de magistério de férias e está dentre os poucos registros imagéticos que Maria do Rozário tem de si mesma. Referente ao dia da foto, ela lembra com maior nitidez e carinho é o vestido que usava: “Até hoje eu lembro do meu vestido de lastex” (MARIA DO ROZÁRIO, 2022).

O diploma de Habilitação para o Magistério concedeu a Maria do Rozário a oportunidade de ser aprovada no primeiro concurso público, no ano de 1978, como conta:

Assim que eu formei, abri um concurso do Estado e eu nem sabia o que era, como é que vou fazer?! ‘Faz! De repente você passa né’ [como falavam para ela], então abri o concurso, eu fiz e passei. Havia poucas vagas, mas eu tive tanta sorte que eu passei em um dos primeiros lugares e tive direito de escolher uma vaga. Aqui nessa escola acho que tinham três vagas. Veio uma amiga minha e outras pessoas de fora, vieram vários professores para cá e eu assumi essa vaga então em 78. (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 6).

Após aprovação no concurso público, ela passa a atuar na Escola Estadual de 1º Grau Presidente Getúlio Vargas¹⁸, localizada na área urbana do distrito de Vila Vargas. Assim, trabalhava meio período na escola urbana e meio período na escola rural. A inserção da colaboradora em uma escola com turmas unisseriadas possibilitou o trabalho com turmas unicamente na fase da alfabetização, trabalho que, mais tarde, veio a desencadear a fama de Maria do Rozário na comunidade como professora alfabetizadora.

Eu me identifiquei com a alfabetização. E era o mais difícil, embora eu tivesse opção de escolher, já me colocavam lá no 1º ano eu gostava, e me identificava. Onde você mais vê o trabalho é no 1º ano. Naquele tempo, o aluno chegava na escola e não sabia nem pegar no lápis. Nunca tinha visto, nunca tinha pegado um lápis, aquela mão dura! Pegavam o lápis assim [movimento com a mão], tínhamos que ensinar aqueles traçados para cobrir. Eu fazia aquelas montanhas para eles cobrirem e conseguirem ter a mão maleável. Depois, no final do ano, víamos o aluno sabendo ler! O período que você mais vê o trabalho é no 1º ano, porque no 2º ano o aluno já sabe, então, seu trabalho é mais visto no 1º ano. (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 35-36).

O termo “alfabetizadora” associado à identidade da colaboradora, refere-se a uma área de atuação docente que se diferencia das demais, pois ensina a criança a habilidade essencial para inserção na cultura letrada, e, portanto, exige qualificações específicas para tal, como exprime Teixeira (2022):

Convém salientar que a opção por utilizar esse termo perpassa a escolha que fiz ao longo da minha própria trajetória. Ser professora alfabetizadora exigiu dedicação à formação, à leitura das teorias sobre aprendizagem; exigiu entender sobre métodos, avaliação e tantos outros conhecimentos que auxiliam no desenvolvimento das habilidades de construção da escrita e nas estratégias de leitura com meus alunos. Alfabetizar é muito complexo. A professora alfabetizadora necessita de uma formação muito próxima da sua realidade, que favoreça a construção de competências que garantam a evolução dos alunos. (TEIXEIRA, 2022, p. 73-74).

No ano de 1981, ela é aprovada no segundo concurso do Estado, e passa a atuar manhã e tarde na Escola Estadual do distrito. Trabalhou com turmas do 1º ao 4º ano do ensino fundamental, mas sempre com o primeiro ano da alfabetização até o final de sua carreira:

Em 81, eu passei no concurso. Me parece que tinha só uma vaga e eu consegui essa vaga, de uma amiga, ela queria ir para Dourados, foi transferida para lá e a vaga dela ficou para mim. Então eu passei, fiquei com dois períodos. Sempre

¹⁸ A história da construção e instituição da escola, como Grupo Escolar Presidente Vargas em 1970 até o ano 1974 quando é extinto e passa a denomina-se Escola Estadual de 1º Grau Presidente Getúlio Vargas, pode ser lida na dissertação de Solidade (2015).

me identifiquei com 1º ano e fui ficando a ponto de ter duas turmas de 1º ano. Depois eu falei: “não eu vou ficar com duas turmas de 1º ano porque dá muito trabalho”, não tinha pré-escolar naquele tempo, então dava mais trabalho para ensinar! E fui deixando: “um 1º eu faço questão, eu tinha direito de escolher porque quem era concursado tinha mais direitos. Então trabalhei com turmas do 2º, 3º e 4º ano também, mas gostava mesmo era do 1º. (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 9).

Para dar continuidade a sua formação docente, Maria do Rozário ingressa no curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências, Letras e Educação, localizada no município de Presidente Prudente (SP). Nesse período de sua vida, ela lecionava de segunda a sexta-feira e estudava aos finais de semana, fosse viajando até a faculdade ou em casa, por meio dos trabalhos e atividades disponibilizados pelo curso.

Depois eu fui fazer Pedagogia em Presidente Prudente, olha minha vida! [risos]. Isso tudo com criança pequena. Lá, era a Faculdade de Ciências, Letras e Educação. A gente ia uma vez no mês assistir às aulas, pegava o conteúdo e vinha, estudava mais em casa, fazia os trabalhos e no outro mês ia apresentar os trabalhos, fazia as provas; por bimestre que fazíamos as provas. [...] Nós íamos na sexta, assistíamos aula na sexta, no sábado o dia inteiro e voltávamos! Na segunda, a gente já estava aqui para dar aula. Isso aí nós tivemos que pagar e muito caro. (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 6).

Maria do Rozário conta que esse foi um dos períodos mais difíceis de sua vida. A exclamação em “*olha minha vida!*” reverbera um período de formação marcado por viagens cansativas, atrasos salariais e, conseqüentemente, condições incertas de hospedagem e alimentação. Maria do Rozário e os/as demais docentes que realizaram sua formação nesse período e região ainda em desenvolvimento, pagaram um alto preço que ultrapassou os custos do curso em si, sendo impressos nos sacrifícios que precisaram realizar para obter o diploma.

Ela rememora o ônibus lotado com estudantes dos distritos de Indápolis, Panambi e outros. Não diferente do ônibus, também a lotação do campus: “A faculdade parecia um formigueiro de tanta gente [...], o Brasil todo ia para lá! [...] parava para o almoço e teve tempo de a gente dividir marmitex! Dividia, a maioria dividia” (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 30-31). Sua memória também traz à tona o pensionato da dona Adelina, local onde ela e as amigas ficavam hospedadas:

Tinha uma mulher que hospedava a gente. Quando a gente ia, fazíamos uma reserva, então ela já sabia e guardava nosso lugar e fornecia comida. Muitas vezes, o pagamento nem saía e a gente ia dura mesmo, na maioria das vezes íamos só com o dinheiro de passagem e hospedagem. Essa mulher era tão legal, às vezes a gente falava assim: “Não, nós não vamos jantar hoje, não”, e ela falava: “Mas vocês têm que jantar, por que vocês não vão jantar?” A gente

nem tinha dinheiro para jantar, pagamento demorava a sair! Ela falava: “Não! Come ao menos uma sopinha [risos], ao menos uma sopinha vocês têm que comer”. E a gente acabava comendo a sopa e ela nem cobrava. Depois que ela ficou sabendo: “Ai! Por que vocês não falaram que viviam nessa vida assim, eu tinha oferecido mais coisas para vocês”. Porque o pagamento demorava sair...[...], demorava tanto a sair que, quando a gente ia, às vezes não tinha saído pagamento, imagina viajar. Se você não levasse o dinheiro para faculdade [bebe água]... Se você não levasse o dinheiro, você não fazia prova, se você não pagasse... (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 6-7).

Trabalhar, estudar, cuidar da casa e dos filhos: este foi um dos períodos mais conturbados de sua vida. Ao dissertar sobre possíveis ciclos da carreira docente, Nóvoa (2000, p. 38) afirma: “o desenvolvimento de uma carreira é, assim, um processo e não uma série de acontecimentos. Para alguns, este processo pode parecer linear, mas, para outros, há patamares, regressões, becos sem saída, momentos de arranque, descontinuidade”. A instabilidade sugerida pelo autor esteve presente na carreira da colaboradora e fora motivada pelas múltiplas tarefas que executava associada às condições adversas da profissão, como o atraso salarial.

Quando relata as dificuldades que enfrentava nas idas e vindas a Presidente Prudente e no custeio geral do curso de Pedagogia, ela conta sobre os longos atrasos salariais: “De primeiro, a gente ficava muito tempo sem receber, tinha que fazer uma economia, nossa! Como a gente tinha que fazer economia [pequena pausa reflexiva]” (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 8). Tratando da década de 1980, Rodriguez (2011) explicita o contexto político do período:

[...] em 1982 assumiu o governo do estado o advogado campograndense Wilson Barbosa Martins, primeiro governador eleito pelo voto popular. Martins pertencia ao partido PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), que era opositor ao regime militar, e manifestava um discurso em defesa da democratização e valorização das políticas públicas durante seu mandato. Porém esta posição não refletiu em suas políticas educacionais, pois deu continuidade ao plano de governo da administração anterior. Desta forma, a partir da Lei n. 603 de 11 de dezembro de 1985, o salário do professor foi calculado com base no salário mínimo e era fixado em 1,85% a mais sobre o mínimo para aquele ano e 2,5% para o ano de 1986. O arrolamento do salário base do professor ao salário mínimo produziu uma brusca queda no poder de compra do magistério, apesar de não ter diminuído em valores, dada a crise econômica e inflacionária daquele ano. (RODRIGUEZ, 2011, p. 5).

Além da crise econômica, o arrocho salarial foi plantado ainda governo anterior de Pedro Pedrossian, quando se priorizava o investimento em grandes obras, e se estendeu no governo seguinte, de Wilson Martins, chegando a uma porcentagem bem menor ao mínimo nacional: “Se compararmos o salário do professor com o salário mínimo no ano de 1980 se

verifica que o magistério recebia 55,4% a mais em relação ao mínimo nacional, proporção muito maior comparado a percentual de 1,85% no ano de 1985” (RODRIGUEZ, 2011, p. 5).

Em meio aos obstáculos salariais, de infraestrutura, familiares e outros, o título de Licenciada foi por ela alcançado no ano de 1984, conforme consta em seu diploma.

Figura 7 – Diploma de Licenciatura em Pedagogia (frente)

Faculdade de Ciências, Letras e Educação
 Presidente Prudente - Estado de São Paulo

MEC - Universidade Federal de São Carlos
 Registrado sob n.º 143300
 por delegação da competência do Ministério de
 Educação e Cultura nos termos das portarias
 MEC/SEB nºs 29/79 e 51/80.
 Portaria 023 de 06 de 19 86
 Mario Felatino
 of. Reitoria Delegação port. GR. 05/79

O Diretor da Faculdade de Ciências, Letras e Educação de Presidente Prudente, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de PEDAGOGIA - PLENA em 15 de dezembro de 1984, confere o título de Licenciada a

MARIA DO ROZARIO PEREIRA VALENTE

RG nº 044.697 - MS, nacionalidade Brasileira,
 filha de Joaquim José Pereira
 e de Zilda Martins Pereira,
 nascida a 22 de outubro de 1951, natural de Presidente Bernardes - MG e
 outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Presidente Prudente, 15 de dezembro de 1984.

Diretor: Almirante Belo Colinda
 Diretor Administrativo - RC 5.226.784

Secretário: Ana Cardoso Maia de Oliveira Lima

Diplomado: Maria do Rozario Pereira Valente

Fonte: Acervo pessoal de Maria do Rozário

Figura 8 – Diploma de Licenciatura em Pedagogia (verso)

Curso: Pedagogia - Plena
 Reconhecido pelo Decreto n.º 75361/75
 D. O. U. de 14/02/1975

MEC - Universidade Federal de São Carlos
 Diploma Registrado sob n.º 143593
 Livro 43/C fls. 367 em 23/06/1986
 Processo n.º 5979/86 por delegação
 de competência do Ministério da Educação e Cultura
 nos Termos das Portarias MEC/SEU n.ºs 29/79 e 31/80.
 SRD 23/06/1986
 José Roberto Micelli
 Chefe do Serviço de Registro de Diplomas

Registro no livro n.º 23 Fls. n.º 366
 da Faculdade de Ciências, Letras e
 Educação de Presidente Prudente - S. P.
 Em, 26 de dezembro de 1984
Alma
 Secretário

Ana Cardoso Maia de Oliveira Lima
 Secretária - RG 3.823.434

APOSTILA
 Faculdade de Ciências, Letras e Educação
 de Presidente Prudente - SP.
 O diplomado concluiu nesta Faculdade o Curso
 de **PEDAGOGIA**, Licenciatura Plena com direito a registro
 nas habilitações: **ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR DE 1.º E 2.º**
GRAUS E MAGISTÉRIO DAS MATERIAS PEDAGÓGICAS
DO 2.º GRAU.
 Pres. Prudente, 15 de 12 de 1984.
Alma
 Secretária

Universidade Federal de São Carlos
 Apostila Anotada
 São Carlos, 23 de 06 de 1986
Alma
 p/ Serv. de Reg. de Diploma
 Sônia Fátima Ap. C. do Prado
 Escriitora - D.1069 - SRD

Alcino de Almeida
 Administrador - RG 3.226.764

Ana Cardoso Maia de Oliveira Lima
 Secretária - RG 3.823.434

Decreto de Reconhecimento n.º 75.361/75
 D.O.U. 14/2/75 - Portaria n.º 320/80-MEC.
 D.O.U. 20/5/80 - MAGISTÉRIO DAS MA-
 TERIAS PEDAGÓGICAS DO 2.º GRAU
Alma
 Ana Cardoso Maia de Oliveira Lima
 Secretária - RG. 3.823.434

Fonte: Acervo pessoal de Maria do Rozário

Podemos observar nas Figuras 6 e 7 os carimbos da Universidade Federal de São Carlos, entretanto, não foi nessa universidade que Maria Do Rozário concluiu o curso de Pedagogia, mas, sim, na Faculdade de Ciências, Letras e Educação mantida pela Associação Prudentina de Educação e Cultura (APEC). O carimbo da Universidade Federal diz respeito ao período em que a Lei n.º 5.540/1968 (BRASIL, 1968) limitava a autonomia das universidades particulares e estas não podiam registrar seus diplomas, como consta nos parágrafos 1º e 2º do artigo 27 da referida lei:

§ 1º O Ministério da Educação e Cultura designará as universidades federais que deverão proceder ao registro de diplomas correspondentes aos cursos referidos neste artigo, expedidos por universidades particulares ou por estabelecimentos isolados de ensino superior, importando o registro em idênticos direitos.

§ 2º Nas unidades da Federação em que haja universidade estadual, nas condições referidas neste artigo, os diplomas correspondentes aos mesmos cursos, expedidos por estabelecimentos isolados de ensino superior, mantidos pelo Estado, serão registrados nessa Universidade. (BRASIL, 1968).

A Faculdade de Ciências, Letras e Educação teve autorização de funcionamento por meio do Decreto nº 71.190, de 3 de outubro de 1972 (BRASIL, 1972), e ofertava os cursos Letras, Pedagogia, Estudos Sociais e Complementação Pedagógica:

Art 1º. Fica autorizado o funcionamento da Faculdade de Ciências, Letras e Educação de Presidente Prudente, com os cursos de Letras, Pedagogia, Estudos Sociais e Complementação Pedagógica, com 120 vagas, anualmente, por curso, em dois turnos, num total de 480 vagas por ano, mantida pela Associação Prudentina de Educação e Cultura, com sede na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo. (BRASIL, 1972).

Maria do Rozário conta que a Faculdade recebia uma leva de estudantes advindos de cidades e estados vizinhos para cursar Pedagogia. Parte era constituída por docentes que já possuíam formação para o magistério e atuavam em escolas rurais e urbanas. Quando versa sobre os conteúdos estudados, ela conta que os associava à prática cotidiana que vivenciava nas escolas em que trabalhou:

Quanto aos conteúdos, a gente não tinha muita dificuldade porque, como já trabalhávamos, e Pedagogia estuda metodologia, tudo que você já vê no dia a dia, planejamento... porque já tinha uma experiência. Então não era difícil, porque o município oferecia muito treinamento. Às vezes, dia de sábado a gente tinha encontro. A gente sempre estava estudando. O município nessa parte não descuidava, sempre dava trabalho para a gente se aperfeiçoar. Então, quando estávamos fazendo Pedagogia, a gente via que era o dia a dia na escola e já estávamos por dentro da maioria das coisas: psicologia a gente já tinha a base, metodologia, essas coisas assim, a gente já estava por dentro [...]. Eu gostava mesmo era de psicologia, didática também. Didática é a maneira que você vai dar aula, e psicologia para entender o aluno. É tão bom você saber um pouco de psicologia, você entender melhor, então eu gostava. (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 31, 35).

Por meio de suas lembranças, versa sobre a distribuição dos conteúdos por meio de apostilas e sobre a carga de trabalhos solicitados e portfólios utilizados como meio de avaliação. Ela conta que ajudava os colegas docentes na missão de confeccionar as pastas:

Era apostila! Tinha as pastas de estágio que eram um terror e que o povo não gostava de fazer [risos]. Eu fazia! Eu tinha mais facilidade, eu fazia para um monte de gente [tosse], eu era “fazedeira” de pasta, só que eu não tenho consciência pesada porque era para ajudar os coitados dos professores tudo pendurado [...], mas eu nunca cobre um centavo, só para ajudar as coitadas que tinham tanta dificuldade para fazer. Eu ajudava. (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 7).

Nos finais de semana em que viajava até Presidente Prudente para assistir aulas, apresentar trabalhos ou fazer provas, deixava os filhos aos cuidados do marido: “Eu saía final de semana e ele tinha que cuidar dos meninos, tinha que fazer comida. Tanto que ele cozinha até hoje. Ele aprendeu cozinhar porque tinha que aprender mesmo [risos]” (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 32). Enquanto que nos finais de semana em que realizava os estudos em casa tinha que conciliar como o tempo para dedicar aos filhos e aos afazeres domésticos.

Além das formações apresentadas até aqui, em suas narrativas, Maria do Rozário menciona as reuniões para formação continuada que recebia quando trabalhava nas escolas rurais. Ela e as colegas docentes das escolas rurais da região se reuniam no distrito vizinho para reuniões de estudos propostas pela gestão do município:

O município fazia assim: sempre a gente ia pra Vila São Pedro, era o “polo”, que falava! Reuniam os professores dos arredores todos ali pra São Pedro. Sempre tinha curso. O dia de folga nosso era o dia que a gente tirava para ir lá, quando eles não chamavam a gente para ir sábado e fazer reunião de estudo, então eles davam muito certificado de... muita coisa a gente aprendia. Como a gente era leigo, eles davam muita coisa, então tínhamos uma base. (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 31).

Sobre as formações continuadas, ela também menciona que os cursos e reuniões de estudos eram organizados pela Secretaria de ensino e, muitas vezes, ministrados por docentes do ensino superior. Sobre as formações organizadas pelo Estado, ela nos concedeu alguns certificados referentes a capacitações em Língua Portuguesa, Projetos de Ensino e Organização Curricular, como o disposto na Figura 8.

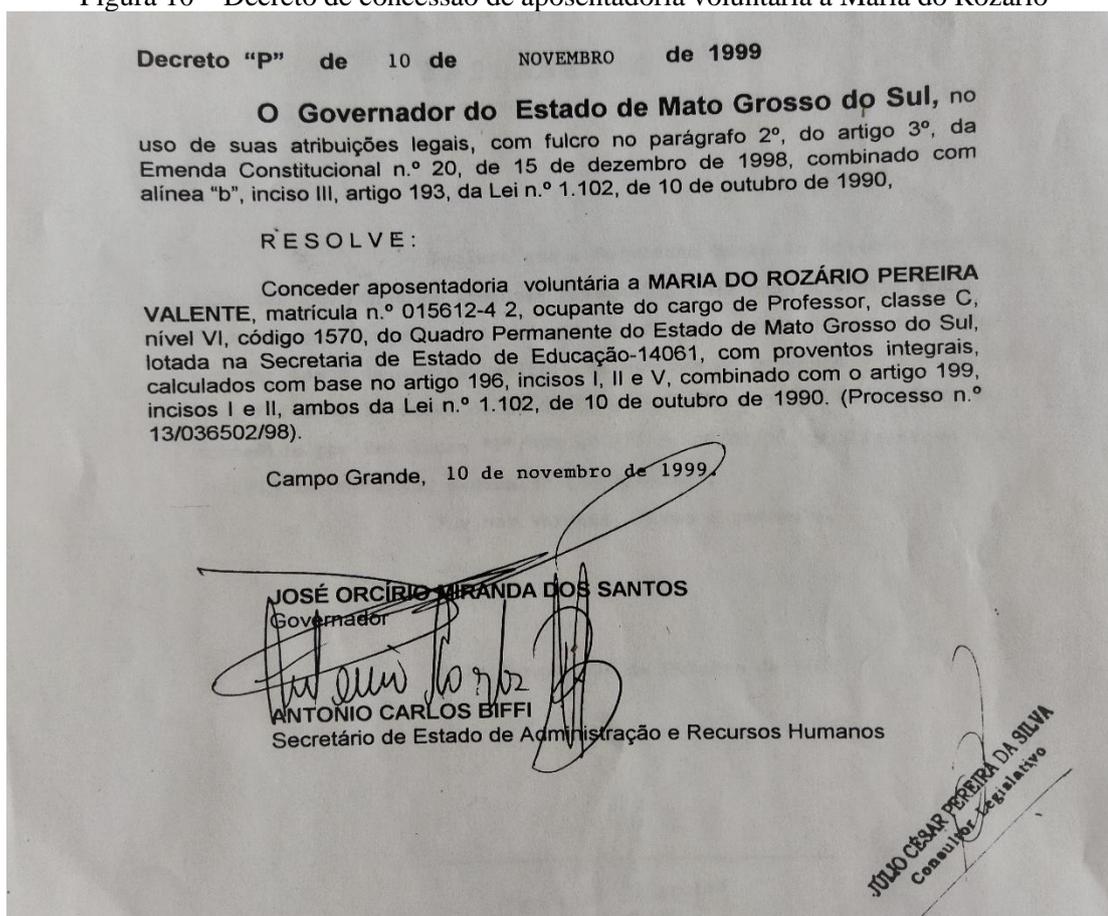
Figura 9 – Certificado de curso de capacitação em Organização Curricular



Fonte: Acervo pessoal de Maria do Rozário

A última escola em que Maria do Rozário lecionou foi a Escola Estadual Presidente Getúlio Vargas, localizada na área urbana do distrito de Vila Vargas, onde assumiu um concurso em 1978 e outro em 1981. Ela conta que atuou na instituição até o ano de 1999, quando se aposentou.

Figura 10 – Decreto de concessão de aposentadoria voluntária a Maria do Rozário



Fonte: Acervo pessoal de Maria do Rozário

O documento guardado por Maria do Rozário representa mais que a concessão de um direito trabalhista, pois guarda o anúncio do findar de uma função a qual dedicou parte de sua vida. Sobre seu modo de ser e se dizer professora, em suas narrativas de atuação docente, revela abnegação a diversos outros aspectos de sua vida, reservando à docência uma dedicação quase exclusiva:

Eu penso assim: foi o esforço que eu tive que fazer, os problemas que eu tive que enfrentar e que eu superei, então eu sempre dei o melhor de mim. Eu nunca faltei! Nesse tempo todo, se falar que eu tenho uma falta na escola aqui, eu não tenho. Então, isso me fez ser uma pessoa responsável, preocupada com a aprendizagem dos meus alunos, eu me preocupei, procurei dar o melhor para eles. Às vezes, tem aluno que lembra que tinha medo de ficar na sala fechada e eu fazia o quê? Eu tinha que falar assim: "Ah vamos deixar a porta aberta um pouco". Tinha aluno que tinha medo de chuva, quando via uma chuva ficava desesperado e eu acalmava: "Não, mas chuva não faz nada, não" [...]. Aluno que tinha medo de ir ao banheiro, diz que eu ia, levava e ficava esperando, porque eles tinham pavor de ir no banheiro sozinhos, e diz que eu pegava, levava e ficava esperando, coisa que eu não me lembro que eu fazia assim (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 37-38).

Nesse trecho da fonte oral, a colaboradora rememora algumas das vivências de sua profissão por meio dos relatos de seus ex-alunos com os quais ainda mantém contato. Ela conta sobre sua dedicação às atividades da escola ao renunciar seus horários de descanso e sobre o cuidado para com as crianças que ensinava para além funções de letramento.

Após sua aposentadoria, ela conta que passou a dedicar-se mais ao cuidado e a educação dos netos, e continuou estudando para ensiná-los os conteúdos escolares e prepará-los para as provas:

Eu cuidei muito deles! Já estava aposentada, então eu cuidei desde bebezinhos, ensinei a comer, andar, falar, ler, foram para escola todos sabendo ler. Quando tinham prova eu que via os horários, levava para a escola, minhas noras nem precisavam olhar os materiais, confiavam em mim. Todos meus netos foram alfabetizados por mim (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 13).

Atualmente, Maria do Rozário segue em proximidade aos afazeres de sua profissão, ao lado dos netos e também como catequista na igreja local, atuante na comunidade na figuração religiosa e em sua figuração familiar.

4.1 A Maria mãe, mulher, cristã: a constituição de uma identidade

Nos períodos em que se dedicou ao trabalho nas escolas rurais, a formação para o magistério de nível I e IV e para o curso de licenciatura em Pedagogia requereu a atuação de Maria do Rozário não apenas como professora e aluna, mas, também, como mãe e esposa em sua figuração familiar. Ela e o marido tiveram quatro filhos, nos anos de 1970, 1974, 1977 e 1978. Enquanto estudava e trabalhava, seus filhos, ora ficavam com o pai, ora com uma babá, quando não estavam na escola com Maria do Rozário, como ela menciona: “Meus filhos viveram dentro da escola” (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 10). Até mesmo as dores de um de seus partos foram sentidas enquanto assistia aula no curso Normal de Férias:

Nesse 24 de janeiro, eu estava na sala de aula quando eu comecei a sentir dores, fui para a faculdade, não podia faltar de jeito nenhum! Tinha uma japonesa da fazenda Miya, muito amiga minha, ela também fazia o Normal, vinha da fazenda e passava onde eu morava para me levar todo dia, olha! Foi a minha mãe! [...] Então, qualquer coisa ela que iria me socorrer porque eu estava na sala de aula. Ela falava: “Maria, se você estiver sentindo alguma coisa, você me fala.” “Ah! Eu não estou muito bem, não! “Ah não! Então vamos para o hospital!” [risos]. Depois ela avisava para o meu marido. Meu filho nasceu tão rapidinho, nasceu dia 24, foi normal, com poucos dias eu já estava na faculdade de novo, não podia parar porque era só aquela turma. Com

poucos dias eu já estava indo para faculdade levando-o pequenininho, bebezinho. Não era só eu, tinha outras lá que tinham bebê. Então, a gente pagava uma cuidadora na escola e ela cuidava dos meninos. (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 10).

A figura da mãe se mesclava à de professora. Segunda conta, durante o período em que era lactante, morava próximo à escola, possibilitando-lhe passar uma tarefa aos/as alunos/as e ir até sua casa para amamentar os filhos. Também lembra que foi professora de todos eles, e por tal motivo, enfrentava a opinião da comunidade escolar frente ao fato de ser professora dos próprios filhos, sendo considerada ruim por não aprovar o filho que não apresentava o aproveitamento de conteúdos necessários: “Mas tua mãe é ruim porque não deixa você passar, tua mãe tinha que passar você?”. Em contrapartida, para o filho que se destacava no aproveitamento dos conteúdos escolares, os boatos giravam em torno de: “Ah! Também, tem a mãe professora, né!? Tenho certeza que a mãe ensina tudo que vai cair na prova’ [risos]” (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 14). Durante a carreira, diversas foram as pressões e tramas sociais que direcionaram a vida de Maria do Rozário e reverberam nas dificuldades enfrentadas:

Durante a vida, eu penso que a maior dificuldade foi conciliar trabalho e família. Pensa: você ter filhos e ter que conciliar, fazer todo aquele trabalho, chegar em casa cansada, porque sempre trabalhei dois períodos, e não poder descansar. Então, hoje em dia eu ainda não consigo. Às vezes, meu filho, que é da saúde, fala: “Mãe, descansa, tem que deitar”. Eu não acostumei a deitar, então é difícil eu ficar deitada, descansando, porque eu não tive esse costume de ficar descansando deitada depois de almoço. Teve tempo que não tinha nem tempo para comer, tinha que comer até em pé fazendo alguma coisa. Então eu me acostumei assim, a fazer várias coisas ao mesmo tempo. (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 40).

As facetas de Maria do Rozário de mãe, professora, mulher, nos conduzem à discussão de gênero inerente à docência. Cabe aqui evidenciar o processo de feminização do magistério, um itinerário social explicitado na história da educação a partir do momento em que a figura masculina deixa a docência em razão do desinteresse causado, principalmente, pela não rentabilidade, e as mulheres passam a ocupar esse lugar. Yannoulas (1992, p. 515) contextualiza a conformação desse processo a partir da implementação de políticas públicas e as ações derivadas destas políticas relacionadas “con la elaboración de identidades específicas de género, étnicas y nacionales; y con la redefinición dei concepto de maternidad. Todos estos fenómenos, interconectados, crearon um nuevo personaje: ‘la querida maestra’ o ‘la segunda mama’”.

Na obra “A mulher escondida na professora”, Fernández (1994, p. 110) traz à tona o olhar social sobre a mulher professora e afirma que, “ao considerar o ‘cuidado’ das crianças e

sua educação como inerentes à ‘natureza’ feminina, o trabalho docente passa por um esvaziamento”. Tal racionalidade concebia o trabalho docente com crianças como uma atividade não mediatizada, não criativa, não rentável, não produtiva, uma desvalorização do trabalho da professora ligado à desvalorização da criança, ignorando o fato de que trabalhar com criança exige maior preparação teórico-prática e colocando essa atividade como extensão do trabalho doméstico, equiparando dedicação e capricho à feminilidade.

A memória reconstruída e narrada por Maria do Rozário nos permitiu analisar seus percursos de vida enquanto processo, ao passo que conhecemos aspectos de suas origens, a relação com os pais, irmãos e pessoas próximas, as escolas que estudou e os espaços que frequentou. Identificamos o lugar dessas figurações em sua constituição como professora, considerando, claro, o que aprendemos com Nóvoa (2000) sobre a indissociabilidade do eu pessoal e do eu profissional que permeia a profissão docente.

Consideramos também o que aponta Elias (2006, p. 26): “socialização e individualização de um ser humano são, portanto, nomes diferentes para o mesmo processo. Cada ser humano assemelha-se aos outros e é, ao mesmo tempo, diferente de todos os outros”. Assim, concebemos o processo de construção/formação identitária de Maria do Rozário como individual e social. Ainda de acordo com a teoria eliasiana (ELIAS, 2006):

O modo de sua vida conjunta em grupos grandes e pequenos é, de certa maneira, singular e sempre co-determinado pela transmissão de conhecimento de uma geração a outra, portanto por meio do ingresso do singular no mundo simbólico específico de uma figuração já existente de seres humanos. (ELIAS, 2006, p. 25).

A constituição de Maria do Rozário se deu por meio de símbolos socialmente aprendidos dentro das figurações que ocupou e que lhe proporcionaram relações de interdependências com outros indivíduos. A exemplo, conforme evidenciado em suas narrativas, está a paciência que aprendeu com a mãe, o empenho e dedicação que aprendeu com a professora do distrito de Cruzes e os conteúdos escolares que aprendeu na figuração escolar tanto na infância quanto na vida adulta a partir das relações com docentes, amigas e colegas. Essas relações de interdependência aos poucos constituíram sua identidade tal como é popularmente conhecida na comunidade em que vive: “professora Maria do Rozário”.

Nas narrativas da colaboradora, também identificamos o processo de construção de sua identidade social revelada por meio do que conta de si, bem como pelo que reforça por meio dos relatos dos vínculos com seus alunos e colegas de profissão. Ao tratar da ligação entre memória e identidade social no âmbito das histórias de vida, Pollak (1992) afirma:

Se assimilamos aqui a identidade social à imagem de si, para si e para os outros, há um elemento dessas definições que necessariamente escapa ao indivíduo e, por extensão, ao grupo, e este elemento, obviamente, é o Outro. Ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. (POLLAK, 1992, p. 5).

Outro aspecto relacionado à identidade da colaboradora, está em seu nome de batismo, “Maria do Rozário”. Ela conta que a escolha de seu nome esteve intimamente relacionada ao vínculo da família com o catolicismo, prática expressa em suas narrativas a partir das atividades voluntárias que a mãe realizava na comunidade e também como ministra e catequista na igreja local. As recordações de Maria do Rozário são permeadas por aspectos dessa vertente cristã, o que nos permite compreender sua leitura de mundo a partir do seu lugar social.

Atualmente, assim como a mãe, ela ocupa os cargos de ministra e catequista na igreja local, cargos que sua mãe também ocupou em Presidente Bernardes. Quando questionada sobre participação em eventos sociais, diz que eles, na maioria das vezes, sempre estiveram relacionados à igreja. Participava de atividades da igreja católica desde a tenra idade e em todos os municípios de residência:

Ah, sempre eu frequentei encontros de igreja [...]. A gente rezava novena, fazia procissão, desde pequena nós éramos envolvidas nas atividades da igreja com minha mãe [...]. Quando morei com minha avó, também ia para a igreja porque minha avó era muito católica, de missa diária [riso] [...]. Em Paula Cândido também participava, tínhamos o grupo Filhas de Maria. (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 4).

Em estudos provenientes de pesquisas sobre história da criança e da infância, Philippe Àries (1986) e Kulhmann Jr. (2015) apontam para uma concepção dos adultos sobre a infância como um período de “vir a ser”, em que o foco de formação da criança está em prepará-la para a vida adulta, se desviando das especificidades da criança enquanto ser social que já é durante a infância. A ideia da criança como um ser formado para o futuro é perceptível nas narrativas onde a família da colaboradora incentivava seus estudos com vistas a torná-la professora, uma preocupação com o que ela viria a ser. Pensar as memórias de infância é estar atento aos caminhos de constituição do indivíduo, pois, para Elias (2011, p. 70), “[...] a civilização que

estamos acostumados a considerar como uma posse que aparentemente nos chega pronta e acabada, sem que perguntemos com viemos a possuí-la, é um processo ou parte de um processo em que nós mesmos estamos envolvidos”.

O ato de cozinhar e atender as crianças, evidenciado em trechos da primeira entrevista, nos fez refletir sobre suas inspirações de trabalhos realizados nas escolas rurais. O trabalho de Maria do Rozário parece estar calcado em sua formação e observação de sua mãe e de sua primeira professora da escolinha do distrito de Cruzes. O desejo da família, principalmente da mãe de Maria do Rozário, de que as filhas se tornassem professoras, levou ao entrelaçamento das formações pessoal e profissional da colaboradora, pois, quando criança, era formada com vistas a se tornar professora, e, quando professora iniciante, regressou à formação recebida por sua mãe e suas professoras desde a infância.

Compreendemos o imbricamento entre vida pessoal e profissional por meio da leitura de Nóvoa (2000, p. 9): “hoje sabemos que não é possível separar o eu pessoal do eu profissional, sobretudo numa profissão fortemente impregnada de valores e de ideais e muito exigente do ponto de vista do empenhamento e da relação humana”. O processo de formação rememorado pela colaboradora, desde sua infância até o início da carreira, nos leva a inferir que as relações estabelecidas nas figurações pelas quais ela passou desde a infância, foram constituintes de seu “eu” como professora e continuou a ser nos passos seguintes de sua formação docente.

As narrativas de Maria do Rozário nos permitem inferir que as experiências e convivências nas figurações familiar e escolar corroboraram para o desenvolvimento de sua identidade docente, como o fato de descender de um avô que foi professor, ter uma tia professora, somado ao desejo não realizado da mãe em seguir essa carreira. Como Halbwachs (1990) aponta:

A vida da criança mergulha mais do que se imagina nos meios sociais através dos quais entre em contato com um passado mais ou menos distante, e que é como o quadro dentro do qual são guardadas as suas lembranças mais pessoais. É esse passado vivido, bem mais do que o passado apreendido pela história escrita, sobre o qual poderá mais tarde apoiar-se sua memória. (HALBAWACHS, 1990, p. 71).

A problematização trazida pelo autor diz respeito à memória coletiva que podemos aqui associar ao seguinte fato: ainda que Maria do Rozário não tenha tido contado com o avô materno, ouviu a família e a mãe contar sobre suas vivências enquanto docente, a ponto de mencionar a figura do avô com admiração e contemplação do trabalho por ele desenvolvido:

As minhas irmãs são professoras também. Nós somos três professoras. Na minha casa são três professoras! E minha mãe, ela disse que tinha muita vontade de ser professora, por isso que ela sempre falava para sermos professoras. Ela tinha vontade! A irmã dela era professora, o meu avô, que é pai da minha mãe, ele é professor... foi professor! Eu não o conheci, mas minha mãe falava tanto do trabalho dele de professor, tanto que a escola de lá ficou com o nome do meu avô, em homenagem a ele. [...] Lá das Cruzes, aquela primeira escolinha quando eu estudei. Antônio Lucas! Meu avô foi o primeiro professor daquele lugar lá, então, em homenagem a ele! Então foi um sonho da minha mãe também que fossemos professoras, ela queria muito que a gente fosse professora. (MARIA DO ROZÁRIO, 2022, p. 15, 16).

Consideramos que os percursos trilhados por Maria do Rozário ainda quando residia no Estado de Minas Gerais tiveram considerável influência sobre a receptividade e escolha pela profissão. Quando chega ao então Estado de Mato Grosso, sua escolha se fortifica nas relações de interdependência estabelecidas nas figurações nas quais esteve inserida e que se somaram à constituição de sua identidade docente. Assim, inferimos que as teias relacionais em que a colaboradora viveu foram agentes de sua constituição enquanto ser humano individual e social reverberando em seu “ser professora”, como propõe Nóvoa (2000):

A identidade não é um dado adquirido, não é uma propriedade, não é um produto. A identidade é um lugar de lutas e de conflitos, é um espaço de construção de maneiras de ser e de estar na profissão. Por isso, é mais adequado falar em processo identitário, realçando a mescla dinâmica que caracteriza a maneira como cada um se sente e se diz professor. (NÓVOA, 2000, p. 16).

Neste sentido, em consonância com o excerto de Nóvoa (2000), inferimos que Maria do Rozário construiu sua identidade nas relações de interdependência estabelecidas ao longo de seus percursos, um processo que aqui buscamos narrar perpassando por suas figurações familiar, escolar, religiosa e, vislumbrando suas diferentes facetas do ser mulher, mãe, avó, esposa e professora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste trabalho, produzido a partir de narrativas, pude compreender a trajetória de vida pessoal e profissional de Maria do Rozário. Além disso, identifiquei a história de tempos e espaços percorridos pela colaboradora expressos na ascensão e declínio do ensino primário rural no país, nos significados do exame de admissão e funcionamento do ensino ginásial, na política de expansão territorial e de formação das professoras das escolas rurais no Centro-Oeste. Este trabalho também me possibilitou reflexões sobre o objeto de pesquisa para além da vida de Maria do Rozário. As leituras me fizeram refletir sobre a vida como um ato contínuo de existência e transformação.

Para condução da pesquisa, a abordagem biográfica e o método História Oral de vida se mostraram adequados e possibilitaram estudos sobre a memória, experiência e subjetividade, conceitos caros quando se trata de biografar. Do mesmo modo, os conceitos eliasianos de indivíduo, figuração, interdependência e sociedade, trouxeram à tona a criação de eixos que guiaram a análise e a escrita. Foram necessários autores/as como Avelar e Schmidt (2018), Del Priore (2018), Elias (1995; 2001), Bourdieu (2006), Le Goff (1990), Koselleck (2014), Halbwachs (2006), Bosi (1994), Portelli (2016), Cunha (2008; 2017) e Nóvoa (2000).

Para seguir com estas considerações, retorno às questões que nortearam a pesquisa desde seu início e a que buscamos responder nos capítulos desta dissertação. Vale salientar nosso entendimento sobre as figurações, a partir da teoria eliasiana, como grupos de indivíduos que se relacionam entre si de maneira interdependente e de acordo com suas afinidades, o que compreende espaços e instituições formadas por seres humanos.

A primeira indagação foi sobre quais foram as figurações ocupadas pela colaboradora desde a infância até a vida adulta. Para respondê-la, identificamos as figurações por ela compostas ao longo de sua vida e utilizamos, para análise, três que julgamos amplas e existentes durante todo o período de delimitação da pesquisa, formadas em espaços, períodos e com indivíduos diferentes, mas semelhantes entre si pela institucionalidade que propõem. Foram elas as figurações familiar, escolar e religiosa.

Observamos que, no contexto da figuração escolar, Maria do Rozário ora aparece como aluna, ora como criança; já na vida adulta, ora como professora e colega trabalho, ora como mulher, esposa, avó, catequista e ministra, características que nomeamos e elencamos como facetas e pelas quais vislumbramos suas diferentes atuações em cada figuração.

A segunda questão se centrou em indagar quais foram seus percursos de formação e atuação docente. Para responder a essa indagação, analisamos seus percursos de formação e

atuação docente a partir das figurações e facetas elencadas. Denotamos que seus percursos de formação foram iniciados em Minas Gerais, especificamente na fazenda de sua família, localizada em Cruzes, distrito da cidade de Governador Valadares, onde Maria do Rozário, em suas facetas de criança e filha, recebeu uma formação familiar pautada em princípios religiosos do catolicismo e também direcionada a uma futura profissão: a docência. Sua formação teve início quando estudou o ensino primário na escolinha rural construída pela família. Continuou quando foi morar com a sua avó, em Governador Valadares, para concluir o ensino primário. E, então, avançou essa etapa em Paula Cândido, onde estudou para o exame de admissão ao ginásio, realizou os cursos do ensino secundário e viveu até casar-se.

Os percursos de Maria do Rozário avançaram com a sua migração para o então Estado de Mato Grosso, quando ela e o marido se instalaram em Vila Vargas, distrito do município de Dourados. Neste ínterim, ela começou a lecionar em escolas rurais da região ao passo que realizou o ensino supletivo e o curso Normal de Férias para professores atuantes na área rural, ambos na cidade de Dourados, e, posteriormente, o curso de Pedagogia na cidade de Presidente Prudente/SP. Durante esse último curso, Maria do Rozário atuou na Escola Estadual de 1º e 2º Graus Presidente Getúlio Vargas, onde lecionou até obter a sua aposentadoria. Nestes espaços, observamos as facetas da colaboradora atuante enquanto mulher, mãe, esposa, professora e aluna à medida que trabalhava, estudava, cuidava da família e de si.

Na terceira e última questão nos indagamos sobre qual o lugar dessas figurações em sua constituição social, pessoal e profissional. Para respondê-la, apreendemos as trajetórias e motivações que a constituíram como professora. Maria do Rozário explicitou, em suas narrativas, que desde a tenra idade esteve imersa na cultura docente e religiosa. Seu avô materno foi professor e fundador da primeira escola em que estudou, a qual também era utilizada para a realização de missas. Suas tias eram professoras; sua mãe, catequista e guardava consigo o desejo não realizado de seguir tal profissão, o revelando nas palavras e ações de enculcamento para que as filhas seguissem a carreira do magistério.

Já no Sul do Estado de Mato Grosso, foi incentivada pela tia paterna a lecionar nas escolas rurais que ali havia. Tal experiência de trabalho e, conseqüentemente, de renda, levou Maria do Rozário a cursar o Normal de Férias e Pedagogia. Ainda que gostasse de matemática, curso também ofertado em Presidente Prudente/SP, o curso de Pedagogia traria a habilitação para a área de maior amplitude de cargos na região e na qual ela já possuía experiência. Eliasiamente demarcando, as figurações familiar, escolar e religiosa e suas redes de interdependência conduziram Maria do Rozário para um determinado fim, a formação, e logo,

a profissão docente, o que a fez ser conhecida na comunidade em que vive não apenas por seu nome próprio, mas como “Professora Maria do Rozário”.

Mediante esta constatação, é válido sinalizar que, ao longo do trabalho, utilizamos, como nome de tratamento da colaboradora, Maria do Rozário, deixando o substantivo “professora” apenas para os momentos em que escrevemos sobre a docência ou sobre sua atuação profissional. Entendemos que inserir o substantivo professora à frente do nome do/a docente foi um modo de tratamento construído e estabelecido socialmente, e, apesar do entrelaçamento entre vida pessoal e profissional registrado por Nóvoa (2000), nossas profissões integram nossas vidas de forma ampla, porém, somos indivíduos além de nossas profissões, com particularidades e peculiaridades que nos fazem únicos/as e que compõem nossa biografia.

Obtidas respostas as três questões norteadoras, atingimos o objetivo geral proposto para o trabalho: investigar os percursos de vida de Maria do Rozário, observando aspectos da infância, escolarização, formação e atuação profissional. Alguns aspectos como a história de algumas instituições ou aprofundamento no que tange ao cotidiano da colaboradora não foram possíveis de abordar por falta de fontes ou pelos limites da memória aos quais o trabalho com a História Oral está sujeito.

Retomando um conceito eliasiano, observamos que as relações de interdependência permearam os percursos de Maria do Rozário tanto na construção de sua identidade quanto ao inculcamento para ser professora, iniciado ainda na infância, como também no reconhecimento que ela expôs sobre determinados indivíduos que tiveram significativa importância em sua formação e contribuíram para que ela atingisse seus objetivos profissionais e de vida.

No quesito interdependência, vale lembrar Bosi (1994) e estender a reflexão sobre a função social aceita por Maria do Rozário, expressa nas trocas sociais que se manifestaram quando a colaboradora pareceu se colocar em um lugar de retribuição ao aceitar colaborar com a pesquisa. Ciente de que sua história seria base de um estudo, ela se empenhou em contar, rascunhou, antes da primeira entrevista, uma espécie de linha do tempo. É como se o ato de colaboração ainda fizesse parte de um compromisso social semelhante ao qual ela relata ter assumido durante toda carreira docente, ou, ainda, ousamos dizer, durante toda a vida.

Com efeito, as relações de interdependência permearam todos os percursos de vida da colaboradora e estiveram diretamente ligadas às relações estabelecidas nos espaços de formação e atuação docente, compondo suas experiências, identidades e subjetividades.

Ao investigar os percursos de Maria do Rozário, observamos um aspecto que merece destaque: a importância das escolas rurais na alfabetização de crianças, adolescentes e adultos que viviam nas zonas da CAND, não dissociada da luta dos/das profissionais em busca de

formação e melhores condições de trabalho, profissionais fortes e de grande relevância para a educação e sua história, seja nos centros ou nos recônditos de nosso país.

Outro aspecto observado, e que aproveitamos para evidenciar, é a presença das mulheres na formação e constituição de Maria do Rozário por meio da figura da mãe, avó, professoras e amigas. E para além das epígrafes, citações e na biografia da colaboradora, presentes no trabalho docente e na luta pela valorização profissional. Assim, por meio deste trabalho, valorizamos a escrita e a vida de mulheres cujas histórias florescem e transformam diariamente a educação de nosso país.

A presente dissertação vem a contribuir para a história da educação brasileira através dos percursos de vida pessoal e profissional de Maria do Rozário. Destacamos a singularidade desses percursos e seus contextos de formação. Por meio desta pesquisa, novos estudos podem ser desenvolvidos a partir de temáticas que se inter-relacionam à história de Maria do Rozário. Desse modo, elencamos alguns temas identificados durante a realização do trabalho:

- ✚ História do Colégio Oswaldo Cruz de Governador Valadares/MG e a oferta do ensino primário;
- ✚ História do Grupo Escolar Samuel João de Deus do município de Paula Cândido/MG, atual Escolar da Escola Estadual Samuel João de Deus, e o curso preparatório para o exame de admissão ao curso ginásial;
- ✚ História da Escola Padre Antônio Mendes do município de Paula Cândido/MG;
- ✚ História do curso supletivo para professoras da área rural realizado na E. E. 1º e 2º Graus Presidente Vargas da cidade de Dourados/MS.
- ✚ História do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciência, Letras e Educação da Associação Prudentina de Educação e Cultura (APEC) e a formação de professoras ruralistas;
- ✚ História da Escola Normal São Francisco de Rondonópolis/ MT;
- ✚ História da Escola Estadual Presidente Getúlio Vargas do distrito de Vila Vargas do município de Dourados/ MS.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *Indivíduo e biografia na história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000. Disponível em: <https://silo.tips/download/individuo-e-biografia-na-historia-oral-verena-alberti>. Acesso em: 14 mar. 2023.

ALVES, Bruno Geraldo. *O ideário de modernização e o projeto para ensino agrícola em Minas Gerais: de fazenda-escola a escola média de agricultura de florestal (1939 - 1955)*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos & abusos da história oral*/Rio de Janeiro: Editora FGV 2006

AVELAR, Alexandre de Sá. A Biografia como possibilidade de escrita da história. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548855462_aea84bdd7b276d31370cd7edf2c10851.pdf. Acesso em: 14 mar. 2023.

AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT. Apresentação. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). *O que pode a biografia*. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 7-17.

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Tradução de Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, jul. 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-192.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. *Decreto nº 71.190, de 3 de outubro de 1972*. Autoriza o funcionamento da Faculdade de Ciências, Letras e Educação de Presidente Prudente - São Paulo. Brasília, DF: Presidência da República, 1972. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-71190-3-outubro-1972-419882-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. *Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. *Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968*. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em? <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. *Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977*. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Brasília: DF, 1977. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp31.htm. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. *Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. 1971. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRITTEZ, Adriana Espindola. *Episódios da trajetória de Oliva Enciso: a gênese de instituições educativas filantrópicas e profissionalizantes não estatais no sul do antigo Mato Grosso (1930-1970)*. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2020.

BRITTO, Augusto César Luiz; CORRADI, Analaura. Considerações teóricas e conceituais sobre arquivos pessoais. *Ponto de Acesso*, Salvador, v. 11, n. 3, p. 148-169, dez. 2017. Disponível em? <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/81439>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BUENO, Belmira Oliveira. O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 11-30, jan./jun. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022002000100002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/fZLqw3P4fcfZNKzjNHnF3mJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BUENO, Belmira Oliveira *et al.* Histórias de vida e autobiografias na formação de professores e profissão docente (Brasil, 1985-2003). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 385-410, maio/ago. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022006000200013>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/D3dkY9Z7VMn8WxY64Nv5gpd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2023.

CAMPOS, Míria Izabel. *Tempos de escritas: memoriais de infância, docência e gênero*. 2018. 188 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.

CARVALHO, Luisa Maria Delgado de. *Caminhos de vida, percursos na educação da infância: um estudo sobre a trajetória profissional da educadora Astrogildes Delgado de Carvalho (anos 1940/1980)*. 2014. 187 f. Tese. (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

COSTA, Larissa Martins. *A trajetória de Wilma Rodrigues de Souza: formação e identidade de uma professora negra no sul de Mato Grosso*. 2015. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2015.

COSTA, Silvânia Santana. *Espaços construídos, posições ocupadas: história docente de José Calasans Brandão da Silva em Sergipe*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Essa coisa de guardar...homens de letras e acervos pessoais. *História da Educação*, Pelotas, v. 12, n. 25, p. 109-130, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29194>. Acesso em: 14 mar. 2023.

CUNHA, Maria Teresa Santos. O Arquivo Pessoal do Professor Catarinense Elpídio Barbosa (1909-1966): do traçado manual ao registro digital. *História da Educação*, Porto Alegre, v. 21 n. 51, p. 187-206, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/66723>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/3wN8zHkwwWXGGVZyPwclhkp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2023.

COROGRAFIA. In: Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/corografia/>. Acesso em: 18 mar. 2023.

DELORY-MOMBERGER, Christine. *Biografia e educação: figuras do indivíduo-projeto*. Natal, RN: EDUFRRN; São Paulo: Paulus, 2008.

DEL PRIORE, Mary. Biografia, biografados: uma janela para a história. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). *O que pode a biografia*. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 73-89.

DORNELAS, Bruna Gomes de Oliveira. *Maria José Mamede Galvão: memórias e formação de uma educadora*. 2018. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: Escrever uma vida*. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Edusp, 2009.

EBENRITTER, Ana Lucia Pereira Borges. *Da escola na casa à Escola Municipal Fazenda Miya do distrito do Guassú-MT (1965 -1977)*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Org. por Michael Schöter. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. *Mozart sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

ELIAS, Norbert. *Elias por ele mesmo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001b.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001a.

ELIAS, Norbert. *Escritos e Ensaios: Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. v. 1.

ELIAS, Norbert. *Processo civilizador: Uma história dos costumes*. vol. 1, 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FARIA, Adriana Horta de. *Trajetórias Docentes: memórias de professores homens que atuaram com crianças no interior de Mato Grosso do Sul (1962-2007)*. 2018. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.

FARIAS, Normélia Ondina Lalau de. *Trajetórias de docentes negros/as universitários: desafios entre a presença e o reconhecimento a partir das relações raciais no Brasil*. 2019. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2019.

FERNANDES, Jéssica Luana. *Valdilene Verônica de Albuquerque Lobo: memórias de uma educadora (1978-2008)*. 2017. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

FERNÁNDEZ, Alicia. *A mulher escondida na professora: uma leitura psicopedagógica do ser mulher, da corporalidade e da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

FURTADO, Alessandra Cristina. *História e Memórias de um Espaço Escolar Feminino: o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto/SP (1918-1960)*. In: *CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO*, 2., 2002, Natal. Anais [...]. Natal: UFRN, 2002. Eixo 5. Texto 502. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1yWmQ8sGdq74it9Ex9bOO_yC6RUIW725N. Acesso em: 22 mar. 2023.

GAMA, Marta Maria; ALMEIDA, Laura Isabel Marques V. de. Os exames de admissão da década de 1931 a 1971. In: *SEMINÁRIO TEMÁTICO*, 16., 2018, Roraima. Anais [...]. Roraima: Universidade Federal de Roraima, 2018. p. 1-15. Disponível em: https://xviseminariotematico.paginas.ufsc.br/files/2018/03/GAMA_ALMEIDA_T1.pdf. Acesso em: 14 mar. 2023.

GONZALES, Kátia Guerchi. Memórias da Licenciatura Curta Parcelada de Ciências no Mato Grosso do Sul: vários olhares. In: *ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA*, 2., 2014, Bauru. Anais [...]. Bauru: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2014. p. 1158-1169. Disponível em:

<https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/ENAPHEM/article/view/15219>. Acesso em: 14 mar. 2023.

GUIMARÃES, Marília Duarte. *A identidade profissional de professoras da Educação Básica: sentidos e significados atribuídos à docência*. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

ISIDRO, Thaís Jussara de Oliveira Guedes. *Nilza Fernandes de Souza: tessituras de memórias de uma educadora de Mamanguape/PB (1954 – 1985)*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) — Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

JOSSO, Marie-Christine. *Experiências de Vida e Formação*. São Paulo: Cortez, 2004.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto de histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, n. 1, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/39195>. Acesso em? 14 mr. 2023.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo: estudos sobre história*. Tradução de Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

KOCHI, Joice Camila dos Santos. “Escola Modelo de Língua Japonesa de Dourados-MS”: movimentos, histórias e memórias de mulheres”. 2017. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.

KUHLMANN, Moysés Júnior. *Infância e Educação infantil: uma abordagem histórica*. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão *et al.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE, Eudes Fernades; BALLER, Leandro. Entrevista com a Professora Dr^a Marieta de Moraes Ferreira. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Dourados, v. 2, n. 3, p. 1-11, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/282>. Acesso em: 14 mar. 2023.

LIBLIK, Carmem Silvia da Fonseca Kummer. *Uma história toda sua: trajetórias de historiadoras brasileiras (1934-1990)*. 2017. 331 f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

LIMA, Janaína Machado Asseburg. *IngeburgHasenack: memórias de uma educadora musical*. 2013. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

LOUZADA, Maria Cristina dos Santos. *A trajetória docente de uma alfabetizadora do Colégio São José em Pelotas/RS nas décadas de 1940 a 1980*. 2012. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

MATIAS, Ednir Damasceno. *A cachaça de alambique como patrimônio cultural e sua influência no desenvolvimento socioeconômico do município de Presidente Bernardes-MG*. 2020. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2020.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. *Guia Prático de História Oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias*. São Paulo: Contexto, 2011.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2018.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. SEAWRIGHT, Leandro. *Memórias e narrativas: História Oral aplicada*. São Paulo: Contexto, 2021.

MENDES, Márcia Cristiane Ferreira. *Memórias e Práticas Educacionais da Educadora Argentina Pereira Gomes: o seu legado no cenário educativo da Paraíba (1916-1962)*. 2012. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

MENEZES, Ana Paula. Colônia Agrícola Nacional de Dourados – história, memória: considerações acerca da construção de uma memória oficial sobre a CAND na região da Grande Dourados. *Revista História em Reflexão*, Dourados, v. 5, n. 9, p. 1-16, jan/jun 2011. Disponível em? <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/1165>. Acesso em: 14 mar. 2023.

MINAS GERAIS. *Decreto nº 2.545, de 15 de dezembro de 1947*. Dispõe sobre o ensino primário em zonas rurais. Belo Horizonte, MG: Palácio da Liberdade, 1947. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/decreto-n-2545-1947-minas-gerais-dispoe-sobre-o-ensino-primario-em-zonas-rurais>. Acesso em: 14 mar. 2023.

MINAS GERAIS. *Decreto nº 3.508, de 21 de dezembro de 1950*. Consolida as leis e decretos do ensino primário e contém outras disposições. Belo Horizonte: Diário do Executivo, 1950. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:decreto:1950-12-21;3508>. Acesso em: 14 mar. 2023.

MINAS GERAIS. *Lei nº 1039, de 12 de dezembro de 1953*. Estabelece a Divisão Administrativa e Judiciária do Estado, a vigorar de 1º de janeiro de 1954 a 31 de dezembro de 1958 e dá outras providências. Belo Horizonte, MG, 1953. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/1039/1953/>. Acesso em: 14 mar. 2023.

MINAS GERAIS. *Lei nº 16.688, de 11 de janeiro de 2007*. Declara Patrimônio Cultural de Minas Gerais o processo tradicional de fabricação, em Alambique, da Cachaça de Minas. Belo Horizonte, MG, 2007. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-16688-2007-minas-gerais-declara-patrimonio-cultural-de-minas-gerais-o-processo-tradicional-de-fabricacao-em-alambique-da-cachaca-de-minas?r=p>. Acesso em: 14 mar. 2023.

MUNHOZ, Fabiana Garcia. *Experiência docente no século XIX: trajetórias de professores de primeiras letras da 5ª Comarca da Província de São Paulo e da Província do Paraná*. 2012. 215 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

NÓVOA, António.; FINGER, Mathias. (org.). *O método (auto)biográfico e a formação*. Lisboa: Ministério da Saúde/Departamento dos Recursos Humanos da Saúde, 1988.

NÓVOA, António (org.) *Vidas de professores*. Lisboa: Porto Editora, 1992b.

NÓVOA, António. (org.). *Profissão professor*. Porto: Porto Editora. 1992a.

NÓVOA, António. Os professores e as histórias da sua vida. In: NÓVOA, António. (org.). *Vidas de professores*. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2000. p. 11-30.

NUNES, Clarice. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 35-60, maio/jun./jul./ago. 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000200004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/pY5CvzLSCLPRNy7XpZ7x6WR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2023.

OLIVEIRA, Gilberto Abreu de; PAES, Ademilson Batista. História Oral e suas contribuições para a historiografia da formação e profissão docente em Mato Grosso do Sul. *Interfaces da Educação*. Paranaíba, v. 3, n. 7, p. 58-68, 2012. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/574>. Acesso em: 14 mar. 2023.

PALHARI, Haquel Myriam de Lima Costa. Escola como “laboratório” para a produção de livros didáticos: a atuação de Piedade Paiva no Cenário Educativo Paraibano (1967-1990). 2016. 367 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

PIACENTINE, Ana Paula Fernandes da Silva. *História da formação para professores leigos rurais: o curso de magistério rural em Dourados, na década de 1970*. 2012. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

PINHEIRO, Cristiane Feitosa. *Entre o giz e a viola: práticas educativas do mestre-escola Miguel Guarani, no Vale do Guaribas/PI (1938-1971)*. 2017. 283 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

PINHEIRO, Welbert Feitosa. *Garimpeiro de memórias: práticas educativas de Ozildo Albano - Piauí (1952-1989)*. 2018. 492 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

PINHO, Larissa Assis. *Civilizar o campo: educação e saúde nos cursos de aperfeiçoamento para professores rurais - Fazenda do Rosário (Minas Gerais, 1947-1956)*. 2009. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212. 1992. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2023.

PORTELLI, Alessandro. *História Oral como arte da escuta*. Tradução de Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UFPB. *Universidade Federal da Paraíba*. João Pessoa, 12 de maio de 2022. Disponível em: <http://www.ce.ufpb.br/ppge>. Acesso em: 12 maio 2022.

RANGEL, José Mario da Silva. *Cônego Antônio Mendes – Oito anos de Saudades!* Renovação Carismática Católica de Viçosa/MG. 2019. Disponível em: <https://www.rccvicosa.com/conego-antonio-mendes-oito-anos-de-saudades/>. Acesso em 19 de jan. de 2023.

RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; SILVA, Leila Aparecida Azevedo; NETO, Armindo Quillici. Educação Rural em Minas Gerais: gênese das escolas municipais de Ituiutaba (anos 1940). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 46, p. 74-93, jun. 2012. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v12i46.8640072>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640072>. Acesso em: 15 mar. 2023.

RODRIGUEZ, Margarita Victória; SIMÕES, Caroline Hardoim. Análise das consequências das políticas salariais nas condições de trabalho dos professores: em foco Mato Grosso do Sul. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 25.; CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2., 2011, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <https://anpae.org.br/simpósio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0329.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2023.

SANTOS, Adriana Vilar dos. *Educação, docência e memórias da professora Maria Bronzeado Machado (1940-1986)*. 2016. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

SARAT, Magda; CAMPOS, Míria Izabel. Gênero, sexualidade e infância: (con) formando meninas. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, São Cristóvão, v. 7, n. 12, p. 45-56, 2014. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/2951>. Acesso em: 14 mar. 2023.

SARAT, Magda; SANTOS, Reinaldo dos. História Oral como fonte: apontamentos metodológicos e técnicos da pesquisa. In: COSTA, Célio Juvenal; MELO, José Joaquim Pereira; FABIANO, Luiz Hermenegildo. (org.) *Fontes e métodos em História da Educação*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010. p. 49-78.

SILVA, Anna Karla de Melo e. *Felte Bezerra: um quartel de atividades lítero-científicas*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

SILVA, Daniela Felisberto da. *Maria Constança Barros Machado: um estudo das representações sociais sobre a professora e diretora do primeiro ginásio público campo-grandense*. 2015. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015.

SILVA, Kedna Karla Ferreira da. *Memória entre papéis: tessituras das práticas docentes de Hilda de Souza (1948-1953)*. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

SILVA, Luciene Cléa da. *Trajetórias de formação de professoras da infância na fronteira de Ponta Porã/BR e Pedro Juan Caballero/PY*. 2020. 252 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020.

SILVA, Sara Marli Magalhães Belarmino da. *Histórias da universidade: trajetórias e experiências de docentes da Universidade Federal do Ceará*. 2014. 207 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

SOARES, Wilson José. *Trajetórias, formação e docência de professores de geografia em Rondonópolis-MT: uma reflexão a partir de suas memórias no período de 1930 aos anos 2000*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SOLIDADE, Wilker. *Grupo Escolar Presidente Vargas, Dourados-MT: a escola primária urbano/rural em tempos de mudanças no ensino elementar brasileiro (1963-1974)*. 2015. 224 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015.

SOUZA, Renilfran Cardoso de. *“Mestra na essência da palavra”*: trajetória docente de Ofenísia Soares Freire (1941 - 1966). 2017. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

TEIXEIRA, Geiliane Aparecida Salles. *Trajetórias docentes: memórias de alfabetizadoras do município de Naviraí/MS (1965 a 1985)*. 2022. 159 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2022.

XAVIER, Antônio Roberto; VASCONCELOS, José Gerardo; XAVIER, Lisimére Cordeiro do Vale. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica*, Salvador, v. 3, n. 9, p. 1016-1028, set./dez. 2018. DOI: 10.31892/rbpab2525-426X.2018. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/5607>. Acesso em: 14 mar. 2023.

XAVIER, Nubea Rodrigues. *Cecília Meireles, as meninas e sua educação: (1901 a 1940)*. 2017. 181 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.

YANNOULAS, Silvia. *Acerca de como las mujeres llegaron a ser Maestros (América Latina, 1870-1930)*. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 73, n. 175, p. 497-521, set./dez. 1992. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.73i175.1236>. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1105>. Acesso em: 15 mar. 2023.

FONTE ORAL

VALENTE, Maria do Rozário Pereira [70 anos]. [jan. 2022]. Entrevistadora: Vanessa Kusminski dos Santos, 28 jan. 2022.

VALENTE, Maria do Rozário Pereira [70 anos]. [ago. 2022]. Entrevistadora: Vanessa Kusminski dos Santos, 23 ago. 2022.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisa: BIOGRAFIA: PERCURSOS E CONSTITUIÇÃO DOCENTE

Pesquisadora orientadora: Dra. Magda Sarat
Contatos: E-mail: magdasarat@ufgd.edu.br

Pesquisadora orientanda: Vanessa Kusminski dos Santos
Contatos: E-mail: vanessakusminski1@gmail.com

A senhora está sendo convidada para participar da pesquisa intitulada BIOGRAFIA: PERCURSOS E CONSTITUIÇÃO DOCENTE, desenvolvida no Mestrado em Educação do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal da Grande Dourados/PPGEdu/UF GD na linha de pesquisa História, Memória e Sociedade.

Nosso objetivo é investigar percursos de vida docente, observando aspectos da infância, escolarização e formação profissional. Nos apoiaremos no método de história oral com a realização de entrevistas de história de vida e demais procedimentos exigidos pelo método, também utilizaremos fontes documentais advindas de acervos pessoais das professoras. Assim, esperamos contribuir com a escrita da História da Educação no Município de Dourados/MT-MS.

Declaro que li as informações contidas neste documento antes de assinar este termo. Confirmando que recebi uma cópia deste formulário de consentimento. Compreendo que sou livre para retirar a minha participação da pesquisa em qualquer momento, sem perda de benefícios ou qualquer outra penalidade. Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade, para participar como voluntária, deste estudo.

Nome _____

Assinatura _____

Documento de identificação _____

_____, ____/____/____

**APÊNDICE B – CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS DE USO E DIVULGAÇÃO DO
RELATO ORAL**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS DE USO E DIVULGAÇÃO DE RELATO
ORAL**

Pesquisa: BIOGRAFIA: PERCURSOS E CONSTITUIÇÃO DOCENTE

Pesquisadora orientadora: Dra. Magda Sarat
Contatos: E-mail: magdasarat@ufgd.edu.br

Pesquisadora orientanda: Vanessa Kusminski dos Santos
Contatos: E-mail: vanessakusminski1@gmail.com

Pelo presente documento, eu _____,
professora, CPF _____ residente na cidade de _____
Estado _____, autorizo sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos
patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do relato de caráter
histórico e documental, que prestei a pesquisa “Biografia: percursos e constituição
docente”.

A pesquisadora fica, conseqüentemente, autorizada a utilizar, publicar e disponibilizar
para fins acadêmicos, o mencionado relato no todo ou em parte.

Assinatura: _____

APÊNDICE C – CESSÃO DE DIREITOS DE USO E DIVULGAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

CESSÃO DE DIREITOS DE USO E DIVULGAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO

Pesquisa: BIOGRAFIA: PERCURSOS E CONSTITUIÇÃO DOCENTE

Pesquisadora orientadora: Dra. Magda Sarat

Contatos: E-mail: magdasarat@ufgd.edu.br

Pesquisadora orientanda: Vanessa Kusminski dos Santos

Contatos: E-mail: vanessakusminski1@gmail.com

Pelo presente documento, eu _____, professora, CPF _____ residente na cidade de _____ Estado _____, declaro permitir à Pesquisa, “Biografia: percursos e constituição docente”, sob a responsabilidade da pesquisadora: Vanessa Kusminski, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena utilização da minha identificação, juntamente com os relatos orais e o material de arquivo pessoal (fotografias, atas, diários, condecorações, recortes de jornal e outros) que prestei a referida pesquisa na cidade de _____, em ____/____/____.

A pesquisadora fica, conseqüentemente, autorizada a utilizar, publicar e disponibilizar para fins acadêmicos, a minha identificação, na referida pesquisa.

**APÊNDICE D – CESSÃO DE DIREITOS DE USO E DIVULGAÇÃO DE ARQUIVO
PRIVADO**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CESSÃO DE DIREITOS DE USO E DIVULGAÇÃO DE ARQUIVO PRIVADO

Pesquisa: BIOGRAFIA: PERCURSOS E CONSTITUIÇÃO DOCENTE

Pesquisadora orientadora: Dra. Magda Sarat

Contatos: E-mail: magdasarar@ufgd.edu.br

Pesquisadora orientanda: Vanessa Kusminski dos Santos

Contatos: E-mail: vanessakusminski1@gmail.com

Pelo presente documento, eu _____,
CPF _____ residente na cidade de _____
_____ estado _____, declaro ceder à Pesquisa,
BIOGRAFIA DE UMA PROFESSORA: CONTRIBUIÇÕES À EDUCAÇÃO
DOURADENSE/ MT-MS (1944-2020), sob a responsabilidade da pesquisadora: Vanessa
Kusminski dos Santos, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e
financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do relato de caráter histórico e
documental do material de arquivo privado de meu arquivo pessoal disponibilizado para
o acesso de (fotografias, certificados, Relatórios, Estatutos, premiações, diários e outros)
que prestei a referida pesquisa na cidade de _____, em
____/____/____.

A pesquisadora fica, conseqüentemente, autorizada a utilizar, publicar e disponibilizar
para fins acadêmicos, as mencionadas fontes no todo ou em parte.

Assinatura: _____

ANEXO A – HISTÓRICO DE FUNDAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO LUCAS MARTINS, FORNECIDO PELA INSTITUIÇÃO

Antônio Lucas Martins nascido aos 27 dias do mês de abril de 1896, filho de Marcos Lucas Martins e Francisca Alves de Queiroz, na simples localidade de São José do Barroso, hoje cidade de Paula Cândido, Estado de Minas Gerais. Teve uma educação esmerada dentro dos parâmetros de uma vida cristã, que recebeu como herança de pais zelosos e prudentes. Estes ensinamentos serviram de sustentáculo a um jovem que corajosamente procurou dar rumo à sua vida, iniciando-a com o seu próprio trabalho, de maneira independente, vindo fixar residência na orla verdejante de Cruzes no limiar de 1914.

Pelo seu testemunho sabemos que grandes obstáculos e dificuldades marcaram este início de vida, mas que puderam fortificar o desejo de vencer. Ele não tinha profissão mas era dotado de inteligência e Deus lhe concedeu vários dons que ao serem exercitados o ajudaram a progredir.

De início abriu-se um pequeno comércio, naquela época chamava-se venda. Ali se encontrava gêneros de primeira necessidade: arroz, feijão, rapadura, macarrão, sal e o indispensável querosene responsável pela iluminação noturna abastecendo as lamparinas e lâmpiões. Era comum encontrar, também, ali, as balas, doces e a cachacinha preferida dos que lavravam a terra, naquela região. Tudo isto funcionava numa pequena barraca de tábuas que mais tarde pode ser melhorada e com aspecto mais atraente. Este Jovem primava-se pelo seu acolhimento, sempre alegre, jovial e disponível, cativou com facilidade os moradores da região que o respeitavam e o admiravam. Era conhecido com o apelido de Toque.

Não possuía graduação escolar, apenas a terceira série do curso primário, mas era dedicado a leitura, único meio de comunicação na época, e com isto foi se aprimorando e surgiu o desejo de repassar o que sabia, para aqueles que nada sabiam, pois não admitia que continuassem analfabetos havendo a possibilidade de aprender. Lançou a idéia de uma escola noturna para os adultos e em pouco tempo ela passou a funcionar com uma dezena de alunos. Mãos calejadas, músculos rígidos, mas acima de tudo o desejo de aprender apoderou-se daqueles cidadãos que buscavam com perseverança, o direito de ser gente, animando o líder e professor.

Em pouco tempo outro pensamento mudou o ritmo de sua vida e através do sacramento do matrimônio e pelo amor que invadiu seu coração uniu-se a jovem Anna Lotti Martins (conhecida pelo nome de Sinhaninha) no ano de 1921 e com ela constituiu uma feliz e próspera família a qual dedicou-se de corpo e alma. Dessa feliz união conjugal nasceram 12 filhos, sendo que primeira foi Zilda que mais tarde, em 16 de julho de 1948, casou-se com Joaquim Pereira que veio a ser o dono da antiga propriedade da família.

Os filhos foram crescendo e ao lado deles os filhos dos que cuidavam da terra. Aquele que já se havia preocupado com a educação dos adultos sentiu também a grande necessidade de criar uma Escola para aquelas crianças. Procurou seu pai, o Sr Marcos e pediu-lhe o consentimento para levar, para junto dele, a sua irmã Zulmira (Bibi) com apenas 17 anos, para então assumir a responsabilidade de professora. Após os preparativos e organização da pequena sala, iniciaram-se as aulas em 1930, com entusiasmo e alegria, beneficiando aquelas crianças ávidas de saber. Por alguns anos a Escola funcionou como particular vindo mais tarde a fazer parte da municipalidade, dando ao povo direito de cidadania.

É importante destacar que na residência do Sr. Antônio Lucas Martins, além da “Escola”, da “Venda”, era também onde a comunidade se reunia para participar da Santa Missa.

Por causa da distância e dificuldades para enterrar os defuntos, principalmente na época das chuvas, partiu dele a iniciativa de construir um cemitério na região. Os proprietários da terra colocaram obstáculos para ceder o espaço necessário. Apesar de possuir um dos menores sítios da região, foi ele quem doou uma parte para a construção do referido cemitério e bem ~~em~~ frente a sua casa, foram confeccionados todos os tijolos necessários.

Devido as grandes dificuldades daquela época, o Sr. Toque, era capaz de "encanar" braços ou pernas fraturadas, além de saturar (dar pontos) em cortes, quando se fazia necessário.

Em 1943 – vendeu o que possuía e partiu com sua família e outras que o acompanharam em busca de novos horizontes para as terras distantes da "mata".

Devido a uma fortíssima infecção, veio a falecer no hospital da cidade de Aimorés, em 19 de setembro de 1944, onde foi sepultado.

Hoje os descendentes do Sr. Antônio Lucas Martins: filhos, filha, netos, bisnetos e tetranetos orgulham-se por ver o seu nome destacado como patrono da Escola Estadual que tão bem vem servindo esta região que ele tanto amou no desejo de vê-la crescer e progredir. E já que o sonho tornou-se realidade os que o amaram e os que aprenderam a amá-lo por tradição deixam aqui os eternos agradecimentos pela beleza e grandeza de sua alma que por certo está sorrindo ao lado do Pai, na eternidade.